

A TARDE

PESSOAL Recebimento de salários e do 13º deve ter efeito multiplicador sobre a economia estadual

Pagamento de servidores baianos deve injetar R\$ 4,26 bi no estado

MARJORIE MOURA

O cenário de estagnação pelo qual o país atravessa devido à pandemia de coronavírus deve ser alterado ao longo desta semana, com a chegada de R\$ 4,26 bilhões na economia da Bahia, quantia estimada pelo governo do estado que será injetada com o pagamento dos servidores ativos e aposentados e pensionistas correspondendo à quitação das folhas de novembro, dezembro e do 13º salário. O aporte deve criar um efeito multiplicador nos setores de comércio e de serviços.

A Secretaria da Administração (Saeb) informou que quitou a folha do mês de novembro no dia 30, totalizando o valor de R\$ 1,48 bilhão, pago para 270 mil servidores do Estado. No dia 18 de dezembro, conforme tabela publicada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz) no começo des-

te ano, será quitada a segunda parcela do 13º salário, cerca de R\$ 1,32 bilhão pago para o funcionalismo. A folha de dezembro, para aposentados e pensionistas, será antecipada para o dia 29 deste mês, enquanto os ativos recebem no dia 30, totalizando um montante estimado em R\$ 1,44 bilhão.

Mas o economista Vitor Lopes, gerente da Unidade de Projetos Especiais, Mercado e Internacionalização Sebrae-BA, esclarece que neste final de ano atípico, com tantas incertezas e recrudescimento do coronavi-

Folhas de novembro, dezembro e 13º são quitadas



Para secretário, aporte deve estimular economia

rus, os consumidores devem ser cuidadosos, pagando contas, fazendo festas com menores gastos e mantendo uma reserva técnica.

Esta forma de consumir vai favorecer as atividades dos micro e pequenos empresas porque a tendência é que o consumidor faça compras num raio próximo de sua casa, evitando os grandes centros comerciais, destaca Lopes.

“Em tempos de pandemia e incertezas quanto a um plano nacional de vacinação que ajude o país a sair da atual crise sanitária e a promover uma retomada efetiva do crescimento econômico, os recursos desembolsados pelo governo neste final de ano representam uma quantia considerável em circulação em todo o Estado e contribuem para estimular a economia baiana”, avaliou o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.



Fisco tem mais 36 novos serviços via web com programa Sefaz 100% Digital



18 DEZEMBRO 12:07
2020

IMPRIMIR NOTÍCIA



BAHIA BAHIA

Agora já é possível acessar e requerer inteiramente on-line 36 serviços prestados pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), incluindo solicitações para 20 tipos de credenciamento, como o necessário para atuação como operador logístico, e ainda 14 autorizações, entre as quais a de instalação de estandes, barracas, quiosques ou similares, além de uma consulta formal sobre legislação tributária e de um requerimento de Regime Especial de procedimentos e prazo de pagamento de ICMS. A iniciativa integra o programa Sefaz 100% Digital, que reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital.

Para encontrar estes e outros procedimentos que agora dispensam a necessidade de comparecimento do usuário a

unidades de atendimento presencial da Sefaz, o interessado deve acessar a Carta de Serviços ao Cidadão, destacada no topo do site www.sefaz.ba.gov.br, e buscar o serviço de seu interesse. Antes de clicar para chegar à página de solicitação do serviço, o usuário é apresentado a todas as informações necessárias, incluindo os documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

Para a solicitação do serviço, o usuário deve utilizar a inscrição estadual e a senha de serviços, adotando o seguinte passo a passo: optar pelo tipo de processo desejado (Consultas Tributárias, Regimes Especiais, Autorizações e Credenciamentos – que deseja obter o serviço), definir o assunto que identifica o serviço pretendido, colar o texto do pedido já preparado em um redator de texto e finalizar, enviando o pedido que será analisado e respondido pela unidade fazendária competente por meio do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e). Por fim, o sistema informará ao interessado o número de protocolo para o devido acompanhamento da demanda.

100% digital

“Em breve, todos os serviços da Sefaz serão digitais. O contribuinte fará sua solicitação via web no nosso site, escolhendo o serviço desejado, e poderá acompanhar todo o andamento do processo até o seu término consultando nossa página”, explica o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Com o Sefaz 100% Digital, explica, a nova Carta de Serviços ao Cidadão torna-se o principal instrumento de acesso aos serviços prestados pelo fisco baiano. A Carta foi totalmente redesenhada e ganhou novos recursos tecnológicos para dar total autonomia ao usuário e evitar que ele precise entrar em contato com os demais canais de atendimento da Secretaria, a exemplo do Fale Conosco e do call center 0800 071 0071.

Veja Também | Bahia receberá novas linhas de transmissão

Com o decreto assinado pelo governador Rui Costa, cerca de 140 processos e procedimentos estão sendo analisados um a um pela equipe da Fazenda. Este trabalho definirá as situações em que caberá modernizar o serviço, fundi-lo com outros já existentes ou mesmo extingui-lo, se for o caso. “Nosso objetivo é melhorar a interação com o contribuinte, permitindo que este acesse remotamente, do início ao fim, todos os processos da Sefaz”, afirma Vitório.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, cita outros procedimentos novos que já foram implantados no âmbito do Sefaz 100% Digital, como aconteceu com os processos de avaliação de bens para o pagamento do ITD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) que a partir de outubro passaram a utilizar exclusivamente o SEI-Bahia, ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do Governo do Estado.

A Carta de Serviço, explica Félix, será a porta de entrada para o contribuinte ter acesso aos serviços digitais. “Na Carta de Serviços estão disponibilizados os documentos necessários, a legislação, o como fazer, os prazos e os links para o acesso digital ao serviço desejado”, detalha. De acordo com o superintendente, tornar os procedimentos 100% digitais requer a utilização de ferramentas eletrônicas disponíveis no Estado, como o CPT Web, que já é parte do dia a dia do fisco, e ainda o módulo de peticionamento do SEI-Bahia e o SAC Digital, estes últimos sob responsabilidade da Secretaria da Administração (Saeb). Em outra vertente, explica Félix, também deverão ser necessárias alterações na legislação com o objetivo de simplificar procedimentos.

PORTAL CBN | CENTRO BRASILEIRO DE NOTÍCIAS

Clique aqui e vote: Como você avalia o Portal CBN

- Muito bom
- Excelente
- Bem

Votar

Ver resultados

Finaliza em 04 dias 07:06:07

Veículo: Política Livre	
Data: 19 a 21.12.2020	Caderno: Economia



Fisco tem mais 36 novos serviços via web com programa Sefaz 100% Digital

BAHIA

Agora já é possível acessar e requerer inteiramente on-line 36 serviços prestados pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), incluindo solicitações para 20 tipos de credenciamento, como o necessário para atuação como operador logístico, e ainda 14 autorizações, entre as quais a de instalação de estandes, barracas, quiosques ou similares, além de uma consulta formal sobre legislação tributária e de um requerimento de Regime Especial de procedimentos e prazo de pagamento de ICMS. A iniciativa integra o programa Sefaz 100% Digital, que reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital.

Para encontrar estes e outros procedimentos que agora dispensam a necessidade de comparecimento do usuário a unidades de atendimento presencial da Sefaz-Ba, o interessado deve acessar a Carta de Serviços ao Cidadão, destacada no topo do site www.sefaz.ba.gov.br, e buscar o serviço de seu interesse. Antes de clicar para chegar à página de solicitação do serviço, o usuário é apresentado a todas as informações necessárias, incluindo os documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

Para a solicitação do serviço, o usuário deve utilizar a inscrição estadual e a senha de serviços, adotando o seguinte passo a passo: optar pelo tipo de processo desejado (Consultas Tributárias, Regimes Especiais, Autorizações e Credenciamentos – que deseja obter o serviço), definir o assunto que identifica o serviço pretendido, colar o texto do pedido já preparado em um redator de texto e finalizar, enviando o pedido que será analisado e respondido pela unidade fazendária competente por meio do

Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e). Por fim, o sistema informará ao interessado o número de protocolo para o devido acompanhamento da demanda.

100% digital

“Em breve, todos os serviços da Sefaz serão digitais. O contribuinte fará sua solicitação via web no nosso site, escolhendo o serviço desejado, e poderá acompanhar todo o andamento do processo até o seu término consultando nossa página”, explica o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Com o Sefaz 100% Digital, explica, a nova Carta de Serviços ao Cidadão torna-se o principal instrumento de acesso aos serviços prestados pelo fisco baiano. A Carta foi totalmente redesenhada e ganhou novos recursos tecnológicos para dar total autonomia ao usuário e evitar que ele precise entrar em contato com os demais canais de atendimento da Secretaria, a exemplo do Fale Conosco e do call center 0800 071 0071.

Com o decreto assinado pelo governador Rui Costa, cerca de 140 processos e procedimentos estão sendo analisados um a um pela equipe da Fazenda. Este trabalho definirá as situações em que caberá modernizar o serviço, fundi-lo com outros já existentes ou mesmo extingui-lo, se for o caso. “Nosso objetivo é melhorar a interação com o contribuinte, permitindo que este acesse remotamente, do início ao fim, todos os processos da Sefaz”, afirma Vitório.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, cita outros procedimentos novos que já foram implantados no âmbito do Sefaz 100% Digital, como aconteceu com os processos de avaliação de bens para o pagamento do ITD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) que a partir de outubro passaram a utilizar exclusivamente o SEI-Bahia, ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do Governo do Estado.

A Carta de Serviço, explica Félix, será a porta de entrada para o contribuinte ter acesso aos serviços digitais. “Na Carta de Serviços estão disponibilizados os documentos necessários, a legislação, o como fazer, os prazos e os links para o acesso digital ao serviço desejado”, detalha. De acordo com o superintendente, tornar os procedimentos 100% digitais requer a utilização de ferramentas eletrônicas disponíveis no Estado, como o CPT Web, que já é parte do dia a dia do fisco, e ainda o módulo de peticionamento do SEI-Bahia e o SAC Digital, estes últimos sob responsabilidade da Secretaria da Administração (Saeb). Em outra vertente, explica Félix, também deverão ser necessárias alterações na legislação com o objetivo de simplificar procedimentos.

Fisco tem mais 36 novos serviços via web com programa Sefaz 100% Digital



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Agora já é possível acessar e requerer inteiramente online 36 serviços prestados pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), incluindo solicitações para 20 tipos de credenciamento, como o necessário para atuação como operador logístico, e ainda 14 autorizações, entre as quais a de instalação de estandes, barracas, quiosques ou similares, além de uma consulta formal sobre legislação tributária e de um requerimento de Regime Especial de procedimentos e prazo de pagamento de **ICMS**. A iniciativa integra o programa Sefaz 100% Digital, que reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital.

Para encontrar estes e outros procedimentos que agora dispensam a necessidade de comparecimento do usuário a unidades de atendimento presencial da Sefaz-Ba, o interessado deve acessar a Carta de Serviços ao Cidadão, destacada no topo do site www.sefaz.ba.gov.br, e buscar o serviço de seu

interesse. Antes de clicar para chegar à página de solicitação do serviço, o usuário é apresentado a todas as informações necessárias, incluindo os documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

Para a solicitação do serviço, o usuário deve utilizar a inscrição estadual e a senha de serviços, adotando o seguinte passo a passo: optar pelo tipo de processo desejado (Consultas Tributárias, Regimes Especiais, Autorizações e Credenciamentos - que deseja obter o serviço), definir o assunto que identifica o serviço pretendido, colar o texto do pedido já preparado em um redator de texto e finalizar, enviando o pedido que será analisado e respondido pela unidade fazendária competente por meio do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e). Por fim, o sistema informará ao interessado o número de protocolo para o devido acompanhamento da demanda.

100% digital

'Em breve, todos os serviços da Sefaz serão digitais. O contribuinte fará sua solicitação via web no nosso site, escolhendo o serviço desejado, e poderá acompanhar todo o andamento do processo até o seu término consultando nossa página', explica o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitorio**. Com o Sefaz 100% Digital, explica, a nova Carta de Serviços ao Cidadão torna-se o principal instrumento de acesso aos serviços prestados pelo **fisco** baiano. A Carta foi totalmente redesenhada e ganhou novos recursos tecnológicos para dar total autonomia ao usuário e

evitar que ele precise entrar em contato com os demais canais de atendimento da Secretaria, a exemplo do Fale Conosco e do call center 0800 071 0071.

objetivo de simplificar procedimentos.

Com o decreto assinado pelo governador **Rui Costa**, cerca de 140 processos e procedimentos estão sendo analisados um a um pela equipe da Fazenda. Este trabalho definirá as situações em que caberá modernizar o serviço, fundi-lo com outros já existentes ou mesmo extingui-lo, se for o caso. 'Nosso objetivo é melhorar a interação com o contribuinte, permitindo que este acesse remotamente, do início ao fim, todos os processos da Sefaz', afirma Vitório.

[Voltar para a página inicial](#)

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - SAEB, SAC Digital, Secretaria da Administração | SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, FISCO, ICMS, ITD

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, cita outros procedimentos novos que já foram implantados no âmbito do Sefaz 100% Digital, como aconteceu com os processos de avaliação de bens para o pagamento do **ITD** (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) que a partir de outubro passaram a utilizar exclusivamente o SEI-Bahia, ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do **Governo do Estado**.

A Carta de Serviço, explica Félix, será a porta de entrada para o contribuinte ter acesso aos serviços digitais. 'Na Carta de Serviços estão disponibilizados os documentos necessários, a legislação, o como fazer, os prazos e os links para o acesso digital ao serviço desejado', detalha. De acordo com o superintendente, tornar os procedimentos 100% digitais requer a utilização de ferramentas eletrônicas disponíveis no Estado, como o CPT Web, que já é parte do dia a dia do **fisco**, e ainda o módulo de petição do SEI-Bahia e o **SAC Digital**, estes últimos sob responsabilidade da **Secretaria da Administração** (Saeb). Em outra vertente, explica Félix, também deverão ser necessárias alterações na legislação com o

Fisco na Bahia tem mais 36 novos serviços via web com programa Sefaz 100% Digital



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Agora já é possível acessar e requerer inteiramente on-line 36 serviços prestados pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), incluindo solicitações para 20 tipos de credenciamento, como o necessário para atuação como operador logístico, e ainda 14 autorizações, entre as quais a de instalação de estandes, barracas, quiosques ou similares, além de uma consulta formal sobre legislação tributária e de um requerimento de Regime Especial de procedimentos e prazo de pagamento de **ICMS**.

A iniciativa integra o programa Sefaz 100% Digital, que reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital.

Para encontrar estes e outros procedimentos que agora dispensam a necessidade de comparecimento do usuário a unidades de atendimento presencial da Sefaz-

Ba, o interessado deve acessar a Carta de Serviços ao Cidadão, destacada no topo do site www.sefaz.ba.gov.br, e buscar o serviço de seu interesse. Antes de clicar para chegar à página de solicitação do serviço, o usuário é apresentado a todas as informações necessárias, incluindo os documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

Para a solicitação do serviço, o usuário deve utilizar a inscrição estadual e a senha de serviços, adotando o seguinte passo a passo: optar pelo tipo de processo desejado (Consultas Tributárias, Regimes Especiais, Autorizações e Credenciamentos - que deseja obter o serviço), definir o assunto que identifica o serviço pretendido, colar o texto do pedido já preparado em um redator de texto e finalizar, enviando o pedido que será analisado e respondido pela unidade fazendária competente por meio do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e).

Por fim, o sistema informará ao interessado o número de protocolo para o devido acompanhamento da demanda.

100% digital

'Em breve, todos os serviços da Sefaz serão digitais. O contribuinte fará sua solicitação via web no nosso site, escolhendo o serviço desejado, e poderá acompanhar todo o andamento do processo até o seu término

consultando nossa página', explica o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**. Com o Sefaz 100% Digital, explica, a nova Carta de Serviços ao Cidadão torna-se o principal instrumento de acesso aos serviços prestados pelo **fisco** baiano. A Carta foi totalmente redesenhada e ganhou novos recursos tecnológicos para dar total autonomia ao usuário e evitar que ele precise entrar em contato com os demais canais de atendimento da Secretaria, a exemplo do Fale Conosco e do call center 0800 071 0071.

Com o decreto assinado pelo governador **Rui Costa**, cerca de 140 processos e procedimentos estão sendo analisados um a um pela equipe da Fazenda. Este trabalho definirá as situações em que caberá modernizar o serviço, fundi-lo com outros já existentes ou mesmo extingui-lo, se for o caso. 'Nosso objetivo é melhorar a interação com o contribuinte, permitindo que este acesse remotamente, do início ao fim, todos os processos da Sefaz', afirma Vitória.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, cita outros procedimentos novos que já foram implantados no âmbito do Sefaz 100% Digital, como aconteceu com os processos de avaliação de bens para o pagamento do **ITD** (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) que a partir de outubro passaram a utilizar exclusivamente o SEI-Bahia, ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do governo do Estado.

A Carta de Serviço, explica Félix, será a porta de entrada para o contribuinte ter acesso aos serviços digitais. 'Na Carta de Serviços estão disponibilizados os documentos necessários, a legislação, o como fazer, os prazos e os links para o acesso digital ao serviço desejado', detalha. De acordo com o superintendente, tornar os procedimentos 100% digitais requer a

utilização de ferramentas eletrônicas disponíveis no Estado, como o CPT Web, que já é parte do dia a dia do **fisco**, e ainda o módulo de peticionamento do SEI-Bahia e o **SAC Digital**, estes últimos sob responsabilidade da **Secretaria da Administração** (Saeb). Em outra vertente, explica Félix, também deverão ser necessárias alterações na legislação com o objetivo de simplificar procedimentos.

18/12/2020

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - SAEB, SAC Digital, Secretaria da Administração | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, FISCO, ICMS, ITD

Veículo: Jornal A Tarde	Caderno: Tempo Presente
Data: 20/12/2020	Página: A2
Assunto: Antecipação do ICMS.	

A TARDE

Antecipação do ICMS

Acudir os 417 municípios baianos, especialmente os mais vulneráveis economicamente, para enfrentar os rigores da pandemia, justifica a decisão do governo estadual de antecipar o repasse do ICMS. As equipes de trabalho das prefeituras já podem separar as prioridades a serem pagas, com destaque para os servidores públicos, no caso de algum atraso no calendário previsto. O dinheiro entra na conta dos municípios no próximo dia 30, antes portanto da aurora de 2021, embora por legislação, deveria ser repassado apenas no ano-novo, como é a praxe. A medida é considerada uma vitória para a União dos Municípios da Bahia (UPB), pois as administrações poderão organizar-se para começar 2021 com menos dívidas ou até com recursos em caixa.

Veículo: Correio	
Data: 19 e 20/12/2020	

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio 

24H ECONOMIA

Estado antecipa cotas do ICMS aos municípios baianos

TRANSFERÊNCIA O Governo do Estado decidiu antecipar aos 417 municípios baianos, no próximo dia 30 de dezembro, as respectivas cotas do ICMS a ser arrecadado nos dias 28 e 29, que de acordo com o calendário das transferências constitucionais só seriam repassados em janeiro. A antecipação atende a pedido feito pela União dos Municípios da Bahia (UPB). O cronograma de repasses para os próximos dias prevê ainda que o imposto arrecadado entre os próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29 de dezembro.

A arrecadação relativa à movimentação econômica do dia 30, último dia antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro. O secretário da Fazenda, Manoel Vitorino, ressalta que, mesmo com as pesadas perdas do início da pandemia, o Estado conseguiu aos poucos retomar o ritmo da arrecadação, que, no entanto, não deve superar a de 2019.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Capa
Data: 19 e 20/12/2020	Página: 01

Tribuna

Estado antecipa ICMS aos 417 municípios **baianos**

Por determinação do governador Rui Costa, a Sefaz-BA vai antecipar aos 417 municípios baianos, no próximo dia 30 de dezembro, as respectivas cotas do ICMS. **PÁGINA 7**

Tribuna

ICMS

Por determinação do governador Rui Costa, o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), vai antecipar aos 417 municípios baianos, no próximo dia 30 de dezembro, as respectivas cotas do ICMS a ser arrecadado nos dias 28 e 29, que, de acordo com o calendário das transferências constitucionais, seriam apenas repassadas em janeiro. A antecipação atende a pedido encaminhado ao governador e à Secretaria da Fazenda pela União dos Municípios da Bahia (UPB).



Rui Costa

Repasses

O cronograma de repasses para os próximos dias, definido após entendimento do Estado com o Banco do Brasil, prevê ainda que o imposto arrecadado entre os próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29 de dezembro. A arrecadação relativa à movimentação econômica do dia 30, último antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro. "Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios", avalia o governador.

Estado antecipa ICMS aos 417 municípios baianos

Por determinação do governador Rui Costa, o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), vai antecipar aos 417 municípios baianos, no próximo dia 30 de dezembro, as respectivas cotas do ICMS a ser arrecadado nos dias 28 e 29, que de acordo com o calendário das transferências constitucionais só seriam repassados em janeiro. A antecipação atende a pedido encaminhado ao governador e à Secretaria da Fazenda pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

O cronograma de repasses para os próximos dias, definido após entendimento do Estado com o Banco do Brasil, prevê ainda que o imposto arrecadado entre os próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29 de dezembro.

A arrecadação relativa à movimentação econômica do dia 30, último antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

“Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios”, avalia o governador Rui Costa.

O secretário da Fazenda, Manoel Vitório, ressalta que, mesmo com as pesadas perdas do início da pandemia, o Estado conseguiu aos poucos retomar o ritmo da arrecadação, que não deve superar a de 2019, mas conseguiu alcançar patamar similar ao do ano passado, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Veículo: Bahia Notícias	
Data: 18/12/2020	



ESTADO ANTECIPA ICMS AOS 417 MUNICÍPIOS BAIANOS



admin 18 Dezembro, 2020

Os 417 municípios baianos terão antecipadas no próximo dia 30 de dezembro, as respectivas cotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a ser arrecadado nos dias 28 e 29, que de acordo com o calendário das transferências constitucionais só seriam repassados em janeiro.

A antecipação concedida pelo governo do estado, atende ao pedido encaminhado ao governador e à Secretaria da Fazenda pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

A ação será realizada pela **Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba)**, que divulgará o cronograma de repasses para os próximos dias, definido após entendimento do Estado com o Banco do Brasil. O documento prevê ainda que o imposto arrecadado entre os próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29 de dezembro. A arrecadação relativa à movimentação econômica do dia 30, último antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

“Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios”, avalia o governador Rui Costa.

Veículo: bahia.ba	
Data: 18/12/2020	



Publicado em 18/12/2020 às 18h00.

Governo do Estado antecipa repasse a municípios do ICMS de dezembro

Medida foi autorizada pelo governador Rui Costa após pedido da UPB; 'alívio no caixa dos municípios', ressaltou Rui, no Twitter



Foto: Reprodução/YouTube

A Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA) divulgou nesta sexta-feira (18) que o repasse aos municípios do ICMS arrecadado nos dias 28 e 29 deste mês, que aconteceria em janeiro, será creditado no dia 30 deste mês. A medida foi determinada pelo governador Rui Costa, após pedido da União dos Municípios da Bahia (UPB). “Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde,

a antecipação é um alívio no caixa dos municípios”, avalia o governador Rui Costa, que abordou a medida em postagem no twitter.

O cronograma de repasses para os próximos dias, definido após entendimento com o Banco do Brasil, prevê ainda que o imposto arrecadado entre os próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29. A participação no tributo relativa ao dia 30 será depositada em 5 de janeiro.

Titular da Sefaz-BA, o secretário Manoel Vitório ressalta que, “mesmo com as pesadas perdas do início da pandemia”, o Estado conseguiu aos poucos retomar o ritmo da arrecadação. O total do ano não deve superar 2019, mas alcançará patamar próximo ao do ano passado, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Veículo: Metro1	
Data: 19/12/2020	



Governo da Bahia antecipa ICMS a todos os 417 municípios baianos

De acordo com o calendário constitucional, as transferências só seriam repassadas em janeiro



Foto : Camila Souza/GOVBA

Por **Geovana Oliveira** no dia 19 de Dezembro de 2020 · 13:00

O Governo da Bahia anunciou nesta sexta-feira (18) que vai antecipar ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) a todos os 417 municípios baianos no dia 30 de dezembro. De acordo com o calendário constitucional, as transferências só seriam repassadas em janeiro.

A antecipação atende a pedido encaminhado ao governador Rui Costa e à Secretaria da Fazenda pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

O cronograma de repasses para os próximos dias, definido após entendimento do Estado com o Banco do Brasil, prevê ainda que o imposto arrecadado entre os próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29 de dezembro.

Segundo o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, mesmo com as "pesadas perdas" do início da pandemia, a Bahia conseguiu aos poucos retomar o ritmo da arrecadação, que não deve superar a de 2019, mas conseguiu alcançar patamar similar.

Veículo: Bocão News	
Data: 18/12/2020	



Governo do Estado antecipa ICMS aos 417 municípios baianos



18 de Dezembro de 2020 às 18:24 Por: Marcello

Casal Jr/Agência Brasil Por: Redação BNews

O governador Rui Costa (PT) determinou que a Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA) antecipe aos 417 municípios baianos, no próximo dia 30 de dezembro, as respectivas cotas do ICMS a ser arrecadado nos dias 28 e 29. De acordo com o calendário das transferências constitucionais as cotas só seriam repassados em janeiro. O pedido de antecipação foi feito pela União dos Municípios da Bahia (UPB) à Secretaria da Fazenda.

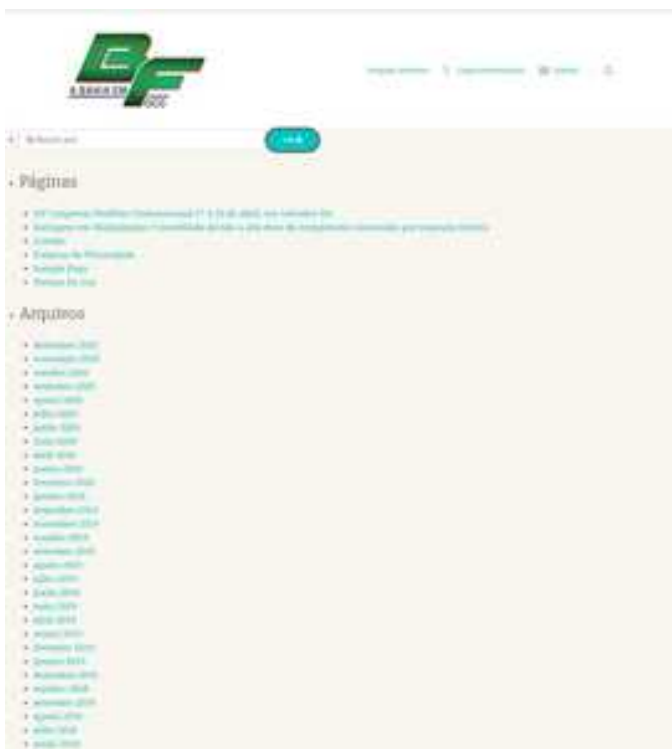
O cronograma de repasses prevê ainda que o imposto arrecadado entre os próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29 de dezembro. A arrecadação relativa à movimentação econômica do dia 30, último antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

Segundo o governador, a antecipação é um alívio para os municípios. “Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos

da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios”, disse Rui Costa.

De acordo com o **secretário da Fazenda, Manoel Vitória**, mesmo com as pesadas perdas do início da pandemia, o Estado conseguiu retomar o ritmo da arrecadação, que não deve superar a de 2019, mas conseguiu alcançar patamar similar ao do ano passado.

Governo do Estado decide antecipar valores do ICMS aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Tempo de leitura:

Por determinação do governador **Rui Costa**, o **Governo do Estado**, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), vai antecipar aos 417 municípios baianos, no próximo dia 30 de dezembro, as respectivas cotas do **ICMS** a ser arrecadado nos dias 28 e 29, que, de acordo com o calendário das transferências constitucionais, seriam apenas repassados em janeiro. A antecipação atende a pedido encaminhado ao governador e à Secretaria da Fazenda pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

O cronograma de repasses para os próximos dias, definido após entendimento do Estado com o Banco do Brasil, prevê ainda que o imposto arrecadado entre os próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29 de dezembro. A **arrecadação** relativa à

movimentação econômica do dia 30, último antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avalia o governador.

O secretário da Fazenda, **Manoel Vitória**, ressalta que, mesmo com as pesadas perdas do início da pandemia, o Estado conseguiu aos poucos retomar o ritmo da **arrecadação**, que não deve superar a de 2019, mas conseguiu alcançar patamar similar ao do ano passado, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Arrecadação, ICMS

Rui Costa determina antecipação de ICMS aos 417 municípios da Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Por determinação do governador **Rui Costa**, o **Governo do Estado**, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), vai antecipar aos 417 municípios baianos, no próximo dia 30 de dezembro, as respectivas cotas do **ICMS** a ser arrecadado nos dias 28 e 29, que, de acordo com o calendário das transferências constitucionais, seriam apenas repassados em janeiro. A antecipação atende a pedido encaminhado ao governador e à Secretaria da Fazenda pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

O cronograma de repasses para os próximos dias, definido após entendimento do Estado com o Banco do Brasil, prevê ainda que o imposto arrecadado entre os próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica do dia 30, último antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

"Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios", avalia o governador.

O secretário da Fazenda, **Manoel Vitorio**, ressalta que, mesmo com as pesadas perdas do início da pandemia, o Estado conseguiu aos poucos retomar o ritmo da **arrecadação**, que não deve superar a de 2019, mas conseguiu alcançar patamar similar ao do ano passado, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, Arrecadação, ICMS

Estado antecipa ICMS aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação CN

Por determinação do governador **Rui Costa**, o **Governo do Estado**, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), vai antecipar aos 417 municípios baianos, no próximo dia 30 de dezembro, as respectivas cotas do **ICMS** a ser arrecadado nos dias 28 e 29, que, de acordo com o calendário das transferências constitucionais, seriam apenas repassados em janeiro. A antecipação atende a pedido encaminhado ao governador e à Secretaria da Fazenda pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

O cronograma de repasses para os próximos dias, definido após entendimento do Estado com o Banco do Brasil, prevê ainda que o imposto arrecadado entre os próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica do dia 30, último antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avalia o governador.

O secretário da Fazenda, **Manoel Vitorio**, ressalta que, mesmo com as pesadas perdas do início da pandemia, o Estado conseguiu aos poucos retomar o ritmo da **arrecadação**, que não deve superar a de 2019, mas conseguiu alcançar patamar similar ao do ano passado, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, Arrecadação, ICMS

Pagamento em 30.12: Estado antecipa ICMS aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: diario

Eures Ribeiro Presidente da UPB e o Secretário de Estado Manoel Vitorino

Por determinação do governador **Rui Costa**, o **Governo do Estado**, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), vai antecipar aos 417 municípios baianos, no próximo dia 30 de dezembro, as respectivas cotas do **ICMS** a ser arrecadado nos dias 28 e 29, que, de acordo com o calendário das transferências constitucionais, seriam apenas repassados em janeiro. A antecipação atende a pedido encaminhado ao governador e à Secretaria da Fazenda pela União dos Municípios da Bahia (UPB), através do seu presidente Eures Ribeiro.

O cronograma de repasses para os próximos dias, definido após entendimento do Estado com o Banco do Brasil, prevê ainda que o imposto arrecadado entre os

próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica do dia 30, último antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avalia o governador.

O secretário da Fazenda, **Manoel Vitorino**, ressalta que, mesmo com as pesadas perdas do início da pandemia, o Estado conseguiu aos poucos retomar o ritmo da **arrecadação**, que não deve superar a de 2019, mas conseguiu alcançar patamar similar ao do ano passado, o que se reflete nas transferências aos municípios.

The post Pagamento em 30.12: Estado antecipa **ICMS** aos 417 municípios baianos appeared first on Diário do Sudoeste da Bahia.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorino, Arrecadação, ICMS

Antecipado ICMS aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Por determinação do governador **Rui Costa**, o **Governo do Estado**, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), vai antecipar aos 417 municípios baianos, no próximo dia 30 de dezembro, as respectivas cotas do **ICMS** a ser arrecadado nos dias 28 e 29, que, de acordo com o calendário das transferências constitucionais, seriam apenas repassados em janeiro. A antecipação atende a pedido encaminhado ao governador e à Secretaria da Fazenda pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

O cronograma de repasses para os próximos dias, definido após entendimento do Estado com o Banco do Brasil, prevê ainda que o imposto arrecadado entre os próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica do dia 30, último antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avalia o governador.

O secretário da Fazenda, **Manoel Vitorio**, ressalta que, mesmo com as pesadas perdas do início da pandemia, o Estado conseguiu aos poucos retomar o ritmo da **arrecadação**, que não deve superar a de 2019, mas conseguiu alcançar patamar similar ao do ano passado, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, Arrecadação, ICMS

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 18/12/2020	



Estado antecipa ICMS aos 417 municípios baianos

18 dezembro 2020



Foto: Mateus Pereira/Arquivo GOVBA

Por determinação do governador Rui Costa, o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), vai antecipar aos 417 municípios baianos, no próximo dia 30 de dezembro, as respectivas cotas do ICMS a ser arrecadado nos dias 28 e 29, que, de acordo com o calendário das transferências constitucionais, seriam repassadas apenas em janeiro. A antecipação atende a pedido encaminhado ao governador e à Secretaria da Fazenda pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

O cronograma de repasses para os próximos dias, definido após entendimento do Estado com o Banco do Brasil, prevê ainda que o imposto arrecadado entre os próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29 de dezembro. A arrecadação relativa à movimentação econômica do dia 30, último antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

“Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios”, avalia o governador.

O secretário da Fazenda, Manoel Vitorio, ressalta que, mesmo com as pesadas perdas do início da pandemia, o Estado conseguiu aos poucos retomar o ritmo da arrecadação, que não deve superar a de 2019, mas conseguiu alcançar patamar similar ao do ano passado, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Estado antecipa ICMS aos 417 municípios baianos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Por determinação do governador **Rui Costa**, o **Governo do Estado**, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), vai antecipar aos 417 municípios baianos, no próximo dia 30 de dezembro, as respectivas cotas do **ICMS** a ser arrecadado nos dias 28 e 29, que, de acordo com o calendário das transferências constitucionais, seriam apenas repassados em janeiro. A antecipação atende a pedido encaminhado ao governador e à Secretaria da Fazenda pela União dos Municípios da Bahia (UPB).

O cronograma de repasses para os próximos dias, definido após entendimento do Estado com o Banco do Brasil, prevê ainda que o imposto arrecadado entre os próximos dias 21 e 25 estará nas contas dos municípios no dia 29 de dezembro. A **arrecadação** relativa à movimentação econômica do dia 30, último antes do tradicional feriado bancário do dia 31, será repassada em 5 de janeiro.

'Num ano atípico como 2020, em que todos os entes federativos sofreram com os impactos da pandemia e ainda arcam com as despesas exigidas pela área de saúde, a antecipação é um alívio no caixa dos municípios', avalia o governador.

O secretário da Fazenda, **Manoel Vitória**, ressalta que, mesmo com as pesadas perdas do início da pandemia, o Estado conseguiu aos poucos retomar o ritmo da **arrecadação**, que não deve superar a de 2019, mas conseguiu alcançar patamar similar ao do ano passado, o que se reflete nas transferências aos municípios.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Arrecadação, ICMS

Governo do Estado antecipa cotas do ICMS para os 417 municípios da Bahia

Vamos ser antecipadas para os quatrocentos e dezessete municípios da Bahia as cotas do **imposto sobre circulação de mercadorias e serviços**.

O **ICMS**.

Contas a serem arrecadadas nos dias vinte oito e vinte nove de dezembro.

De acordo com o **governo do estado** repasse que só seria feito em janeiro vai acontecer no dia trinta de dezembro a antecipação atende um pedido feito pela união dos municípios da Bahia.

Meio dia e quarenta quitada de **gás**.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Gás | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

STJ mantém sentença absolutória de juiz baiano que distinguiu inadimplência fiscal de sonegação fiscal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

STJ manteve a absolvição dos acusados relatando que se deu por falta de tipicidade do crime tributário I Foto: Divulgação

O STJ - Superior Tribunal de Justiça manteve a sentença do juiz baiano, Ícaro Matos, que absolveu dois empresários da acusação de crime contra a ordem tributária. Foi acolhida pelo STJ a tese do advogado de defesa César Faria de que a divergência sobre a alíquota a ser aplicada para cálculo do **ICMS** jamais poderia configurar crime tributário, e o Estado não deveria exigir o pagamento a maior sob ameaça de sanção penal.

Na sentença, o magistrado distinguiu os conceitos de inadimplência fiscal e sonegação fiscal, destacando que, no caso concreto, trata-se de uma discussão de incidência ou não de norma do convênio **ICMS** 76/94, a

ser dirimida na seara administrativa, não havendo implicações no campo penal, afastando a tipicidade do crime fiscal.

O STJ manteve a absolvição dos acusados relatando que se deu por falta de tipicidade do crime tributário, aduzindo que 'a lei processual penal não estabelece a necessidade de intimação do Ministério público para se manifestar acerca da resposta à acusação, estabelecendo o art. 397, do CPP, que 'após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verifica (...)'.
'O Ministério Público apelou, tendo o Tribunal de Justiça, em acórdão unânime da 1ª Câmara Criminal, 1ª Turma, Rel. Des. Luiz Fernando Lima, mantido a sentença absolutória ', de acordo com o advogado de defesa.

O STJ afirma que O MP não tem direito à tréplica. 'O MP opôs embargos de declaração, arguindo nulidade da absolvição sumária, por falta de intimação para se manifestar sobre a resposta à acusação. Os embargos foram rejeitados pelo TJ/BA. Em seguida, o MP do Estado da Bahia interpôs Recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça, não admitido pelo TJ/BA, sob o fundamento da falta de prequestionamento da nulidade não requerida nas razões de apelação', afirmou o STJ.

Acrescentou, ainda, o Ministro Schietti, que 'está correta a decisão agravada, ao não admitir o trâmite da

insurgência' e que 'a falta de prequestionamento impede o trâmite do recurso especial.' 'A ausência de impugnação específica deste fundamento do acórdão estadual enseja o não conhecimento do recurso especial, incidindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula n. 283 do STF.' Concluiu, afirmando não ter existido omissão no acórdão da apelação, que respeitou a devolutividade do recurso, sendo incabível a inovação de pedido em sede de embargos de declaração, conhecendo em parte do recurso especial e, nesta extensão, negando provimento.

A Sexta Turma do STJ, instada a manifestar-se por novo recurso do MP estadual, acolheu o voto do Ministro Schietti, à unanimidade, mantendo integralmente a decisão, que transitou em julgado em 10 de dezembro, tornando-a definitiva.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS



<https://blogdoredacao.com.br>



<https://agenciavirtual.embasa.ba.gov.br/#/main/dyview>

Quatro moradores de Vitória da Conquista ganham prêmio da Nota Premiada Bahia

<https://blogdoredacao.com.br/quatro-moradores-de-vitoria-da-conquista-ganham-premio-da-nota-premiada-bahia/>

Postado por Verônica Ferraz (<https://blogdoredacao.com.br/author/veronica-ferraz/>) em 17 de dez de 2020



<https://blogdoredacao.com.br/quatro-moradores-de-vitoria-da-conquista-ganham-premio-da-nota-premiada-bahia/>

Os sortudos foram contemplados com R\$ 10 mil cada. Município teve o terceiro maior número de ganhadores no sorteio de dezembro, perdendo apenas para Feira de Santana e a capital.

Quatro moradores de Vitória da Conquista foram contemplados com R\$ 10 mil, cada, no sorteio de dezembro da campanha Nota Premiada Bahia, divulgado nesta quinta-feira (17). O prêmio principal, de R\$ 100 mil, foi para uma moradora da cidade de Maragogipe, e os 90 de R\$ 10 mil contemplaram 57 participantes da capital e 33 do interior da Bahia.

A lista completa dos ganhadores pode ser conferida no site da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado (www.notapremiadabahia.ba.gov.br) e nas

redes sociais da Sefaz-Ba (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Entre as cidades do interior baiano com maior número de ganhadores no sorteio de dezembro, estão Feira de Santana, com cinco contemplados, e Vitória da Conquista, com quatro. A lista segue com seis municípios que tiveram dois vencedores cada: Alagoinhas, Camaçari, Eunápolis, Itabuna, Jequié e Lauro de Freitas.

Doze outros municípios tiveram um sorteado cada, todos com prêmios de R\$ 10 mil: Amargosa, Dias D'ávila, Guanambi, Itamaraju, Juazeiro, Luís Eduardo Magalhães, Nazaré, Ribeira do Pombal, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Teixeira de Freitas e Valença.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia já contemplou 1.132 pessoas, das quais 716 de Salvador, 415 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$34,8 milhões para estas entidades.

Mais notícias



(https://blogdoredacao.com.br/morador-de-vitoria-da-conquista-ganha-premio-de-novembro-da-nota-premiada-bahia/)

Morador de Vitória da Conquista ganha prêmio de novembro da Nota Premiada Bahia

(https://blogdoredacao.com.br/morador-de-vitoria-da-conquista-ganha-premio-de-novembro-da-nota-premiada-bahia/)



(https://blogdoredacao.com.br/representante-de-vitoria-da-conquista-suzy-ruas-conquista-ouro-em-todas-as-provas-do-52o-campeonato-paulista-de-atletismo-master-2020/)

Representante de Vitória da Conquista, Suzy Ruas conquista ouro em todas as provas do 52º Campeonato Paulista de Atletismo Master 2020 (https://blogdoredacao.com.br/representante-de-vitoria-da-conquista-suzy-ruas-conquista-ouro-em-todas-as-provas-do-52o-campeonato-paulista-de-atletismo-master-2020/)



(https://blogdoredacao.com.br/conquista-em-nota-partido-dos-trabalhadores-deseja-pronta-recuperacao-ao-prefeito-herzem-gusmao/)

CONQUISTA: Em nota, Partido dos Trabalhadores deseja pronta recuperação ao prefeito Herzem Gusmão (https://blogdoredacao.com.br/conquista-em-nota-partido-dos-trabalhadores-deseja-pronta-recuperacao-ao-prefeito-herzem-gusmao/)



(https://blogdoredacao.com.br/bahia-homem-e-presos-apos-sequestrar-amiga-e-tentar-estuprar-jovem/)

BAHIA: Homem é preso após sequestrar amiga e tentar estuprar jovem (https://blogdoredacao.com.br/bahia-homem-e-presos-apos-sequestrar-amiga-e-tentar-estuprar-jovem/)



(https://blogdoredacao.com.br/politica-wagner-tenta-emplacar-fabricio-falcao-como-candidato-a-presidencia-da-assembleia-legislativa/)

Política: Wagner tenta emplacar Fabrício Falcão como candidato a presidência da Assembleia Legislativa (https://blogdoredacao.com.br/politica-wagner-tenta-emplacar-fabricio-falcao-como-candidato-a-presidencia-da-assembleia-legislativa/)

Facebook

Twitter

E-mail

Pinterest

Mais...

WhatsApp

Telegram

0 comentários

Classificar por **Mais antigos**



Adicione um comentário...

Plugin de comentários do Facebook

Assuntos Relacionados: Bahia (https://blogdoredacao.com.br/tag/bahia/), Blog do Redação (https://blogdoredacao.com.br/tag/blog-do-redacao/), nota premiada (https://blogdoredacao.com.br/tag/nota-premiada/), noticias (https://blogdoredacao.com.br/tag/noticias/), Vitória da Conquista (https://blogdoredacao.com.br/tag/vitoria-da-conquista/)

Quatro moradores de Vitória da Conquista ganham prêmio da Nota Premiada Bahia

Por Redação - 17 de dezembro de 2020



Os sortudos foram contemplados com R\$ 10 mil cada. Município teve o terceiro maior número de ganhadores no sorteio de dezembro, perdendo apenas para Feira de Santana e a capital.

Quatro moradores de Vitória da Conquista foram contemplados com R\$ 10 mil, cada, no sorteio de dezembro da campanha Nota Premiada Bahia, divulgado nesta quinta-feira (17). O prêmio principal, de R\$ 100 mil, foi para uma moradora da cidade de Maragogipe, e os 90 de R\$ 10 mil contemplaram 57 participantes da capital e 33 do interior da Bahia.

A lista completa dos ganhadores pode ser conferida no site da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado (www.notapremiadabahia.ba.gov.br) e nas redes sociais da Sefaz-Ba (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Entre as cidades do interior baiano com maior número de ganhadores no sorteio de dezembro, estão Feira de Santana, com cinco contemplados, e Vitória da Conquista, com quatro. A lista segue com seis municípios que tiveram dois vencedores cada: Alagoinhas, Camaçari, Eunápolis, Itabuna, Jequié e Lauro de Freitas.

Doze outros municípios tiveram um sorteado cada, todos com prêmios de R\$ 10 mil: Amargosa, Dias D'ávila, Guanambi, Itamaraju, Juazeiro, Luís Eduardo Magalhães, Nazaré, Ribeira do Pombal, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Teixeira de Freitas e Valença.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota o

participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia já contemplou 1.132 pessoas, das quais 716 de Salvador, 415 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$34,8 milhões para estas entidades.

Ascom / Imprensa / Sefaz-Ba

71 3115-8763

17/12/2020

197
Partilhas

194



Veículo: Bocão News	
Data: 18/12/2020	



Sorteio de dezembro da Nota Premiada distribui R\$ 1 milhão em prêmios



18 de Dezembro de 2020 às

05:59 Por: Elói Corrêa/GOVBA Por: Redação BNews

COMPARTILHE:

O Natal de 91 baianos vai ser ainda mais feliz com o sorteio de dezembro da Nota Premiada Bahia, realizado nesta quinta-feira (17). O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma moradora da cidade de Maragogipe, enquanto os 90 de R\$ 10 mil contemplaram 57 participantes da capital e 33 do interior da Bahia.

A lista completa dos ganhadores pode ser conferida no site da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado e nas redes sociais da Sefaz-BA (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Entre as cidades do interior baiano com maior número de ganhadores no sorteio de dezembro, estão Feira de Santana, com cinco contemplados, e Vitória da Conquista, com quatro. A lista segue com seis municípios que tiveram dois vencedores cada: Alagoinhas, Camaçari, Eunápolis, Itabuna, Jequié e Lauro de Freitas.

Além de Maragogipe, que levou o prêmio máximo de R\$ 100 mil, outros 12 municípios tiveram um sorteado cada, todos com prêmios de R\$ 10 mil: Amargosa, Dias D'Ávila, Guanambi, Itamaraju, Juazeiro, Luís Eduardo Magalhães, Nazaré, Ribeira do Pombal, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Teixeira de Freitas e Valença.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no site da campanha e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia já contemplou 1.132 pessoas, das quais 716 de Salvador, 415 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$34,8 milhões para estas entidades.

Sorteio de dezembro da Nota Premiada distribui R\$ 1 milhão em prêmios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Elói Corrêa/GOVBA

O Natal de 91 baianos vai ser ainda mais feliz com o sorteio de dezembro da **Nota Premiada Bahia**, realizado nesta quinta-feira (17). O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma moradora da cidade de Maragogipe, enquanto os 90 de R\$ 10 mil contemplaram 57 participantes da capital e 33 do interior da Bahia.

A lista completa dos ganhadores pode ser conferida no site da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado** e nas redes sociais da Sefaz-BA (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Entre as cidades do interior baiano com maior número de ganhadores no sorteio de dezembro, estão Feira de Santana, com cinco contemplados, e Vitória da

Conquista, com quatro. A lista segue com seis municípios que tiveram dois vencedores cada: Alagoinhas, Camaçari, Eunápolis, Itabuna, Jequié e Lauro de Freitas.

Além de Maragogipe, que levou o prêmio máximo de R\$ 100 mil, outros 12 municípios tiveram um sorteado cada, todos com prêmios de R\$ 10 mil: Amargosa, Dias D'Ávila, Guanambi, Itamaraju, Juazeiro, Luís Eduardo Magalhães, Nazaré, Ribeira do Pombal, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Teixeira de Freitas e Valença.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, é necessário cadastrar-se no site da campanha e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a **Nota Premiada Bahia** já contemplou 1.132 pessoas, das quais 716 de Salvador, 415 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro

meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$34,8 milhões para estas entidades.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

04 Moradores de Vitória da Conquista ganham prêmio da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: diario

Os sortudos foram contemplados com R\$ 10 mil cada. Município teve o terceiro maior número de ganhadores no sorteio de dezembro, perdendo apenas para Feira de Santana e a capital.

Quatro moradores de Vitória da Conquista foram contemplados com R\$ 10 mil, cada, no sorteio de dezembro da campanha **Nota Premiada Bahia**, divulgado nesta quinta-feira (17). O prêmio principal, de R\$ 100 mil, foi para uma moradora da cidade de Maragogipe, e os 90 de R\$ 10 mil contemplaram 57 participantes da capital e 33 do interior da Bahia.

A lista completa dos ganhadores pode ser conferida no site da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado** (www.notapremiadabahia.ba.gov.br) e nas

redes sociais da Sefaz-Ba (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Entre as cidades do interior baiano com maior número de ganhadores no sorteio de dezembro, estão Feira de Santana, com cinco contemplados, e Vitória da Conquista, com quatro. A lista segue com seis municípios que tiveram dois vencedores cada: Alagoinhas, Camaçari, Eunápolis, Itabuna, Jequié e Lauro de Freitas.

Doze outros municípios tiveram um sorteado cada, todos com prêmios de R\$ 10 mil: Amargosa, Dias D'Avila, Guanambi, Itamaraju, Juazeiro, Luís Eduardo Magalhães, Nazaré, Ribeira do Pombal, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Teixeira de Freitas e Valença.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, é necessário cadastrar-se no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com

a inclusão do CPF na nota o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a **Nota Premiada Bahia** já contemplou 1.132 pessoas, das quais 716 de Salvador, 415 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$34,8 milhões para estas entidades.

The post 04 Moradores de Vitória da Conquista ganham prêmio da **Nota Premiada Bahia** appeared first on Diário do Sudoeste da Bahia.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Prêmios: sorteio de dezembro distribui R\$ 1 milhão



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Natal de 91 baianos vai ser ainda mais feliz com o sorteio de dezembro da **Nota Premiada Bahia**, realizado nesta quinta-feira (17). O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma moradora da cidade de Maragogipe, enquanto os 90 de R\$ 10 mil contemplaram 57 participantes da capital e 33 do interior da Bahia.

A lista completa dos ganhadores pode ser conferida no site da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado** e nas redes sociais da Sefaz-BA (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Entre as cidades do interior baiano com maior número de ganhadores no sorteio de dezembro, estão Feira de Santana, com cinco contemplados, e Vitória da Conquista, com quatro. A lista segue com seis municípios que tiveram dois vencedores cada: Alagoinhas, Camaçari, Eunápolis, Itabuna, Jequié e Lauro de Freitas.

Além de Maragogipe, que levou o prêmio máximo de R\$ 100 mil, outros 12 municípios tiveram um sorteado cada, todos com prêmios de R\$ 10 mil: Amargosa, Dias D'Ávila, Guanambi, Itamaraju, Juazeiro, Luís Eduardo Magalhães, Nazaré, Ribeira do Pombal, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Teixeira de Freitas e Valença.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, é necessário cadastrar-se no site da campanha e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a **Nota Premiada Bahia** já contemplou 1.132 pessoas, das quais 716 de Salvador, 415 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que são hoje 523. Desde 2018, a

campanha já destinou R\$34,8 milhões para estas entidades.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade



ÚLTIMOS DIAS PARA PAGAR SUA DÍVIDA COM CONDIÇÕES ESPECIAIS

ATE 22 DEZEMBRO

Sorteio de dezembro da Nota Premiada distribui R\$ 1 milhão em prêmios



18 DEZEMBRO 10:38 2020

IMPRIMIR NOTÍCIA



ECONOMIA NOTA PREMIADA

O Natal de 91 baianos vai ser ainda mais feliz com o sorteio de dezembro da Nota Premiada Bahia, realizado nesta quinta-feira (17/12). O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma moradora da cidade de Maragogipe, enquanto os 90 de R\$ 10 mil contemplaram 57 participantes da capital e 33 do interior da Bahia.

A lista completa dos ganhadores pode ser conferida no [site da campanha](#) de cidadania fiscal do Governo do Estado e nas redes sociais da Sefaz-BA (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Senhora de 80 corrige postura

Vovó corrige a má postura e as dores nas costas com truque simples.

ShopTrueFit.com

Entre as cidades do interior baiano com maior número de ganhadores no sorteio de dezembro, estão Feira de Santana, com cinco contemplados, e Vitória da Conquista, com quatro. A lista segue com seis municípios que tiveram dois vencedores cada: Alagoinhas, Camaçari, Eunápolis, Itabuna, Jequié e Lauro de Freitas.



Além de Maragogipe, que levou o prêmio máximo de R\$ 100 mil, outros 12 municípios tiveram um sorteado cada, todos com prêmios de R\$ 10 mil: Amargosa, Dias D'Ávila, Guanambi, Itamaraju, Juazeiro, Luís Eduardo Magalhães, Nazaré, Ribeira do Pombal, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Teixeira de Freitas e Valença.

Veja Também

[Decreto determina suspensão de recadastramento em janeiro de 2021](#)

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no [site da campanha](#) e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia já contemplou 1.132 pessoas, das quais 716 de Salvador, 415 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades.

PORTAL CBN | CENTRO BRASILEIRO DE NOTÍCIAS

Clique aqui e vote: Como você avalia o Portal CBN

- Muito bom
- Excelente
- Bem

Votar

[Ver resultados](#)

Finaliza em 04 dias 06:59:12

Veículo: Bahia Notícias	
Data: 20/12/2020	



IPVA 2021 NA BAHIA: ACESSE CALENDÁRIO DE PAGAMENTO



admin 20 Dezembro, 2020

A Bahia divulgou informações sobre o calendário do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) 2021. Confira detalhes e datas do tributo anual e obrigatório.

Os baianos terão uma redução de até 5% no valor do IPVA 2021, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz). Segundo as informações, a diminuição de 5% no valor será aplicada para os carros de passeio.

Para os utilitários, a redução será de 4,7%, já ônibus e micro-ônibus terão abatimento de 2,7%, os caminhões de 1,8% e as motos terão uma queda de 1,7%. Logo, em média a redução será de 3,2%, de acordo com a portaria publicada nesta terça-feira, 15, no Diário Oficial do Estado (DOE).

Os pagamentos que forem efetuados à vista até o dia 10 de fevereiro, garantem um desconto de 10%. Os pagamentos efetuados em cota única até a data de vencimento da primeira das três parcelas terão 5% de desconto. As datas de vencimento variam de acordo com o número final da placa do veículo.

Portanto, em decorrência das reduções, os contribuintes vão pagar no próximo ano cerca de 3,2% a menos de IPVA.

Baianos terão desconto no pagamento do IPVA 2021. Veja canedário - Nossa Metrópole



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O período de pagamento dos impostos anuais está se aproximando e a Bahia já divulgou informações sobre o calendário do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) 2021. Confira detalhes e datas do tributo anual e obrigatório.

Os baianos terão uma redução de até 5% no valor do **IPVA** 2021, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz). Segundo as informações, a diminuição de 5% no valor será aplicada para os carros de passeio.

-Publicidade-

Para os utilitários, a redução será de 4,7%, já ônibus e micro-ônibus terão abatimento de 2,7%, os caminhões de 1,8% e as motos terão uma queda é de 1,7%. Logo,

em média a redução será de 3,2%, de acordo com a portaria publicada nesta terça-feira, 15, no Diário Oficial do Estado (DOE).

Os pagamentos que forem efetuados à vista até o dia 10 de fevereiro, garantem um desconto de 10%. Os pagamentos efetuados em cota única até a data de vencimento da primeira das três parcelas, terão 5% de desconto. As datas de vencimento variam de acordo com o número final da placa do veículo.

Portanto, em decorrência das reduções, os contribuintes vão pagar no próximo ano cerca de 3,2% a menos de **IPVA**.

O pagamento pode ser feito em cota única ou parcelado em até três vezes. Todos aqueles que possuem veículos de transporte terrestre, utilizado por proprietários particulares e empresas, são obrigados a efetuar o pagamento.

Calendário **IPVA** Bahia (pagamento em até três vezes)

Final de placa 1: 30 de março, 29 de abril e 28 de maio

Final de placa 2: 31 de março, 30 de abril e 31 de maio

Final de placa 3: 29 de abril, 27 de maio e 29 de junho

Final de placa 4: 30 de abril, 28 de maio e 30 de junho

Final de placa 5: 27 de maio, 29 de junho e 29 de julho

Final de placa 6: 28 de maio, 30 de junho e 30 de julho

Final de placa 7: 29 de junho, 29 de julho e 30 de agosto

Final de placa 8: 30 de junho, 30 de julho e 31 de agosto

Final de placa 9: 29 de julho, 30 de agosto e 29 de setembro

Final de placa 0: 30 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro

Fonte: A Tarde

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Sob efeito de ajuda federal, rating de 4 Estados deve subir

Principal resultado da melhora é acesso a financiamentos em condições mais vantajosas; Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina devem ter aumento de nota de C para B

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

21/12/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas



Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas: com garantia da União, quase todas as instituições aceitam emprestar ao Estado — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Sob os efeitos do pacote de socorro da União contra os impactos da pandemia, o número de Estados e municípios com rating da Secretaria Tesouro Nacional (STN) que dá acesso a empréstimos com aval da União deve se ampliar no próximo ano. Segundo o Tesouro, entre os Estados, a expectativa, com base nos dados parciais disponíveis, é que quatro Estados - Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina - subam na classificação de nota "C" para a "B". Os ratings "A" e "B" do Tesouro dão acesso à garantia da União em financiamentos.

A mudança de nota pode contribuir para efetivar operações de crédito na segunda metade do atual mandato dos governadores, quando os investimentos costumam se acelerar. A expectativa do Tesouro também é que os Estados que já têm nota "A" ou "B" consigam se manter no grupo no próximo ano. Caso isso seja confirmado, aumentará de 10 para 14 o número de Estados que terão as duas notas mais altas do Tesouro.

O principal resultado da melhora na nota é o acesso a crédito mais barato. O aval da União pode reduzir os encargos dos empréstimos de 170% a 180% do CDI para cerca de 120%, considerando financiamentos com valores, prazos e condições comparáveis. Os financiamentos podem ajudar a sustentar investimentos públicos num período para o qual ainda há incertezas em relação a recursos próprios.

"Outra vantagem do mundo dos entes que podem ter garantia da União é a facilidade de levantar valores", diz Itanielson Cruz, coordenador-geral das relações e análise financeira dos Estados e municípios do Tesouro Nacional. "Com aval da União é possível conseguir contratar operações de crédito com o Banco do Brasil ou com bancos privados. Para quem não tem garantia, as opções ficam apenas com BNDES e Caixa, praticamente. E o acesso a essas duas instituições já têm grande concorrência. Nas operações com garantia nunca chegamos a atingir os limites de crédito fixados anualmente pelo Tesouro."

A expectativa de ampliação das notas "A" e "B" nos Estados e municípios para o ano que vem, segundo Cruz, está relacionada à contribuição que a ajuda extraordinária da União relacionada à pandemia deu para as contas dos governos regionais.

Com os auxílios, diz ele, se espera uma "turbinada" nos índices de Capacidade de Pagamento (Capag) de 2021. Os ratings que valerão para os pedidos de aval do

Tesouro no ano que vem serão baseados no desempenho das contas de 2020.

Relatórios fiscais encerrados em outubro mostram que a arrecadação própria do agregado dos 26 Estados mais Distrito Federal sofreu queda de 3,4% nominais nos dez meses de 2020 ante igual período de 2019. As transferências da União, porém, subiram 50,5%, o que permitiu crescimento nominal de 4,8% das receitas correntes. No campo dos gastos com saúde, ao menos parte do aumento da demanda durante a pandemia foi coberta com repasses de recursos carimbados do governo federal.

Além disso, como sofreram queda de arrecadação própria nos primeiros meses do isolamento social, Estados fizeram contenção de despesas. Mais tarde, deixaram de pagar por seis meses o serviço da dívida com a União, outra medida do pacote de socorro do governo federal a Estados e municípios. Isso gerou mais dinheiro em caixa nos Estados do que se esperaria. Ao fim de outubro, a disponibilidade de caixa bruta no agregado dos 26 Estados e Distrito Federal era 36,5% maior em termos nominais contra igual período do ano passado.

George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, diz que, como o Estado recuperou a arrecadação própria no decorrer do ano, deve levar como superávit para o ano que vem o equivalente a boa parte dos R\$ 440 milhões em transferências extras da União para uso livre. Além disso, o Estado deixou de desembolsar R\$ 350 milhões no ano com a suspensão da dívida. “Não há dúvidas de que as transferências federais ajudaram a maioria dos Estados e devem ter contribuído para melhorar os indicadores avaliados pelo Tesouro.”

No caso de Alagoas, que detém rating “B” desde 2017, diz Santoro, a expectativa é manter a nota no próximo ano. Ele lembra que em 2015 o Estado tinha classificação “D” e subiu para o grupo “C” no ano seguinte. Nos últimos cinco anos, lembra, o endividamento do Estado caiu de 117% para 80% da receita corrente líquida.

“O efeito do rating que permite aval da União nas operações de crédito é imediato”, diz Santoro. Estados que já estiverem negociando empréstimos agora e conseguiram classificação “A” e “B”, avalia, já terão vantagens nas operações que fecharem em 2021, tanto no custo quanto na oferta.

“Eu tenho operação na qual pago 120% do CDI, com amortização para dez anos, uma taxa que não conseguiria com a nota ‘C’ ou ‘D’. Quando temos garantia da União, é possível negociar valores mais altos e praticamente todas as instituições financeiras aceitam emprestar. Sem isso, é preciso cumprir outras exigências, como a manutenção de um determinado nível de caixa como garantia”, afirma o secretário.

O Estado, segundo ele, planeja investir nos próximos dois anos o total de R\$ 5 bilhões, mais do que dobrando os R\$ 2 bilhões aplicados no biênio 2019/2020. Cerca de R\$ 700 milhões, diz Santoro, são de recursos de financiamentos.

Ele avalia que hoje há esforço maior dos Estados para obter melhor avaliação. Antes, lembra, até 2014, o aval da União estava mais disponível, até mesmo para Estados com rating mais baixo. Com uma política mais restrita para crédito desde 2015, restou aos Estados conquistar as notas que dão acesso às garantias da União ou enfrentar as condições mais difíceis para quem não tem aval.

Rogério Gallo, secretário de Fazenda de Mato Grosso, diz que as projeções do Estado indicam a melhora da nossa capacidade de pagamento para um rating que deverá permitir ter acesso às garantias da União. “Para classificação ‘B’ ou talvez até ‘A’”, diz ele.

Segundo Gallo, há grande volume de investimentos projetados para os próximos dois anos, no total de R\$ 6 bilhões, dos quais cerca de 60% devem vir de recursos próprios. Para investimentos com operações de crédito, diz o secretário, estão sendo estruturados projetos na educação e agricultura familiar com o Banco Mundial. E o Estado também planeja lançar uma carta consulta para financiamento de projetos de infraestrutura e de energia fotovoltaica.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Mau hábito persistente: é isto que você deveria fazer todos os dias

Por Paulo Roberto Sampaio Guilherme Reis Raul Monteiro paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Raio Laser

Maturidade

Se não houver intercâmbio, PP e PSD caminham efetivamente para um bate-chapa na Assembleia, oportunidade em que os dois partidos terão a oportunidade de mostrar quem é mais forte para comandar o Poder. Várias tentativas, da parte do governador Rui Costa (PT), foram tentadas para evitar o confronto, mas, com a decisão do PP de lançar o deputado Nilinho para concorrer com o candidato do PSD, Adolfo Menezes, a guerra está praticamente deflagrada. Agora, caberá ao governador arbitrar o jogo, assegurando que a disputa ocorra sob o mais elevado nível e possa assegurar a vontade suprema dos deputados. Cenário bom para a democracia é demonstração de maturidade dos parlamentares baianos.



Rui Costa

Se aquilo for naturalizado como um abraço, a vida das mulheres ficará pior. O que peço é que as autoridades públicas de São Paulo reconheçam que houve um assédio

Isa Penna, deputada estadual do PSOL, sobre o ato do deputado Fernando Cury, do Cidadania, de apalpar o seu seio

Devagar

A demora do governador Rui Costa (PT) em nomear o substituto de Maurício Barbosa na secretaria estadual de Segurança Pública (SSP) tem gerado especulações de que o governo poderá sofrer uma intervenção federal atendendo a pedido de um deputado de oposição na Assembleia que é também da Polícia Militar: o capitão Alden. Um alerta ao governador, que permanece com um interno na pasta.



Nelson Leal

Líder

Quem deve sair grande na sucessão à presidência da Assembleia Legislativa é o atual presidente Nelson Leal, com a decisão de seu partido, o PP, de lançar o nome do colega Nilinho à presidência da Casa. Leal chegou a jogar por Victor Bonfim, do PL, mas soube recuar e perfilar com a própria sigla no momento certo, mostrando que é homem de partido e, principalmente, de grupo.

Sem nomes

Além de não ter substituído Barbosa, Rui ainda não executou uma prometi- da reforma administrativa, não tem novo titular da Casa Civil, não definiu o que fazer com pastas ocupadas por PDT e PL, que apoiaram Bruno Reis (DEM) à Prefeitura de Salvador, e nem definiu o comando de órgãos como o MAM, que hoje sofre questionamentos a um projeto de reforma que pode afetar a área fonomenal da arquiteta Lina Bo Bardi.



Bruno Reis

Curado

O prefeito eleito de Salvador, Bruno Reis, está curado da Covid-19 e já pode retomar a agenda administrativa hoje, de acordo com o Dr. Silvestre Sobrinho, médico clínico que acompanha o vice-prefeito desde que foi diagnosticado com a doença. "Acometido por um quadro clínico brando da Covid-19, Bruno Reis apresenta os dois critérios que indicam a cura da doença: o clínico e o laboratorial. Cumpriu os dias de isolamento, encontrando-se assintomático e com ótimos resultados de exames laboratoriais e de imagem do tórax, além de dois exames de RT-PCR negativos nas últimas 72 horas", afirma o médico.

Conselho

O senador Jaques Wagner (PT) foi aconselhado a se afastar da disputa pela presidência da Assembleia Legislativa, depois que o quadro se confluiu com a oposição entre PP e PSD, os dois partidos mais importantes da base do governador Rui Costa (PT), na disputa pela sucessão do presidente Nelson Leal (PP). Wagner queria Fabricio Falcão, do PCdoB, como alternativa aos dois nomes.



Jaques Wagner

Desconfiança

O problema é que a aposta de Wagner foi vista com desconfiança em duas esferas: na do senador Otto Alencar, que trabalha há meses pela eleição de Adolfo Menezes (PSD), e na do governador Rui Costa (PT), para quem o ex-governador gostaria de colocar no comando do Legislativo algum de sua estrita confiança, como Manoel Fabricio, esquecendo-se que o governo ainda não acabou.

Nilinho, candidato 1

O deputado estadual Nilinho (PP) se lançou oficialmente como candidato para a Assembleia Legislativa da Bahia. "Com muita alegria recebi a enorme responsabilidade de ser o candidato do Progressistas na disputa pela presidência da Assembleia Legislativa da Bahia", destacou o parlamentar, em um perfil no Instagram.



Nilinho

Nilinho, candidato 2

Ainda na nota, Nilinho afirmou que seguirá "construindo pontes, procurando escutar todos os deputados da Assembleia Legislativa, para juntos construirmos um bloco amplo que com muito trabalho sairá vencedor".

Dia do Atleta

O vereador Téo Senna (PSDB) parabenizou todos os profissionais que se dedicam ao esporte pela passagem do Dia do Atleta, celebrado ontem. O parlamentar, reeleito para o quinto mandato na Câmara Municipal de Salvador (CMS), é professor de educação física e ex-jogador profissional de futebol, onde atuou em equipes baianas como Leônico, Bahia e Esporte Clube Vitória. "Tenho muito orgulho por ter uma vida sempre voltada ao esporte. Tive a sorte de logo cedo me apaixonar pelo futebol e buscar uma formação que pudesse abraçar o segmento esportivo foi algo natural. Neste dia, eu gostaria de parabenizar os meus colegas e também a todos que, muitas vezes, ultrapassam os próprios limites para alcançar a realização dos seus objetivos enquanto atleta", afirma o parlamentar.

Fake news

A Polícia Federal cumpriu na tarde de ontem três mandados de busca e apreensão nos bairros Buriúzil, em Santa Inês, e Fonte Nova, em Santana (AP), a pedido do Ministério Público, para averiguar se houve crime de divulgação de fake news eleitoral. A medida cautelar foi motivada em razão da propagação em massa de notícia falsa relacionada ao cumprimento de um mandato de busca e apreensão ontem pela Polícia Federal em uma investigação que apura compra de votos.

Sem isolamento

Pesquisa Datafolha revela que o isolamento social no Brasil está em seu pior nível desde o início da pandemia da Covid-19. Em dezembro, 7% dos entrevistados afirmaram estar vivendo normalmente, sem qualquer alteração em suas rotinas. Entre o grupo ouvido, 54% afirmaram que tomam cuidados, mas que se deslocam para trabalhar ou fazer outras atividades. Em pesquisa realizada em 3 de abril, esses números eram de 4% e 24%, respectivamente.

Tarefa

A nomeação da direção do MAM-BA é tarefa do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, o Ipac, responsável pelos museus estaduais, cujo comando informa que "o cargo será ocupado tão logo existam indicativos de segurança mínimos para abertura dos equipamentos", acrescentando que vem construindo a articulação para nomeação.

Vacina

Os especialistas da União Europeia chegaram à conclusão de que as vacinas atuais contra o coronavírus permanecem eficazes contra a nova variante da Covid-19 detectada em particular no Reino Unido, anunciou o governo alemão. De acordo com tudo o que sabemos até o momento e após discussões que ocorreram entre especialistas das autoridades europeias, a nova cepa não tem impacto sobre as vacinas, que permanecem igualmente eficazes", declarou o ministro da Saúde alemão, Jens Spahn.

Representatividade

A direção do Sindlimp-BA cobrou maior representatividade do povo negro e dos trabalhadores terceirizados, de limpeza urbana e asseio e conservação ao destacar a diplomacia do vereador Luiz Carlos Sulca (PT) para o terceiro mandato na Câmara de Salvador. Nesta quinta-feira (17), após receber o documento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-BA), o edil petista agradeceu o apoio da categoria e reafirmou o compromisso em representar os trabalhadores. "É de fundamental importância o apoio da categoria que me transformou em político. Estou vereador para cumprir uma função e defender as garantias desses profissionais que estão, inclusive, na linha de frente contra a Covid-19", declara o vereador.

Casos

A Bahia registrou ontem 1.657 casos de Covid-19 (taxa de crescimento de +0,4%) e 2.510 recuperados (+0,6%). Dos 469.680 casos confirmados desde o início da pandemia, 449.415 já são considerados recuperados, 11.435 encontram-se ativos. Os casos confirmados ocorreram em 417 municípios baianos, com maior proporção em Salvador (22,80%). Os municípios com os maiores coeficientes de incidência por 100.000 habitantes foram Ibirataia (10.148,90), Muniz Ferreira (8.070,60), Conceição do Coité (7.988,05), Piatã (7.856,66), Jururuçu (7.823,80). O boletim epidemiológico contabiliza ainda 864.058 casos descartados e 124.283 em investigação.

Brasil

O Brasil tem, segundo o boletim divulgado na noite deste domingo (20) pelo Ministério da Saúde, 7.213 milhões de casos confirmados de Covid-19. Deste total, há 6,22 milhões de casos recuperados e 804 mil em acompanhamento. Segundo o ministério, desde o início da pandemia, foram registrados 186.356 mortes pela doença. Nas últimas 24 horas, foram registrados 60,177 novos casos e 706 óbitos. A taxa de letalidade da doença é de 2,6%.

Hemoba

A Fundação Hemoba lança hoje, às 9h, a campanha "Presenteie com vida, doe sangue", que terá 10 dias de mobilização para atender as demandas transfusionais de final de ano. A abertura contará com a presença do Papai Noel, que vai doar sangue e decorar a árvore de Natal da sede da Hemoba. O objetivo é celebrar as datas festivas de dezembro, compartilhando amor e solidariedade.

Prioridades

O presidente Jair Bolsonaro, em seus dois primeiros anos de mandato, priorizou a participação em eventos ligados às Forças Armadas em agendas oficiais no Rio de Janeiro, seu bermo político. A cada quatro compromissos do mandatário em terras fluminenses, três envolvem os militares ou as polícias, segundo levantamento do jornal O Estado de S. Paulo.

VICTOR PINTO

Banalização das narrativas falaciosas

L i muito no Twitter esses dias publicações das pessoas com a seguinte menção: 'ficar atualizado das notícias no Brasil por 24 horas é ficar 24 horas irritado. Se para o leitor sou assim, imagine para nós, jornalistas, trabalhadores, escravos e operários dos fatos e das notícias? E revulante nos depararmos com narrativas falaciosas, mentiras descaradas, de diversas autoridades, dos engratadas as togadas (que o diga a operação Faroeste). Situações recentes nos remetem a esse tipo de enquadramento que nos desconfortam e alimentam uma visão de cenário de revolta cidadã na seara institucional. O primeiro caso versa sobre a vacina. Ouvir do ministro da Saúde o questionamento do "pra que tanta ansiedade" sobre a vacina do novo coronavírus e do presidente da República que a pandemia está no fim ou que passamos bem por ela é de faltar chão para por o pé.



A discussão envolvendo o STF sobre a obrigatoriedade da vacina nos faz deparar, principalmente nas redes sociais, com discursos sem noção. Como bem disse o Ministro Fux: ninguém "será puxado pelo cabelo" para tomar vacina. Toma quem quer, mas sanções serão aplicadas. Nos todos somos obrigados a votar, mas ninguém nos pega pelo braço e nos leva a uma. Mas se a gente não votar, temos as consequências.

A aplicação compulsória da vacina é lei, compete ao governo Federal escolher qual seria obrigatória, mas no cenário da pandemia isso foi feito pelo próprio Jair Bolsonaro em 6 de fevereiro deste ano, quando sancionou a lei 13.979 no artigo terceiro, inciso terceiro. Só jogar no Google que acha a legislação completa. O que o Supremo discutiu foi algo que já estava claro e evidente em lei.

Outra falácia essa semana disso respeito ao 13º do Bolsa Família. Em live, o presidente culpou Rodrigo Maia (DEM),

presidente da Câmara, por não aprovar a MP 1000 que garantisse o pagamento, mas um dia depois o ministro da Economia disse que não seria possível pagar esse dinheiro, mesmo aprovado pelo legislativo. Ué? Quem tá mentindo então? Agora Maia quer pautar e Guedes suspendeu suas férias para negociar isso por causa de uma mentira dita pelo presidente da República.

Cada vez mais nos deparamos com a banalização das narrativas falaciosas, mentirosas, em detrimento dos fatos reais escancarados em nossa cara e sem um combate mais aguerido. Isso é de uma complexidade sem tamanho para uma sociedade já efêmera e líquida (como diria Bauman) em diversos aspectos, principalmente o político. Antes era algo mais subjetivo quando se tratavam das instituições, mas agora é escancarado como se a vergonha e a moral não valessem de nada. Mas será necessário passar por isso? Sim. Resta saber se vamos tirar aprendizado disso tudo, durante a revolta.

"Victor Pinto é jornalista formado pela Ufba, especialista em gestão de empresas em radiodifusão e estudante de Direito da Ucsal. Atua na cobertura política em sites e rádios de Salvador. Twitter: @victordjornal"

Macapá

O médico e deputado estadual Antônio Furian (Cidadania) foi eleito prefeito de Macapá (AP) ontem com 55,7% dos votos, dentro de 99,4% das urnas apuradas, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O pleito para a Prefeitura da cidade foi adiado após o Estado do Amapá enfrentar uma grave crise no abastecimento de energia por cerca de três semanas. O eleito derrotou Josiel Alcolombre (DEM), irmão do presidente do Senado, Davi Alcolombre (DEM-AP). Josiel ganhou o apoio do presidente da República, Jair Bolsonaro, que sofreu importante derrota nas eleições municipais deste ano.

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro

A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

24 cooperativas do Nordeste são selecionadas para projeto

O Ministério da Agricultura, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, comandada por Fernando Schwanke, marca um golaço neste final de ano. Dá início a um intercâmbio de gestão, governança, acesso a mercados, aproximando 24 cooperativas nordestinas com as similares do Sul brasileiro.

“Com essa intercooperação vamos objetivar o desenvolvimento de milhões de agricultores familiares no País, e envolveremos o Brasil todo. Agora é só um piloto”, assim nos falou Már-

cio Madalena, diretor de cooperativismo da secretaria.

Das 24 cooperativas nordestinas, uma é da Bahia, a Coopercuc, cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá. Possui uma linha de doces do sertão, como compotas de umbu, maracujá da caatinga, com a marca “Gravetero”. Criada em 2004, tem hoje 204 cooperados.

Exemplo real

Significa o exemplo real da possibilidade do progresso, mesmo sob circunstâncias adversas e difíceis. Expor-

tam para a França, Itália e Áustria.

São doces e geleias de frutas nativas do sertão. Revelam como, em meio a um

território que representa 10% do País, a caatinga, a agricultura familiar pode estar globalmente presente.

Não seria de espantar se em um sofisticado hotel parisiense ali não estivéssemos passando uma geleia do nosso sertão no maior símbolo francês: o seu pão. O Ceará é o campeão dessa primeira seleção, com nove cooperativas, e a Paraíba, a vice-campeã, com outras cinco selecionadas.

Comando

O Mapa, a OCB e o IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura estão no comando deste projeto. Um presente de Natal para o Nordeste e para

todo o País.

Quem sabe cooperar vai superar e prosperar.

As cooperativas selecionadas: Coopaz, CPLA (Alagoas); Coopercuc (Bahia); Coopemova, Cooperfam, Cooperai, Coopernorte, Coopoi, Cooaf, Copafesp, Copdest, Copita (Ceará); Coafes (Maranhão); Comase, Frutiaçu, Ovinocoop, Cooprafe, Copaf (Paraíba); Coopeafa, Coopcafa, Coopaf, Cooperama (Pernambuco); Coopercaho, Coafs (Rio Grande do Norte).

Feliz Natal e um ótimo Ano Novo cooperativo!

Projeto aproxima 24 cooperativas nordestinas a similares do Sul brasileiro

Das 24 cooperativas nordestinas, uma é da Bahia, a Coopercuc

MIRIAM HERMES

A preservação e recuperação de nascentes na região oeste e a biorrefinaria de microalgas para tratamentos de rios urbanos e efluentes de Salvador são os temas dos dois projetos baianos que estão entre os 24 finalistas do Prêmio da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) 2020.

O prêmio de abrangência nacional foi criado há 14 anos para reconhecer as melhores práticas e iniciativas focadas na conservação das águas no Brasil. Neste período o prêmio contabiliza 2.952 trabalhos inscritos com premiação de 40 projetos em todas as regiões do Brasil.

O anúncio dos ganhadores está previsto para março de 2021, durante a programação pelo Dia Mundial da Água. Os vencedores das oito categorias vão receber o Troféu Prêmio ANA, que nesta edição contou com 695 inscrições, número recorde em sua história.

Este ano, que marca duas décadas de criação da ANA, o certame tem uma novidade. Todos os 24 finalistas poderão utilizar em seus materiais de divulgação o Selo Prêmio ANA: Finalista ou o Selo Prêmio ANA: Vencedor, de acordo com o resultado final.

Desenvolvido pelos produtores rurais do Oeste da Bahia através da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) e da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) o projeto 'Identificação, Preservação e Recuperação de Nascentes', mobiliza organizações, prefeituras, população das localidades atingidas e outros órgãos e participa do prêmio na categoria Organizações Cívicas.

Criado em 2018 o projeto que faz parte do programa de ações das duas entidades, possibilitou intervenções em 63 das 220 nascentes já identificadas com necessidade de ações nos municípios de Barreiras, Baianópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Correntina, Jaborandi, Cocos, Mansidão, São Desidério e Wanderley.

Modelo de trabalho

Para o presidente da Abapa, Júlio Busato, a indicação do projeto como finalista do Prêmio “é um reconhecimento da sua importância para os rios da região”.

Ele salientou ainda que o modelo de trabalho implementado, através de diversas parcerias e apoios, “pode ser multiplicado não só no

Oeste da Bahia, mas também em outras regiões do Brasil”, disse sem esconder o entusiasmo com os resultados já obtidos.

“Criamos uma grande rede de comunicação e, em um ano e meio mobilizamos mais de mil pessoas diretamente”, afirmou uma das coordenadoras do projeto, diretora de Meio Ambiente e Irrigação da Aiba, Alessandra Chaves, lembrando que em 2020 a pandemia atrapalhou o processo, mas que ações ocorreram com menor envolvimento das comunidades.

Ela destacou que tão importante quanto a intervenção física é a conscientização e capacitação da comunidade no entorno, “de que a recuperação e proteção das nascentes é decisiva para a regularidade da vazão da água para os múltiplos usos, incluindo atividades produtivas como agricultura e pecuária”.

“Depois de um diagnóstico local é que se determina qual intervenção será realizada. Em alguns lugares é só cercar a Área de Proteção Permanente (APP) em torno da nascente, para evitar que o gado pisoteie. Em outros locais as nascentes estão cercadas e é preciso fazer a recomposição vegetal”, explicou.

Chaves, acrescentou que em alguns lugares é preciso maior interferência, a exemplo do modelo Caxambu, que protege e permite a perenização dos pontos de afloramento, também evitando a contaminação da água.

Plantas nativas

Com financiamento do Instituto Brasileiro do Algodão (Iba) e do Programa para o Desenvolvimento Agropecuário (Prodeagro), o projeto conta com uma assessoria técnica especializada, contratada para tratar de cada nascente de acordo com as necessidades.

Também a Universidade Estadual da Bahia (Uneb), através do Campus IX, de Barreiras participa do projeto através do viveiro de plantas nativas, reativado para a produção de mudas que estão sendo usadas na recomposição das áreas degradadas.

Afluente do rio Grande, que por sua vez deságua no São Francisco, o rio de Ondas foi o primeiro a receber uma atenção especial em toda microbacia, através de um convênio específico assinado pelas associações, a Prefeitura de Barreiras e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e

PRESERVAR Planos de recuperação de águas na capital e oeste baiano estão entre os finalistas de premiação da ANA

Projetos baianos para tratar rios são finalistas de prêmio



Isadora Machado é pesquisadora de projeto finalista

Acervo pessoal

Parnaíba (Codevasf) no início de 2020.

A partir do diagnóstico preliminar, elaborado pela equipe técnica do projeto, foram realizadas ações contra processos erosivos, construção de barraginhas, terraços e passagens molhadas, obras estruturantes para facilitar a infiltração da água da chuva, evitando o assoreamento dos mananciais.

Para 2021, segundo Alessandra Chaves, existe a ex-

pectativa de fechar parceria com a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), que já mantém o Centro de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (Crad) e desenvolve outros projetos na área ambiental na região.

Premiação 2020

Pela categoria Pesquisa e Inovação Tecnológica do Prêmio ANA 2020, concorre o projeto 'Biorrefinaria de microalgas para tratamen-

tos de rios urbanos e efluentes', desenvolvido por pesquisadores de Salvador.

Com previsão de estar funcionando a partir de fevereiro/março de 2021, no rio Camarajipe (que deságua no Costa Azul), o estudo “foi motivado pela falta de saneamento na Bahia, que apresenta menos de 50% da população com coleta de esgoto”, disse a mestre e doutoranda em Engenharia Industrial pela UFBA, Isadora Machado.

“Vivemos em uma cidade costeira com muitos rios urbanos que hoje a população conhece como canais, mas são rios que recebem esses esgotos que não são coletados nem tratados. Como engenheiras ambientais e sanitárias tínhamos que desenvolver alguma tecnologia que fosse eficaz e também viável investir nesta tecnologia”, enfatizou.

Ela salientou que o projeto foi iniciado em 2014, durante a sua graduação, junto com Adna Caroline V Oliveira, atualmente mestrande em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs e o professor do Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Federal (Ufba), Ícaro T.A. Moreira.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de estudos do rio Camarajipe, cujas águas são verdes por causa das microalgas. “Constatamos em laboratório que elas removem de 84 a 99% de contaminantes presentes em água”, explicou Machado, acrescentando que a ideia foi utilizar estes microrganismos para tratar as águas dos rios urbanos.

Um passo importante aconteceu em 2018, quando foram construídos fotobiorreatores de 50 litros, para misturar a água com as microalgas e remover os poluentes.

Com parcerias

Para montar a biorrefinaria no rio Camarajipe, no ano passado, o projeto foi aprovado pelo edital Salvador Resiliente da prefeitura com as parcerias do Parque Social, da Fundação AVINA e Incubadora InPacto, com a meta de funcionar a partir do ano que vem com parceria da Ufba e da Colabore.

A dinâmica do processo de despoluição tem três etapas. Após a captação a água passa por grades para retirar o lixo e por um desarenador, para retirar a areia. Depois passa pelos fotobiorreatores, onde as microalgas são misturadas para remover os poluentes. Por fim é separada a água tratada dos microrganismos, que nesta fase crescem formando a pasta chamada biomassa.

“O interessante dessa biotecnologia é que esta pasta de biomassa é reaproveitada para gerar bioprodutos, como o biodiesel e biofertilizante que podem ser usados em hortas e parques urbanos”, asseverou Isadora Machado, salientando que a proposta é “transformar esse tratamento em autossustentável, para não gerar nenhum resíduo”.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

INTERNET **Leia matérias sobre empreendedorismo no Portal A TARDE**

www.atarde.com.br/economia

NEGÓCIOS Empresas de eventos infantis se reinventam na pandemia

Festas para os pequenos ganham novas versões

LUÍSA CARVALHO*

O aniversário costuma ser uma data especial para as crianças. Muitas esperam que o dia seja comemorado e aguardam o momento em que irão escolher o tema de sua festa e convidar seus amigos. Mas, em um ano marcado pela pandemia do novo coronavírus, a maioria dos pais tem receio de realizar esse desejo dos filhos.

Aqueles que, mesmo com hesitação, optam por não deixar o dia "passar em branco" estão recorrendo às adaptações das empresas de eventos infantis. Aos empresários do ramo, que vivem um momento desafiador, foi necessário elaborar alternativas criativas para conseguir manter seus negócios durante o isolamento social.

De acordo com pesquisa realizada pela União Brasileira dos Promotores de Feiras (Ubrafe) e pela Associação Brasileira de Empresas de Eventos (Abeoc) em parceria com o Sebrae, 98% do setor de eventos foi impactado pela Covid-19.

Ainda que as dificuldades sejam gerais, a presidente regional da Abeoc na Bahia, Cinara Cardoso, considera que para os empreendedores do ramo infantil "o sofrimento foi um pouco maior". Ela observa que festas online, nesse caso, podem não ser a melhor solução. "O evento infantil não funciona tão bem no online por conta do perfil do público. Não há a mesma atenção dos adultos", diz.

Além disso, o analista do Sebrae Wagner Gomes destaca outra dificuldade dos empresários que precisam buscar alternativas que não foquem no digital: a incerteza do momento.

Com a expectativa de um aumento do número de casos de Covid-19 após um período de relativo afrouxamento da quarentena, as estratégias de redirecionamento desses negócios precisam ser mais amplas para que empresários consigam se adaptar a um cenário de mudanças constantes.

Modelo pocket

Os eventos em espaços infantis permanecem proibidos e, desde março, a casa de

"As festas que estamos fazendo não cobrem os custos"

BETH BAHIENSE, da Pingo Mágico



Rafael Martins / Ag. A TARDE

festas do Mundo Caramelo (@mundocaramelofestas) está fechada. Para lidar com a falta de perspectiva sobre quando seu negócio voltará a funcionar da forma costumeira, a proprietária Graça Dias ajustou suas festas ao modelo pocket. A pocket party – "festa de bolso" em tradução do inglês – é uma comemoração pequena, feita para poucos convidados, mas que não deixa de lado os detalhes decorativos das festas tradicionais. "Criamos um projeto de decoração que comportasse a sala das famílias", explica Graça.

Como forma de garantir maior segurança, o Mundo Caramelo passou entregar na casa dos clientes toda a estrutura da festa pronta. "Não dá para entrar alguém com um bolo e depois outro com os balões. Então a gente junta tudo e leva de vez", afirma Graça sobre o formato que a empresa adotou para evitar uma maior circulação de pessoas no lugar do evento.



Graça explica que a Mundo Caramelo agora faz festa pocket

Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

Lulu Candy Cotton / Divulgação



Andrea conta que a Happy tem modelos alternativos

A Happy Eventos (@happyeventos) tem experimentado diversos modelos alternativos em busca de se adequar à pandemia. Foram realizados aniversários pequenos em casa e eventos drive-in. Andrea Chamusca, sócia-gerente da empresa que tem como carro-chefe as apresentações do animador infantil Tio Paulinho (@tio paulinho), destaca, entre os tipos de eventos adotados, as lives interativas.

Brincando na live

Para adequar o evento digital ao público infantil, foi necessário um planejamento específico. As festas de aniversário em live são acompanhadas da realização de algum tipo de atividade, como a realização de oficinas infantis e brincadeiras. O evento é conduzido por Tio Paulinho e tem uma hora de duração, tempo que Andrea acredita ser o ideal para manter a atenção das crianças do início ao fim.

Os convidados recebem em casa um kit contendo os materiais da brincadeira, lanches e um cupcake para a hora do parabéns.

Na porta de casa

O evento drive-thru, que também ficou conhecido por aqui como festa com carreta, foi uma das formas que a Pingo Mágico Buffet Infantil (@pingomagicobuffet) encontrou de manter seu negócio na pandemia. Nesse modelo, o convidado é recepcionado na frente da casa do aniversariante no horário do evento e, sem sair do carro, pega um kit com salgadinhos e deixa o seu presente. Além dos aniversários, esse evento também está sendo adotado para chás de bebês, quando recebe o nome de "charreata".

As reinvenções dos empreendedores do ramo infantil, apesar de criativas, não estão sendo suficientes para gerar receita para as empresas, principalmente para aquelas que têm casas de festa. A proprietária do buffet Pingo Mágico, Beth Bahiense, diz chateada: "É difícil ficar no pequeno empresário porque as festas que estamos fazendo não cobrem os custos que temos com a casa".

Caso não haja qualquer perspectiva de vacinação, especialistas consideram o primeiro trimestre de 2021 como "morto" para os organizadores de evento. Se preparando para o pior, empresários da área têm buscado ampliar seus negócios. Beth Bahiense pretende atender não só festas infantis e vem se adaptando para alcançar também outros públicos. Graça Dias, do Mundo Caramelo, está investindo em seu espaço para que, assim que as casas de festas sejam liberadas, possa oferecer um atendimento mais diversificado aos clientes.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

98%

do setor de eventos foi impactado pela Covid-19, de acordo com pesquisa realizada pela União Brasileira dos Promotores de Feiras (Ubrafe) e pela Associação Brasileira de Empresas de Eventos (Abeoc) com o Sebrae

Os eventos em espaços infantis permanecem proibidos desde o mês de março, quando a pandemia chegou ao País

Obrigatoriedade do uso de maquiagem e o ressarcimento desses gastos pelo empregador



Valton Pessoa

Mestre e Doutor em Direito do Trabalho pela PUC/SP, sócio do escritório Pessoa e Pessoa Advogados e professor da Faculdade Baiana de Direito

valton@pessoaepessoa.com.br

Determino que todas as minhas funcionárias trabalhem maquiadas. Posso ser obrigado a ressarcir os gastos realizados com a compra desses produtos? ANÔNIMO

Resposta: É possível o empregador, a partir de uma interpretação ampliada do artigo 456-A da CLT, exigir que as suas funcionárias utilizem maquiagem durante a prestação laboral, quando esta for compatível com a função exercida.

Isto ocorre, especialmente, nos casos em que o cargo demande atendimento ao público. Fora dessas hipóteses, impor que as trabalhadoras façam uso desses cosméticos pode representar um exercício abusivo de direito.

Neste sentido, destaca-se

que, face ao seu poder diretivo, pode o empregador definir o padrão de vestimenta no ambiente de trabalho. Também cabe a ele, por outro lado, conceder as vestimentas e os eventuais acessórios essenciais à prestação do serviço.

Dito isto, caso a utilização de maquiagem seja uma imposição do contratante para o desempenho das atividades laborais, é necessário que o empregador também forneça esses cosméticos. Se isto não for realizado, é possível que a empresa seja obrigada a ressarcir os gastos

das suas funcionárias com a compra dos itens de beleza.

Em caso análogo, RT

A empresa deve fornecer os cosméticos ou ressarcir os gastos efetuados pelas suas funcionárias

1001968-78.2015.5.02.0701, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região deferiu a uma trabalhadora uma indenização mensal no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), utilizando como base, para fins de fixação do montante, o valor de mercado para aquisição desses produtos.

Neste caso, a funcionária laborava em uma companhia aérea, desempenhando a função de aeromoça. Restou comprovado nos autos que a comissão deveria obrigatoriamente se apresentar ao trabalho utilizan-

do maquiagem. Caso contrário, seria impedida de embarcar.

Observa-se, portanto, que o uso de cosméticos era essencial ao desempenho das atividades laborais, justificando, por essa razão, a condenação da empresa ao seu ressarcimento.

Deste modo, havendo exigência pelo empregador do uso de maquiagens durante a prestação dos serviços, a empresa deve fornecer os cosméticos ou ressarcir os gastos efetuados pelas suas funcionárias com a compra desses produtos.

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

INTERNET Leia mais sobre negócios e carreiras no Portal A TARDE

www.atarde.com.br/economia

empregosenegocios@grupatarde.com.br

Olga Leiria / Ag. A TARDE



André e Chris comemoram performance

FÁBIO BITTENCOURT

As vendas do comércio no estado devem crescer agora em dezembro 2,4%, impulsionadas pelo Natal, data mais importante para o varejo, mesmo que em um ano atípico. Destaque para o setor de materiais de construção (40%), móveis, artigos para o lar e decoração (32%), eletrodomésticos e eletrônicos (15%). Por outro lado, a tendência é que o grupo de vestuário e calçados, que tradicionalmente lidera as pesquisas de intenção de compras de presentes no final do ano, sofra retração de quase 20%, é o que aponta projeção da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo da Bahia (Fecomércio).

Ainda de acordo com o levantamento, as empresas devem faturar no período R\$ 11,2 bilhões – R\$ 263 milhões a mais que em dezembro de 2019, e melhor resultado para o mês desde 2015. Segundo o consultor econômico da entidade, Guilherme Dietze, o resultado reflete uma espécie de boom vivido pelo mercado da construção civil, em plena pandemia, em que as pessoas estão mais em casa e menos na rua, portanto, investindo mais na própria moradia, do que em roupa ou sapato.

Dietze destaca, porém, que, “para não criar otimismo exagerado no comércio, vale lembrar que esse crescimento é assimétrico”. “Ao mesmo tempo que tem mais gente comprando material de construção, eletrodoméstico, pagando por reforma, decoração, tem menos gente abastecendo veículo, comprando carro, joias. As pessoas estão voltadas para o lar, os juros do financiamento habitacional estão mais baixos. A construção civil está explodindo, é o que mais gera emprego na Bahia, e o varejo é beneficiado com isso. Enquanto uns riem outros choram”, diz ele.

Amigo-secreto online

O economista lembra ainda que, para 2020, era esperada uma queda de 25% no faturamento do setor, não fosse o auxílio emergencial do governo que destinou, somente ao estado, R\$ 17 bilhões para 41% dos baianos, segundo os seus cálculos.

PROJEÇÃO Pesquisa da Fecomércio na Bahia aponta para alta nas vendas do setor de material de construção e artigos para o lar; e queda no grupo vestuário

Varejo prevê crescimento de 2,4% em Natal atípico

DE OLHO NAS DICAS DO SEBRAE

ILUMINE A FACHADA

Utilize a fachada inteira da loja. Dê destaque com mini lâmpadas para que todos entrem no clima de Natal

NAS REDES SOCIAIS

Na internet, não deixe de destacar promoções relacionadas à data

ORGANIZAÇÃO

Organize sua equipe de forma que sempre tenha alguém responsável por manter a loja em ordem e os produtos nos lugares certos

VALE-PRESENTE

Muitas lojas têm utilizado este recurso para aumentar as vendas no final de ano e também evitar os incômodos das trocas de presente

PLANEJE A AÇÃO

Defina claramente qual é o objetivo da ação. É desovar o estoque? Abrir espaço nos estoques para novas mercadorias? Atrair e trazer novos consumidores?



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

A empresa de logística Pra Já Envios, de Vinícius, decolou com a pandemia



Uendel Galter / Ag. A TARDE

Pedro inovou na Johnny's Pizza

Quem anda surfando a boa fase vivida pelo comércio, em especial com a recomendação de distanciamento social e a alta do e-commerce, é o publicitário e empreendedor Vinícius Alves, 36, que viu seu negócio de logística (entregas), a Pra Já Envios, decolar. Até mesmo com trocas de

presentes de amigo-secreto online ele vem atuando.

Para a analista do Sebrae Cristiane Serra, a crise sanitária mais do que nunca evidenciou e consolidou o modelo de negócio digital, ao mesmo tempo que fez a maioria se virar e reinventar. Da forma de como se relacionar ou melhor escoar

a produção, “sob pena de não mais continuar”.

Segundo ela, vale de tudo –, de oferecer entrega em domicílio, como abrir canal de vendas no Whatsapp, Instagram, Facebook. Sem esquecer, porém, de trabalhar promoções (vantagens reais para o consumidor, ela frisa), vitrine, decoração, o

estabelecimento de meta e engajamento da equipe.

“É preciso estar atento até mesmo aqueles que vão deixar para comprar os presentes na última hora. A esses consumidores é preciso prestar a mesma atenção de quem se antecipou, foi às compras com mais tempo, dedicação. É possível fidelizar os atrasados, ofertando a entrega do presente em casa. Nos dias seguintes às festas, separar sobra de estoque, definir espaço para novas coleções. Sempre manter claras as informações aos clientes, como forma de pagamento, regra para troca de mercadoria, além de gerir bem as ferramentas digitais de comunicação”, afirma.

O casal André Balbi e Chris Maluf estavam prestes a inaugurar, em março/abril, uma franquia da Empório Coisas de Minas, em Ondina, quando estourou o coronavírus por aqui. Foi preciso esperar até 3 de outubro, quando abriram o salão para até 26 pessoas, e sete mesas. No local, com estacionamento privativo, tem loja com os produtos típicos, cafeteria, lanchonete. Entre os carros-chefes, pão de queijo da Serra da Canastra, sanduíche, café especial, vinho. Em dois meses de operação, Balbi comemora a performance e diz esperar crescer 130% em dezembro.

Como opção de presente ele sugere cestas de Natal com artigos genuínos mineiros (geleia de pimenta defumada, carne na lata, waffle com linguça, mate-couro) podendo sair entre R\$ 40 até R\$ 1 mil. Ele destaca uma coleção de cachapas artesanais, que podem sair até R\$ 200 o litro. “Estamos bem otimistas, a aceitação tem sido fantástica. Nosso objetivo é oferecer aqui a melhor experiência a nossos clientes”.

Com uma unidade na Federação e outra na avenida Paralela (Alphaville), o sócio na Johnny's Pizza, Pedro Tanuri, 34, fala também em crescimento nas vendas “com mais gente em casa”. Com foco no delivery, contudo, recentemente apostou em um “algo mais” e, na Paralela, oferece agora no happy hour “petiscos próprios e exclusivos”. “Já estou pensando em ações para 2021”.

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

PUNIÇÃO Cidadania determina afastamento de deputado acusado de assédio

www.atarde.com.br/politica
DISCURSO Ministro diz que só assim a economia brasileira poderá ser retomada sem interrupção

Recuperação econômica só com vacinação em massa, diz Guedes

DA REDAÇÃO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a economia brasileira só poderá ser retomada sem interrupção com a vacinação em massa da população contra a Covid-19. Na quinta-feira, 17, ao discursar em evento em Porto Seguro, no sul da Bahia, o presidente Jair Bolsonaro voltou a dizer que não se vacinará. Ao apresentar um balanço de final de ano, Guedes declarou que a recuperação da economia ocorrerá com base no consumo e investimentos, após a população ser vacinada.

“Isso só será possível na medida em que nós tenhamos esse retorno seguro ao trabalho, e esse retorno seguro ao trabalho exige a vacinação em massa da população brasileira”, disse o ministro. Guedes destacou ainda que o governo federal liberou R\$ 20 bilhões para a compra de imunizantes contra a Covid-19 e reiterou a importância da vacinação gratuita e voluntária.

“Qualquer brasileiro pode escolher a vacina que ele quer tomar, não paga pela vacina, escolhe a vacina se quiser tomar”, afirmou. Ao ser questionado se iria se vacinar, o titular da Economia inicialmente se esquivou. “Eu exerço cargo público. Como libe-



Edu Andrade / Ascom / ME

Para Paulo Guedes, quem escolher não se imunizar deve ter a circulação restrita

ral, tenho direito à privacidade quando respondo uma coisa desse tipo”, declarou. Em seguida, porém, sinalizou

Ministro diz que a pessoa deveria decidir sobre tomar a vacina

que deverá tomar a vacina. “Trabalhei esse tempo todo no meio de uma porção de gente que pegou. Então, claro, se tiver uma vacina aí, que duas sociedades extraordinariamente civilizadas e avançadas estão vacinando, eu vou olhar e falar assim: ‘Eu quero essa aí rápido, eu já estou exposto esse tempo’. Já falei até mais do que devia, eu tinha o direito à privacidade”, completou.

Para o ministro, os indivíduos devem ter o direito

de decidir tomar ou não a vacina, no entanto quem escolher por não se imunizar deve ter a circulação restrita. “Se alguém não quiser tomar, ele tem o direito de não tomar. Agora, ele também não deve ir para um cinema. Ele não tomou, pode estar inoculado, pode estar passando isso para os outros. Eu até gostei da ideia do passaporte de imunização, que, por exemplo, os shoppings na porta poderiam oferecer”, defendeu.

Em cerimônia de apoio ao setor produtivo em Porto Seguro, na quinta-feira, Bolsonaro reafirmou sua posição contrária à vacinação compulsória. “Ninguém pode obrigar ninguém a tomar a vacina. Se o cara não quer ser tratado, que não seja. Se não quero fazer quimioterapia e vou morrer, o problema é meu, pô”, afirmou. “Alguns falam que estou dando um péssimo exemplo. Ô, imbecil, ô idiota que está dizendo que dou péssimo exemplo, eu já tive o vírus, eu já tenho anticorpo. Para que tomar vacina de novo?”, questionou o chefe do Palácio do Planalto, apesar de haver casos de reinfeção já confirmados no Brasil.

Sobre o contrato da Pfizer, Bolsonaro repetiu que o laboratório não se responsabiliza por eventuais efeitos colaterais. “Se você virar um jacaré, problema de você [sic]. Se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso. O que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas. Como é que você pode obrigar alguém a tomar uma vacina que não se completou a terceira fase ainda, que está na experimental?”, discursou.

Aprovada MP das vacinas sem termo de responsabilidade
DA REDAÇÃO

A Câmara Federal aprovou ontem a Medida Provisória 1003/2020, relativa à compra e distribuição de vacinas contra a Covid-19 no país. O texto estabelece o prazo máximo de cinco dias, contados a partir da apresentação do pedido, para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizar o uso emergencial de qualquer imunizante já aprovado por órgãos regulatórios internacionais. Como anunciado anteriormente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), foi excluída da MP a previsão de um termo de responsabilidade a ser assinado por aqueles que fossem imunizados contra a Covid-19.

A assinatura do termo é defendida por Jair Bolsonaro. Inicialmente elaborada para formalizar a adesão do Brasil ao consórcio Covax Facility, a MP foi modificada na Câmara para incluir recomendações ao plano nacional de vacinação. O governador Rui Costa e o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, elogiaram decisões do Supremo Tribunal Federal e do ministro Ricardo Lewandowski sobre a vacinação. O chefe do Executivo baiano parabenizou a decisão de Lewandowski, que autorizou a importação e distribuição, por estados e municípios “O Brasil tem presa”, disse Rui.

BAHIA

STJ mantém sentença de juiz

DA REDAÇÃO

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a sentença do juiz baiano Ícaro Matos que absolveu dois empresários da acusação de crime contra a ordem tributária. Foi acolhida pelo STJ a tese do advogado de defesa César Faria de que a divergência sobre a alíquota a ser aplicada para cálculo do ICMS jamais poderia configurar crime tributário, e o Estado não deveria exigir o pagamento a maior sob ameaça de sanção penal.

Na sentença, o magistrado distinguiu os conceitos de inadimplência fiscal e sonegação fiscal, destacando que, no caso concreto, trata-se de uma discussão de incidência ou não de norma do convênio ICMS 76/94, a ser dirimida na seara administrativa, não havendo implicações no campo penal, afastando a tipicidade do crime fiscal.

O STJ manteve a absolvição dos acusados relatando que se deu por falta de tipicidade do crime tributário, aduzindo que “a lei pro-



Divulgação

Foi acolhida pelo STJ a tese do advogado César Faria

Juiz baiano Ícaro Matos distinguiu inadimplência fiscal de sonegação

cessual penal não estabelece a necessidade de intimação do Ministério Público para se manifestar acerca da resposta à acusação, estabelecendo o art. 397, do CPP, que ‘após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando ve-

rifica (...)’. O STJ afirma que o MP não tem direito à tréplica. “O MP opôs embargos de declaração, arguindo nulidade da absolvição sumária, por falta de intimação para se manifestar sobre a resposta à acusação. Os embargos foram rejeitados pelo TJ-BA. Em seguida, o MP do Estado da Bahia interpôs recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça, não admitido pelo TJ-BA, sob o fundamento da falta de prequestionamento da nulidade não requerida nas razões de apelação”, afirmou o STJ.

Acrescentou o ministro Schietti, que “está correta a decisão agravada, a não admitir o trâmite da insurgência” e que “a falta de prequestionamento impede o trâmite do recurso especial”. “A ausência de impugnação específica deste fundamento do acórdão estadual enseja o não conhecimento do recurso especial, incidindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula n. 283 do STF”.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM
WWW.ATARDE.COM.BR
DA REDAÇÃO

Criado na Bahia em 2002, o ‘FPI na Bacia do São Francisco’ diagnostica os danos ambientais e adota medidas preventivas e de responsabilização dos agentes causadores das degradações. Ontem, o projeto foi destaque nacional ao conquistar o primeiro lugar no ‘Prêmio CNMP 2020’ na categoria ‘Indução de políticas públicas’.

O ‘FPI na Bacia do São Francisco’, que conta com atuação do Ministério Público da Bahia (MP-BA) se tornou-se interestadual em 2018, com apoio do Comitê do São Francisco. Formado por mais de 50 instituições, é um projeto cujos desdobramentos são acompanhados por agentes locais e pela própria equipe, mesmo após sua finalização.

Em cada etapa da FPI, são realizadas vistorias em diversas áreas como saneamento básico, desmatamento, carvoarias, casa de comércio de agrotóxicos, propriedades rurais, extração mineral, indústria cerâmica, transporte de produtos

florestais, áreas de preservação e reserva legal, complexo eólico, barragens, piscicultura, fauna, patrimônios cultural e espeleológico (grutas e cavernas), segurança do trabalho e comunidades tradicionais, tais como indígena e quilombola.

Outro projeto do MP premiado nacionalmente foi o Gepade, criado a partir da necessidade de criação de uma ferramenta que integrasse informações sobre utilização de recursos em todas as áreas do MP e auxiliasse a administração superior na tomada de decisões.

LEIA MATÉRIA COMPLETA EM
WWW.ATARDE.COM.BR
PROGRAMAS E PROJETOS DO MP

Prêmio destaca projetos de membros e servidores do MP brasileiro que mais se destacaram na concretização do planejamento estratégico nacional do MP

GOVERNADORES

Rui e mais 16 pedem extensão de estado de calamidade

DA REDAÇÃO

Governadores de 17 estados, incluindo Rui Costa, da Bahia, enviaram um ofício ao presidente Jair Bolsonaro ontem para pedir que o governo federal prorogue o reconhecimento do estado de calamidade pública por seis meses. O decreto em vigor, proposto por Bolsonaro

e aprovado pelo Congresso, é válido até o dia 31 de dezembro deste ano.

Com o reconhecimento do estado de calamidade, o governo tem permissão para aumentar o gasto público e desobrigar a meta fiscal prevista para o ano. “Com aumento do número de casos da doença, elevação da taxa de transmissibilidade em várias regiões

brasileiras, alto percentual de utilização de leitos clínicos e de terapia intensiva, e crescimento diário do número de óbitos, faz-se necessário o reconhecimento de que o país ainda se encontra em estado de calamidade pública”, argumentaram.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM
WWW.ATARDE.COM.BR

sindiquímica Bahia
CUT FUP

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Pelo presente edital, o SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO, PETROQUÍMICO, PLÁSTICOS, FERTILIZANTES E DE TERMINAIS QUÍMICOS DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ nº 03.912.059/0001-44, com sede à Rua Marujos do Brasil, nº 20, Tororó, Salvador, por determinação de sua Diretoria Executiva, por seu diretor infra firmado vem convocar associados e não associados pertencentes às categorias dos profissionais empregados das empresas da base de representação do SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ADUBOS E CORRETIVOS AGRÍCOLAS DO NORDESTE (SIACAN) para as assembleias gerais extraordinárias a serem realizadas nos portões principais de acesso das empresas, entre os dias 21 e 22 de dezembro de 2020, nos horários de entrada e saída, observando as escalas de trabalho dos trabalhadores do regime de turnos e do administrativo. Na oportunidade será objeto de discussão e deliberação a seguinte ordem do dia: A – discutir e deliberar a Pauta de Reivindicações a ser encaminhada ao SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ADUBOS E CORRETIVOS AGRÍCOLAS DO NORDESTE (SIACAN) para consecução de Convenção Coletiva de Trabalho, para o período de 2021/2022, inerente à data-base da categoria em 1º de janeiro; B – Outorga de poderes à Diretoria desta Entidade laboral para empreender as negociações necessárias, celebrar Convenção Coletiva, instaurar e se defender em Dissídio Coletivo, firmar acordos judiciais ou extrajudiciais; C – Autorizar a deflagração de greve, em caso de malogro das negociações; D – Aprovação de Assembleias de caráter permanentes e periódicas enquanto perdurarem as negociações; E – Discutir e deliberar sobre a instituição de contribuição assistencial/pergocial em favor desta Entidade, no valor correspondente a 2% sobre o salário base, a ser descontado em folha de pagamento de todos os trabalhadores das referidas empresas no mês subsequente à assinatura da respectiva CCT, resguardando o direito a oposição antes do desconto; F – O que ocorrer.

Salvador, 19 de dezembro de 2020
 José Bomfim Xavier da Hora
 Diretoria Colegiada.

ECONOMIA

& NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

PRIORIDADES Guedes cita Eletrobras e Correios como “privatizações óbvias”

www.atarde.com.br

PESSOAL Recebimento de salários e do 13º deve ter efeito multiplicador sobre a economia estadual

Pagamento de servidores baianos deve injetar R\$ 4,26 bi no estado

MARJORIE MOURA

O cenário de estagnação pelo qual o país atravessa devido à pandemia de coronavírus deve ser alterado ao longo desta semana, com a chegada de R\$ 4,26 bilhões na economia da Bahia, quantia estimada pelo governo do estado que será injetada com o pagamento dos servidores ativos e aposentados e pensionistas correspondendo à quitação das folhas de novembro, dezembro e do 13º salário. O aporte deve criar um efeito multiplicador nos setores de comércio e de serviços.

A Secretaria da Administração (Saeb) informou que quitou a folha do mês de novembro no dia 30, totalizando o valor de R\$ 1,48 bilhão, pago para 270 mil servidores do Estado. No dia 18 de dezembro, conforme tabela publicada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz) no começo des-

te ano, será quitada a segunda parcela do 13º salário, cerca de R\$ 1,32 bilhão pago para o funcionalismo. A folha de dezembro, para aposentados e pensionistas, será antecipada para o dia 29 deste mês, enquanto os ativos recebem no dia 30, totalizando um montante estimado em R\$ 1,44 bilhão.

Mas o economista Vitor Lopes, gerente da Unidade de Projetos Especiais, Mercado e Internacionalização Sebrae-BA, esclarece que neste final de ano atípico, com tantas incertezas e recrudescimento do coronavírus,

Folhas de novembro, dezembro e 13º são quitadas



Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 9.11.2020

Para secretário, aporte deve estimular economia

rus, os consumidores devem ser cuidadosos, pagando contas, fazendo festas com menores gastos e mantendo uma reserva técnica.

Esta forma de consumir vai favorecer as atividades dos micro e pequenos empresas porque a tendência é que o consumidor faça compras num raio próximo de sua casa, evitando os grandes centros comerciais, destaca Lopes.

“Em tempos de pandemia e incertezas quanto a um plano nacional de vacinação que ajude o país a sair da atual crise sanitária e a promover uma retomada efetiva do crescimento econômico, os recursos desembolsados pelo governo neste final de ano representam uma quantia considerável em circulação em todo o Estado e contribuem para estimular a economia baiana”, avaliou o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.

BID

Recursos financiam 20 mil empresas

ALANA GANDRA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Já está na conta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) empréstimo concedido ontem pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 750 milhões (cerca de R\$ 4 bilhões) para as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) brasileiras. Com a contrapartida de US\$ 150 milhões por parte do BNDES, serão destinados recursos para as MPMEs nacionais de quase R\$ 5 bilhões. O anúncio foi feito ontem pelo banco brasileiro.

Os recursos viabilizarão financiamento a mais de 20 mil empreendedores, que poderão acessar os recursos por meio das linhas disponíveis no BNDES, incluindo plataformas digitais. O crédito será utilizado também no fomento a soluções inovadoras de fintechs.

NOVEMBRO

Contas externas têm saldo positivo de US\$ 202 milhões

ANDREIA VERDÉLIO

Agência Brasil, Brasília

As contas externas registraram saldo positivo de US\$ 202 milhões em novembro. De acordo com o Banco Central (BC), é o sétimo superávit nos últimos oito meses e o maior superávit para mês de novembro desde 2006, quando chegou a US\$ 1,3 bilhão. Em novembro do ano passado, houve déficit de US\$ 3,106 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e trans-

ferências de renda do Brasil com outros países.

“Essa reversão seguiu a tendência observada nos últimos meses e decorreu das reduções de US\$ 2,8 bilhões e de US\$ 507 milhões nos déficits em renda primária e serviços. O superávit da balança comercial de bens manteve o nível do ocorrido em novembro de 2019”, diz o BC, em relatório.

De janeiro a novembro, foi registrado déficit em transações correntes de US\$ 7,502 bilhões, contra US\$ 46,045 bilhões em igual pe-

ríodo de 2019. Em 12 meses encerrados em novembro, houve déficit em transações correntes de US\$ 12,154 bilhões (0,82% do Produto Interno Bruto - PIB), ante saldo negativo de US\$ 15,463 bilhões (1,02% do PIB) no período equivalente terminado em outubro.

As exportações de bens totalizaram US\$ 17,622 bi em novembro, com recuo de 0,9% em relação a igual mês de 2019. As importações somaram US\$ 14,731 bilhões, queda de 1,1% na comparação com novembro do ano passado.

CONSTRUÇÃO

Odebrecht muda de nome e passa a se chamar Novonor

DA REDAÇÃO

A gigante da construção Odebrecht, envolvida em escândalos de corrupção em vários países da América Latina nos últimos anos, anunciou ontem que agora tem um novo nome, Novonor.

“Não estamos apagando o passado. Passado não se apaga”, afirmou Maurício Odebrecht, representante do acionista majoritário, citado em nota do grupo com sua nova logomarca, na qual agora predomina o azul, em vez do vermelho da Odebrecht. “Depois de tudo o que promovemos de mudanças e de correção de rumos, estamos agora olhando para o que queremos ser: uma empresa inspirada no futuro. Este é o nosso novo norte”, acrescentou.

A Odebrecht foi a empresa mais investigada pela Ope-

ração Lava Jato, responsável por prender dezenas de integrantes da elite política e empresarial do país, entre eles Marcelo Odebrecht, ex-presidente da construtora fundada no estado da Bahia por seu avô, Norberto Odebrecht, em 1944. Há cinco anos, quando ocorreram as primeiras denúncias da Lava Jato, contava com uma força de trabalho global de 180 mil funcionários.

Agora, em processo de recuperação judicial, a Novonor “nasceu como holding de um grupo empresarial com 25 mil funcionários e seis empresas” que atuam nas áreas de engenharia e construção, mobilidade urbana e rodoviária, petróleo e gás, mercado imobiliário, petroquímica e indústria naval, anunciou o comunicado.

A mudança do nome e da

marca é o ponto culminante da transformação empreendida nos últimos cinco anos pela empresa. Nesse período, à medida em que ia mudando os seus processos internos e os seus métodos de atuação, anunciados como sendo pautados pela ética, integridade e transparência, a empresa implantou um sistema de conformidade no padrão das grandes corporações internacionais, e que foi certificado há dois meses por um monitor independente do Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

“Esta é uma decisão histórica para nós. Estamos apresentando a marca de uma empresa inteiramente transformada, e que passa a contar a sua história a partir de agora sempre olhando para o futuro”, afirmou Maurício Odebrecht.

CONVERSA BRASILEIRA

Dinho Ouro Preto

Domingo
20/12 - 21h

www.atardefm.com.br

Grupo **A TARDE** COMUNICAÇÃO

PESTANA LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE - IMÓVEL EM ITABUNA/BA
Acesse o site: leiloes.com.br e participe!

bradesco

Lilimar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, JUCISRS 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de 06/01/2021 (1º leilão) e 12/01/2021 (2º leilão), ambas às 9h30, o leilão do(s) seguinte(s) lote(s): Lote 11 - Itabuna/BA. Loteamento Cleber Lima Gally - Bairro Santo Antônio. Rua G, 57 (Qd. F Lt. 26-C). Ap. duplex. Áreas totais: constr. 71,58m² e área de terr. estimado no local 71,58m². Matr. 25.654 do 1º RI local. Obs.: Via sem pavimentação. Área do terreno pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes da eventual divergência de área de terreno que vier a ser apurada no local, correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF) Lance mínimo: 1º Leilão R\$ 231.388,49. 2º Leilão R\$ 118.609,23. COND. DE PGTO.: à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE: mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. OBS.: O Fidejante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.

51 3535.1000 • Cond. de Pgto. e Venda nos sites: banco.bradesco/leiloes e leiloes.com.br imoveis@pestanaleiloes.com.br

multo+ entretenimento

O FABULOSO CIRCO FRANCÊS

Le CIRQUE

Assinantes do **A TARDE** têm **50%** de desconto

Av. Paralela
SEGUINDO TODOS OS PROTOCOLOS

QUA À SEX 20H
SÁB. DOM. FER
16H. 18H. 20H

Grupo **A TARDE** COMUNICAÇÃO

CLUBE DE ASSINANTES A TARDE.

Após redução do auxílio emergencial, fila para o Bolsa Família volta a crescer

DEMANDA Após um período de diminuição da fila do Bolsa Família na Bahia, o número de famílias em todo o estado que querem dar entrada no programa social voltou a subir no mês de setembro. O motivo para a alta foi a redução do valor do auxílio emergencial por conta da pandemia do novo coronavírus, que a partir de setembro passou de R\$ 600 para R\$ 300.

Nas principais cidades do estado, como Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Camaçari, também é possível visualizar o padrão de alta no número de pessoas na fila do programa. O mesmo fenômeno ocorre em todo o país, que no mês de setembro possuía quase

um milhão de pessoas no aguardo do Bolsa Família. Durante o auxílio, o programa teve suas inscrições suspensas pelo governo federal.

Na Bahia, o número de aspirantes ao Bolsa Família subiu de 66.363 em maio para 94.336 no mês de setembro, um crescimento de pouco mais de 42%. A capital baiana lidera o número de famílias que aguardam na fila do programa social, com 4.392 aspirantes ao benefício. Salvador também lidera o percentual de aumento entre os meses de maio – quando possuía 1.352 famílias na fila – e setembro, com uma alta de quase 225%.

Em segundo lugar no estado está Juazeiro. Em maio, a localidade possuía 4.024

NÚMEROS

94.336

famílias buscaram o programa em setembro contra 66.363 em maio, mês que ainda vigorava o auxílio emergencial

42%

foi o crescimento registrado

14,2MI

famílias são beneficiadas em todo o país

famílias na fila; em setembro, o número alcançou um total de 4.294 famílias. Apesar do aumento de apenas 270 aspirantes ao benefício na fila, o número equivalente ao de Salvador, que possui população cerca de 17 vezes maior, evidencia a pouca mudança nas situações das pessoas que acabam precisando do programa social.

Com a redução do auxílio emergencial em 50%, o Ministério da Cidadania permitiu o reingresso de pessoas na lista de espera do programa, que é composta por famílias que preenchem os requisitos. Atualmente, em todo o Brasil, são atendidas cerca de 14,2 milhões de famílias.

LEIA MAIS SOBRE O BOLSA FAMÍLIA NA P. 14

Veículo: Correio

Data: 19 e 20/12/2020

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio

SALVADOR FIM DE SEMANA, 19 e 20 de dezembro de 2020



Terminais de Aratu são leiloados por R\$ 65,5 mi

PORTO NA BAHIA Os terminais de ATU12, de granéis líquidos, e ATU18, de granéis vegetais, ambos do Porto de Aratu-Candeias/BA, foram arrematados, nesta sexta-feira (18/12), pela CS Brasil Transporte de Passageiros. Os terminais de movimentação e armazenagem foram arrematados por um total de R\$ 62,5 milhões, pelo prazo de 25 anos. A empresa vencedora pertence ao grupo paulista JSL, de transportes e logística. A concessão é dada pelo Ministério da Infraestrutura.

A proposta de concessão para o terminal ATU12 foi de R\$ 10 milhões e não houve concorrentes contra a vencedora. Já para ficar com o ATU18, a CS Brasil Transporte de Passageiros teve de vencer a disputa com a Intermarítima e a Cejen Engenharia, com uma

2020 Aratu (BA) e Mac

ASCOM/MINFRA / DIVULGAÇÃO



oferta de R\$ 52,5 milhões.

Ainda nesta sexta, o Governo Federal realizou o leilão de terminais do Porto de Maceló/AL e do Paranaçuá/PR. Foram ofertados R\$ 87,5 milhões em concessões. Com os arrendamentos, mais de R\$ 400 milhões se-

rão investidos nas quatro áreas. O ministro da Infraestrutura Tarciso de Freitas comemorou o resultado dos leilões e disse que as realizações da semana na área de concessões mostram a confiança do empresariado na economia do país.

Ministro da Infraestrutura Tarciso de Freitas, à esquerda, bate o martelo após a disputa realizada na sexta (18/12)

Odebrecht muda de nome e lança nova marca

TRANSFORMAÇÃO A Odebrecht, após 76 anos de atuação, mudou de nome e a partir de agora passa a se chamar Novonor. O anúncio foi feito pelo representante do acionista majoritário do grupo, Maurício Odebrecht, durante reunião anual, com transmissão online para todos os funcionários. A companhia afirmou que a mudança do nome e da marca é o ponto culminante da transformação empreendida na organização nos últimos cinco anos.



Nova marca foi apresentada a funcionários

REPRODUÇÃO

Covid pode gerar benefício do INSS ao trabalhador

DOENÇA OCUPACIONAL A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia divulgou orientação formalizando regras para que a covid-19 possa ser considerada uma doença ocupacional — relacionada ao ambiente de trabalho — e gerar benefícios do INSS, caso fique comprovado para a perícia médica do órgão que a contaminação ocorreu em consequência da atividade profissional.

Incapacidades geradas por doenças e acidentes de trabalho têm cálculo vantajoso para a aposentadoria por invalidez e, em caso de morte do beneficiário, geram uma pensão a ser paga à viúva e filhos por período prolongado ou até vitalício.

O documento detalha regras formalizadas pelo órgão em 11 de dezembro sobre a relação entre a covid-19 - doença causada pelo novo

Para liberar o benefício, é preciso comprovação de que a doença foi contraída no ambiente de trabalho

coronavírus - e a concessão de benefícios previdenciários. No texto, a secretaria indica que a doença pode ser caracterizada como ocupacional se a atividade profissional é executada em condições ou em ambiente que gera exposição ao novo coronavírus. Essa descrição pode ser aplicada, por exemplo, a enfermeiros e outros profissionais de saúde que estão atuando no tratamento de pacientes.

Ainda segundo o documento, é possível equiparar a covid-19 a acidente de trabalho quando o contágio no ambiente laboral é acidental, mesmo que esteja indiretamente relacionado ao ambiente, segundo os parâmetros aceitos pela Previdência Social. Nessa hipótese, a caracterização pode alcançar diversas categorias profissionais, mas também requer mais provas de que havia risco de contágio no local de trabalho.

O não fornecimento de

equipamentos de proteção individual (EPI) e a falta de cuidados sanitários do espaço laboral, se documentadas por fotos e vídeos, são exemplos de provas da relação, mesmo que indireta, entre o trabalho e a exposição do funcionário ao risco de contaminação.

A nota do governo destaca que a covid-19 não será automaticamente reconhecida como doença ocupacional para a concessão de benefícios previdenciários e reforça a necessidade de que a perícia médica identifique o nexo causal entre o trabalho e a doença.

A Previdência ainda reforçou a posição do governo, que não considera a Covid-19 como sendo uma doença do trabalho. O comunicado destaca que as orientações divulgadas são direcionadas exclusivamente à concessão de benefícios previdenciários, sem efeito, portanto, sobre a legislação trabalhista do País.

INDICADORES

CÂMBIO

	C compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,062	R\$ 5,084
Dólar Turismo	R\$ 5,113	R\$ 5,137
Euro Turismo	R\$ 6,238	R\$ 6,238

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	78.02472	-0,32%

POUPANÇA

19/12/2020	0,769%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.041,80

INFLAÇÃO

	Novembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,89%	3,0%	4,1%
NPIC/IBGE	0,958%	3,95%	5,29%
IGP-M/FGV	1,28%	2,08%	2,63%

BIOCOMBUSTÍVEIS

319MI

de reais é o valor a ser pago pela RP Participações em Biocombustíveis pela fatia de 50% da Petrobras na companhia BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil. O montante já considera as deduções da dívida líquida e demais ajustes de preço. O valor de mercado atribuído a 100% da BSBios é de R\$ 1,23 bilhão. A concretização do negócio depende de aprovação da assembleia da Petrobras Biocombustível

BRASIL PODE VENDER MAIS À INGLATERRA

REGIME TARIFÁRIO O agronegócio brasileiro pode se beneficiar do novo regime tarifário do Reino Unido a partir do novo regime tarifário britânico pós-Brexit, que entrará em vigor em janeiro de 2021. A informação foi divulgada nessa sexta (18/12) pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). As novas regras vão beneficiar exportações brasileiras de frutas, vinhos e cacau em pó.

Segundo a entidade, a nova tributação do Reino Unido traz flexibilizações nas alíquotas de 563 produtos do agronegócio, incluindo um montante equivalente a US\$ 533 milhões no fluxo com o Brasil, conforme dados de 2019.

BNDES TEM R\$ 5 BILHÕES PARA PMES

CRÉDITO Já está na conta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) empréstimo concedido na sexta (18) pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 750 milhões (cerca de R\$ 4 bilhões) para as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) brasileiras. Com a contrapartida de US\$ 150 milhões por parte do BNDES, serão destinados recursos para as MPMEs nacionais de quase R\$ 5 bilhões. Os recursos viabilizarão financiamento a mais de 20 mil empreendedores e o crédito será utilizado também no fomento a soluções para facilitar o acesso ao crédito por parte das MPMEs.

Veículo: Correio

Data: 19 e 20/12/2020

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio

MIRIAM LEITÃO

 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



PROJEÇÕES IRREALISTAS
NÃO FAZEM O PIB SUBIR E
MINAM A CREDIBILIDADE

Paulo Mantega e Guido Guedes

Manter o otimismo é uma das atribuições de um ministro da economia. Mas há um limite que separa o que é condução de expectativas e o que leva à perda de credibilidade. Nesse ponto, Paulo Guedes tem seguido os passos de Guido Mantega. Joga projeções para cima, faz releituras do passado e repete frases feitas à exaustão, como se o pensamento positivo fosse a principal alavanca do crescimento. A verdade é que o ano de 2021 será difícil e quem diz isso são empresários, economistas e investidores do mercado financeiro. Há estimativas preocupantes. Uma delas é de que as classes mais pobres, D e E, de-

vem ter uma perda de rendimentos de 15% com o fim do auxílio e o desemprego elevado. O país não só crescerá pouco, como chegará ao fim do ano com aumento de desigualdade.

Mantega tinha o hábito de analisar resultados trimestrais do PIB para dizer que o Brasil crescia 4%. Em 2013, afirmou que o país manteria esse ritmo de alta até 2022. Sempre superestimou a importância do brasileiro como mercado consumidor, como se ele fosse o único destino possível para investimentos no mundo. Guedes tem dito que a economia estava "decolando" antes da pandemia, porque a arrecada-

ção de imposto chegou a dois dígitos em janeiro. Também tem usado o número mágico de 4% para prometer uma década de forte crescimento e, na sexta-feira (18/12), em entrevista à revista "Veja", afirmou que o país será "a maior fronteira de investimento do mundo".

Manter a motivação é bem-vindo, especialmente em momentos de dificuldade. Descolar-se da realidade, ao contrário, é falha grave para um ministro da economia. A verdade é que a duas semanas do início de 2021 há milhões de famílias que ficarão com os orçamentos apertados pelo fim do auxílio emergencial e não há expecta-

tiva de retomada do setor de serviços que melhore o mercado de trabalho. O cenário mais provável é que o país tenha um forte aumento da pobreza no ano que vem.

Em apresentação a clientes esta semana, a economista-chefe da Tendências Consultoria, Alessandra Ribeiro, fez o alerta do impacto na renda. A massa total de rendimentos deve cair 3,8% em 2021, mesmo com crescimento projetado de 2,9% do PIB. O recorte por classes sociais torna esse número mais preocupante. A classe A, que a consultoria define como famílias que ganham mais de R\$ 19,4 mil mensais, terá aumento de 2,7% na massa de rendimentos. As outras devem perder receita, com retração especialmente entre os mais pobres, com renda de até R\$ 2,6 mil.

O domínio da matemática não é exclusividade de quem ocupa a cadeira de ministro. Projeções irrealistas não fazem o PIB subir, pelo contrário, induzem ao erro e minam a credibilidade.

RECUPERAÇÃO GRADUAL

A expectativa da Tendências é que a economia tenha uma recuperação gradual. Depois de

cair 4,4% este ano, a projeção é de alta de 2,9% em 2021, sem recuperar as perdas, com desaceleração para 1,9% em 2022, último ano de mandato. No mercado, há quem estime que o crescimento potencial do país seja de apenas 1,5%. Os economistas têm enorme desconfiança em relação a agenda de reformas, e por isso os números para frente continuam baixos.

POR QUE NÃO ANDA

O 13º salário do Bolsa Família é mais um exemplo de como é confusa e caótica – para não dizer desleal – a articulação do governo na área econômica. Na quinta-feira, Bolsonaro acusou Rodrigo Maia de não pautar a MP que permite o benefício. Maia colocou em votação, ontem, e quem comandou a obstrução foi a base governista, com apoio do ministro Paulo Guedes. Ele alegou que a medida poderia levar ao impeachment de Bolsonaro, por criação de despesa permanente. Mais uma vez, o presidente tentou empurrar para o Congresso a culpa pelo descumprimento de uma promessa de campanha.

POR ALVARO GIBEL, MIRIAM LEITÃO, TITULAR DA COLUMA, ESTÁ DE FÉRIAS.

Maia acusa Bolsonaro de mentir sobre 13º do Bolsa Família

BENEFÍCIO O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), acusou nessa sexta-feira (18) o presidente Jair Bolsonaro de mentir ao dizer que ele (Maia) era o responsável pelo fato de o governo não pagar neste ano o 13º salário para os beneficiários do Bolsa Família. "O próprio ministro Paulo Guedes confirmou que o presidente é mentiroso quando disse que de fato não há recursos para o 13º do Bolsa Família", rebateu. "Ontem (quinta-feira, dia 17), fiquei muito irritado porque nunca imaginei que em um país como o Brasil um presidente da República pudesse, de forma mentirosa, tentar comprometer a imagem do presidente da Câmara ou de qualquer cidadão brasileiro".

Maia afirmou que o Parlamento ainda pode trabalhar em janeiro para construir os caminhos para incluir de 8 a 12 milhões de brasileiros no Bolsa Família, sem ferir as regras orçamentárias. "Propus não termos recesso, nem a Câmara, nem o Senado nem o Judiciário para trabalhar em janeiro na construção de um programa social dentro da realidade do Orçamento primário do Brasil", disse.

Após o presidente Jair Bolsonaro jogar no colo de Rodrigo Maia a cobrança pela ausência de 13º do Bolsa Família em 2020, o próprio governo precisou convocar uma tropa de choque para impedir o que a fala do chefe do Palácio do Planalto havia provocado: uma votação relâmpago para instituir o abono natalino e obrigar a equipe econômica a abrir o cofre.

Antes do horário marcado para a votação



Rodrigo Maia (DEM-RJ): "O presidente da República mentiu em relação à minha pessoa. Fiquei muito irritado"

na Câmara, nessa sexta-feira (18) o ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu a jornalistas que o governo não encaminhou proposta de pagamento do 13º aos beneficiários do programa em 2020 para não cometer um crime de responsabilidade. "Sou obrigado, contra minha vontade, a recomendar que não pode ser dado o 13º do Bolsa Família", disse Guedes em coletiva virtual para apresentar um balanço de fim de ano. "É lamentável, mas precisa escolher entre um crime de responsabilidade (13º) e a lei".

Na live da última quinta-feira, Bolsonaro falou a quem "está reclamando do

13º do Bolsa Família, que não teve". "Sabia que não teve neste ano? Foi promessa minha? Foi. Foi pago no ano passado? Mas o presidente da Câmara deixou caducar a MP. Vai cobrar de mim? Cobra do presidente da Câmara. Cobra dele", afirmou.

Numa retaliação à acusação de Bolsonaro, Maia havia decidido pautar a Medida Provisória que prorrogou o auxílio emergencial a vulneráveis até o fim deste ano, incluindo nela o pagamento do 13º do Bolsa Família em 2020. O presidente da Câmara só desistiu da estratégia após obter uma admissão pública do governo que eram eles os contrários ao pagamento adicional.



entre /O ASSUNTO

f /correo24horas @correo24horas



Carolina Cerqueira

texto
carolina.cerqueira@redetaboa.com.br



FICHAZ/SPHULGACRO

CONFIAR NOS TESTES PARA REUNIÃO DE NATAL É ERRO

Aposta que estará seguro ao se reunir com familiares e amigos nas festas de fim de ano após testar negativo é um erro grave que pode elevar as taxas de mortes e de contágio. É o que apontam especialistas em doenças virais. A infectologista Clarissa Cerqueira, que atua no Hospital Córdio Pulmonar, destaca que tais resultados não garantem que a pessoa esteja sem a doença.

"Muitas vezes, o paciente está infectado, mas o teste vem negativo. Não se pode confiar totalmente no exame. O mais importante ainda é o distanciamento", ressalta. Diante disso, a médica alerta que não há segurança total para as reuniões de final de ano, mesmo que todas as pessoas da família realizem o teste e os resultados sejam 100% corretos.

"Na maioria dos lugares, o resultado demora alguns dias, e não há garantia de que, entre o exame e o Natal, a pessoa não vá se infectar", completa. A médica faz ainda um alerta: "Todos os pacientes que aparecem para mim falam 'Ah, eu me encontrei com meus amigos para jantar, peguei em reunião de família, e a família está toda doente'".

O infectologista Robson Reis, professor da Escola Bahiana de Medicina, explica que existem dois tipos comuns de testes para detectar a covid-19. Nenhum deles completamente preciso. O primeiro é o chamado RT-PCR, baseado na identificação do material genético do vírus. "Por mais que seja o indicado para os pacientes com sintomas e para rastrear quem teve contato com infectados, tem sensibilidade aproximada de só 70%, ou seja, a cada dez infectados que fazem o teste, três vão dar negativo", alerta.

O segundo é o sorológico, que detecta anticorpos IgG e IgM pelo sangue ou pelo dedo, no caso dos testes rápidos. "Os sorológicos, principalmente os rápidos, já sofreram diversas críticas por não apresentarem boa performance. A gente desencoraja a realização desses testes porque podem causar falsa sensação de segurança", observa. Para Reis, só há uma maneira menos arriscada nas reuniões de fim de ano: "Independente da testagem, as medidas de distanciamento físico, higienização das mãos e máscaras não devem ser deixadas de lado".

Tragédia anunciada no horizonte

Alerta de secretários e dados mostram que a pandemia terá novo auge no estado a partir do Natal

O cenário da covid na Bahia reforça cada vez mais o clima de tragédia anunciada para o fim de 2020 e início de 2021. O primeiro alerta veio do secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas: "Vão visitar a vovozinha, a tia, a mãe no Natal, e um mês depois elas vão morrer", disse, em entrevista ao CORREIO na quinta-feira. Um dia depois, foi a vez do secretário de Saúde de Salvador, Leo Prates: "A partir da semana que vem, viveremos as cinco piores semanas da pandemia". Os números confirmam que há, sim, motivos para preocupação.

A partir da semana que vem, viveremos as cinco piores semanas da pandemia Leo Prates

Secretário de Saúde de Salvador, ao prever no sexta-feira um clima de covid em decorrência das festas de fim de ano

É preciso saber que teste não garante segurança Ivan Paiva

Gerente executivo de Atenção às Urgências do Município de Salvador, ao atribuir a alta nos atendimentos de urgência e emergência à busca de pessoas por teste antes do Natal

Segundo Prates, o sistema de saúde da capital já vive um momento mais crítico do que no auge da pandemia, com taxa de ocupação de UTIs em 81%. O secretário disse ainda que muitas pessoas têm se dirigido às UPAs e Unidades Básicas da Salvador Protege em busca de testes de covid para se reunirem com a família no Natal. "As pessoas estão achando que basta isso para estarem seguras. Mas todo teste, mesmo o PCR, tem janela. Há um período da doença em que ele não detecta. É preciso entender que a testagem não é garantia de segurança", explica.

De acordo com o médico Ivan Paiva, gerente executivo

de Atenção às Urgências do Município de Salvador, que engloba UPAs e gripários, houve aumento de cerca de 80% nos atendimentos dessas unidades entre outubro e dezembro, principalmente, após 15 de novembro. "Vivemos o reflexo da quebra do distanciamento e da não utilização de máscara por pessoas que acham que a pandemia acabou e que andam por aí como se não tivessem mais coronavírus", analisa.

Segundo Paiva, quem chega sem sintomas nas unidades de urgência e emergência não faz teste, mas há quem tente burlar a triagem. "Não tenho como, se a pessoa diz que está com dor de cabeça, perdeu o olfato e paladar, saber se isso é verdade. Há quem simule essa sintomatologia para conseguir a testagem", diz.

Paiva admite que não é possível testar toda a população de Salvador e afirma que é preciso dar prioridade a quem realmente apresenta sintomas, sobretudo, os quadros mais graves. "Se todo mundo quiser fazer teste, eu teria que testar quase três milhões de pessoas. Então, a gente só tem testado quem se enquadra no protocolo municipal feito para isso. Há regras e normas. O teste serve para diagnosticar pacientes com sintomas e, identificando que elas estão com resultado positivo, orientar para o isolamento e, se necessário, atendimento médico e internação", conclui.

Lei impede prefeitos eleitos de ‘abrir cofre’ em 2021

(ESTADÃO CONTEÚDO)

Os candidatos que saíram vitoriosos da eleição de 2020 com promessas de aumentar o serviço público e fazer concursos para funcionários encontrarão, no próximo ano, uma barreira legal. Custos com o funcionalismo e contratações devem ficar congelados durante todo o primeiro ano de mandato dos prefeitos eleitos. Uma lei aprovada em maio deste ano pelo Congresso Nacional impede a União, os Estados e os municípios de fazer qualquer contratação, reajuste ou reforma administrativa que traga aumento de despesa.

A regra foi incluída na lei complementar 173, que criou o programa federal de enfrentamento à pandemia do coronavírus. O congelamento de vagas e salários foi a contrapartida a um alívio financeiro de R\$ 125 bilhões e à suspensão de pagamentos da dívida com a União, e vale até 31 de dezembro de 2021.

Todos os municípios do País estão submetidos à regra. Na lei, há exceções previstas apenas para a reposição de cargos e contratações temporárias, inclusive para prestação de serviço militar.

O secretário executivo da Frente Nacional de Prefeitos, Gilberto Perre, critica a aprovação da regra única para os mais de 5 mil municípios brasileiros.

Ele diz que as contas públicas em cidade têm situações muito diferentes, e lembra que a crise econômica tem pressionado o setor público a oferecer mais serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social.

“Esses regramentos nacionais, para um país tão heterogêneo, sempre podem trazer complicações”, diz Perre, ex-prefeito de São Carlos, no interior paulista.

“É óbvio que teremos de conter despesas, porque as receitas estão desfavoráveis. Mas engessar, de norte a sul e de leste a oeste, é generalizar demais.”

Entre os prefeitos da FNP, segundo Perre, ainda não há um movimento para alterar as regras da lei. Ele diz, no entanto, que isso pode mudar caso o cenário econômico de 2021 melhore a ponto de trazer mais arrecadação. “Se a economia demonstrar sinais de volta aos padrões pré-pandemia, eventualmente essa medida pode não se fazer tão necessária, ser até abreviada. Isso depende do ambiente político de 2021.”

A exigência da lei dificulta o cumprimento dos planos de governo mais ambiciosos, que prometeram a expansão do atendimento e criação de novos serviços públicos. No caso do Rio de Janeiro, algumas propostas do prefeito eleito Eduardo Paes (DEM) são dificultadas não só pela lei complementar 173, mas pela situação fiscal da prefeitura.

Uma das promessas, exibida em vídeos da campanha na TV e nas redes sociais, é recontratar mil médicos e outros 5 mil profissionais da saúde no primeiro ano de governo.

Outras promessas de campanha são contratar mais de 3 mil professores, expandir programas de segurança, voltar a dar prioridade aos investimentos sociais e criar um novo plano de carreira para servidores da área de saúde no ano que vem.

Na primeira semana após a eleição, porém, a equipe de Paes anunciou que deve receber a prefeitura com um rombo de R\$ 10 bilhões. Futuro secretário municipal de Fazenda, Planejamento e Controladoria do Rio, o deputado federal Pedro Paulo (DEM) classificou a situação das contas na cidade como “muito calamitosa”.

Tribuna

Guedes afirma que imunização é crucial

Ministro diz que retomada econômica no país depende da vacinação, mas não obrigatória

BRASILECONÔMICO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou, ontem, que a imunização da população brasileira contra a Covid-19 é crucial para a retomada econômica no país, mas disse ser a favor de uma vacinação voluntária e não obrigatória.

"Essa vacinação não onerosa, gratuita, de forma voluntária para os brasileiros, é o que precisamos para que a asa da saúde bata ao mesmo tempo que a asa da recuperação econômica", afirmou Guedes em coletiva.

E completou: "Só é possível sustentar recuperação econômica e desafio que vem à frente de transformar recuperação cíclica com base em consumo em reto-

mada de crescimento sustentável com base em investimentos à medida que tenhamos retorno seguro ao trabalho, que exige vacinação em massa da população brasileira", disse ele.

TÉRMINO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

Quando questionado sobre a prorrogação do auxílio emergencial, Guedes respondeu que a análise da continuidade dos pagamentos vai depender da avaliação do governo sobre a segunda onda.

"Hoje, o plano é: a doença cedendo e a economia voltando, o programa termina em 31 de dezembro, o Brasil está de volta, as reformas estruturais estão de volta. Se não for essa a realidade, vamos ter que pensar o que fazemos".



SÓ é possível sustentar a recuperação econômica com a volta do consumo, diz Guedes

Apesar da pandemia, mercado imobiliário teve um bom ano

Porém, segundo o Creci, o próximo ano ainda é de incertezas no setor, por conta da economia

YURI ABREU
REPÓRTER

Apesar da subida dos preços dos imóveis em 4% em Salvador e da pandemia de covid-19, o mercado de compra e venda de imóveis teve um bom resultado neste ano de 2020, na capital baiana. Foi o que apontou Noel Silva, diretor do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 9ª Região (CRECI-BA), em entrevista ao jornal Tribuna da Bahia. Na oportunidade, além do atual cenário, o dirigente falou sobre as perspectivas para 2021 no setor.

"O mercado imobiliário, no que se refere a venda e a locação de imóveis residenciais foi muito bem esse ano", afirmou Silva. "Muito melhor inclusive que no ano passado. Este mercado tem

um funcionamento um pouco diferente do de outros. O único setor que efetivamente ficou prejudicado foi o de imóveis comerciais, exatamente porque muitas pessoas fecharam lojas e escritórios. Evidentemente, houve uma oferta tanto de locação, quanto de venda nesse estilo", salientou.

Já o segmento residencial apresentou registro inverso, principalmente por conta da baixa da taxa Selic, que atualmente está em 2% e fez com que os bancos, por sua vez, baixassem as taxas de juros, de acordo com o diretor do Conselho. "Banco que antes da pandemia praticava 9%, 10% ao ano, passou a praticar 7%. E se formos para o segmento popular, se consegue taxas ainda menores. Com isso, os bancos con-



Foto: Reginaldo Ipê

EM ALTA Tanto a venda como a locação de imóveis foram consideradas bons neste ano, analisa Creci

seguiram encaixar, dentro da renda necessária para comprar um imóvel financiado, um número maior de pessoas. Isso fez com que a procura por imóveis residenciais

se aumentasse ao invés de diminuir na pandemia", disse Noel Silva.

OPORTUNIDADES

De acordo com ele, a

maior procura tem se dado por imóveis de valor até R\$ 700 mil, nas regiões de Brotas e Piatã, por exemplo, devido à facilidade do comprador em ter o financiamento do apartamento. Mas tudo, conforme Noel Silva, vai depender do perfil do usuário: se é meramente investidor ou futuro morador.

"No segmento do investidor, que é aquela pessoa que estava com dinheiro em aplicação financeira, mas por conta do péssimo resultado das aplicações, não está deixando dinheiro no banco e partindo para os imóveis. Neste momento, a compra de um imóvel para alugar é um dos segmentos mais vantajosos, pois ele pode render, em uma hipótese ruim, até 0,5% do valor dele. Esse público tem buscado mais os imóveis de entrada, de 1

e 2 quartos. Mas há também o público final, que busca apartamento para morar. Esse está entre 2 e 3 quartos", analisou.

Porém, para o próximo ano, o cenário ainda é de incertezas no setor, por conta da situação econômica do país. "A grande dor de cabeça da gente, nesse momento, é fazer o planejamento estratégico para 2021, pois não sabemos o que vai acontecer com a economia e o mercado imobiliário é sensível com a questão econômica. Neste momento, o cenário é bom. O que foi projetado para o ano que vem (...) muitos lançamentos inclusive estão sendo vendidos – até mesmo os imóveis na planta. Só que nós não sabemos até onde vai isso no ano que vem", finalizou o dirigente.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 21/12/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 21 de Dezembro de 2020 - 08:43

Líder do governo na AL-BA testa positivo para Covid-19

O deputado estadual Rosemberg Pinto (PT), líder do governo Rui Costa na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), testou positivo para Covid-19. O parlamentar decidiu fazer o teste na semana passada, quando foi acometido por um leve resfriado. Mas, conforme relatado por sua assessoria, ele agora está assintomático e em isolamento domiciliar.

Sendo assim, ele cumprirá sua agenda parlamentar de forma remota. Nesta segunda (21), três votações estão previstas para ocorrer na AL-BA, a partir das 14h46, no plenário virtual. **São o PL 24.003/20, que trata da remissão parcial e redução de multas e acréscimos moratórios de débitos tributários do ICMS;** o PL 24.014/20, que altera a Lei nº 12.365 para instituir o Programa Aldir Blanc Bahia; e o PDL 2.922/20, que prorroga o prazo de reconhecimento do estado de calamidade pública dos municípios baianos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 21/12/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 21 de Dezembro de 2020 - 06:40

Governo aceita alíquota menor na fusão de PIS e Cofins em troca de concessão

por Thiago Resende e Danielle Brant | Folhapress



Diante de articulação na Câmara para destravar o projeto do governo de fusão do PIS e da Cofins, a equipe econômica sinalizou que pode aceitar reduzir a alíquota da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços, que unificará os tributos) de 12% para 10%.

Em contrapartida, o time do ministro Paulo Guedes (Economia) quer que o Congresso concorde em prever uma alíquota de 10% para estados e de 2% para os municípios, quando esses entes aderirem à reforma tributária.

Assim, a ideia do governo é que o país tenha um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) com alíquota de 22%. Esse tributo incidiria sobre o consumo e representaria a fusão de PIS, Cofins (ambos federais) e ICMS (estadual) e ISS (municipal).

A equipe econômica diz acreditar que a versão da reforma tributária apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que junta esses quatro tributos e mais o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), possa resultar em uma alíquota maior que 30%.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que defende essa proposta, nega que esse seria o percentual final.

O texto de Rossi prevê que as alíquotas serão calibradas ao longo do tempo. Enquanto os tributos antigos vão sendo desidratados, o novo (imposto único) vai se formando de modo a manter a carga tributária.

A transição para que o IBS (como seria chamado o IVA no modelo da Câmara) seja implementado é de cinco anos, mas líderes querem reduzir esse prazo.

No modelo mais recente traçado pelo Ministério da Economia, a reforma tributária começaria com a fusão do PIS e da Cofins (na CBS), que entraria em vigor, segundo o projeto do governo, seis meses após a publicação da lei.

Estados e municípios, então, poderiam apoiar uma mudança de regras no Congresso e, assim, trocariam o ICMS e ISS, respectivamente, por parte da arrecadação do IVA amplo (como passaria a ser chamada a CBS).

Como incentivo, o governo federal oferece uma ajuda de R\$ 37 bilhões por ano por meio de fundos regionais para que esses entes possam receber uma compensação por eventuais perdas e estimular o desenvolvimento regional.

Os estados, porém, continuam reivindicando um plano mais ambicioso (de R\$ 480 bilhões) a ser bancado com parte da alíquota da União no IVA. Por isso, o governo tem sinalizado com a redução da alíquota da CBS, dando mais espaço para os outros entes no imposto único.

Técnicos do Ministério da Economia, porém, argumentam que, diante da perspectiva de retomada da atividade, a tendência deve ser de aumento na arrecadação. Portanto, para União, estados e municípios, o cenário é positivo, do ponto de vista das receitas.

Em meio à disputa política pela sucessão na Câmara, Maia e líderes governistas não conseguiram ainda chegar a um acordo sobre a reforma tributária.

O presidente da Câmara fez uma última investida para tentar aprovar a PEC (proposta de emenda à Constituição) de Baleia Rossi ainda em dezembro, mas o plano não andou.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), busca, então, articular a votação do projeto da CBS, que, por não alterar a Constituição, precisa de maioria simples para ser aprovado (maioria dos deputados presentes na sessão).

Maia disse à Folha de S.Paulo que aceita pautar a votação da proposta de Guedes até terça-feira (22), último dia de sessão na Câmara. Mas o deputado ainda não foi procurado por interlocutores do governo para tratar do assunto.

"É só o líder combinar comigo, e ajustarmos o relatório e votamos na terça", afirmou Maia.

O ajuste no texto da reforma tributária do governo, agora, cabe ao relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), um dos nomes favoritos de Maia para sucedê-lo na Câmara.

Já existe, segundo o Ministério da Economia, inclusive uma nova versão do projeto prevendo uma alíquota da CBS menor para a União.

Segundo Barros, se o relatório for apresentado, o projeto de criação da CBS será votado.

Para a equipe econômica, a aprovação da primeira fase da reforma tributária de Guedes seria uma vitória, mas há receio de que o jogo político do Congresso impeça as negociações.

Governistas avaliam que Maia quer manter o protagonismo ao retomar discussões como a reforma tributária no fim do ano —o debate pode se estender ainda em janeiro. Com isso, ele ganha capital político para eleger um sucessor.

Maia, porém, afirma que a reforma é necessária e daria um bom sinal ao mercado de que a agenda econômica avança.

Do outro lado, está o grupo de Arthur Lira (PP-AL), aliado do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Lira quer evitar sessões em janeiro e mais destaque a Maia às vésperas da eleição na Câmara, marcada para 1º de fevereiro.

Além da CBS, o governo tem conversado com técnicos do Congresso que tratam da reforma tributária para traçar uma estratégia para as outras fases do projeto de Guedes.

O Ministério da Economia defende que a PEC, relatada por Ribeiro, preveja mudanças alinhadas com o governo: por exemplo, que o IPI seja reformulado de modo a ter uma alíquota única para todos os setores. Hoje a cobrança varia de acordo com o tipo de atividade da empresa.

Em relação ao IR (Imposto de Renda), o plano da equipe econômica ainda é cortar deduções, como as médicas, pois, segundo o governo, esse mecanismo reforça a desigualdade social no país.

Ribeiro já aceitou prever uma cobrança de IR sobre a distribuição de lucros e dividendos. A medida reduz a resistência nos partidos de esquerda, mas só valeria após a aprovação de outro projeto de lei.

Para o time de Guedes, a alíquota dessa nova cobrança deve ser de 20%. Isso viabilizaria um corte de aproximadamente cinco pontos percentuais no IR cobrado de empresas, que pode chegar a 25%.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 19/12/2020	Caderno: Notícias



Sábado, 19 de Dezembro de 2020 - 17:20

Lojistas e clientes esperam Natal magro durante pandemia da Covid-19

por Sheyla Santos e Beatriz Montesanti | Folhapress

Lojistas e clientes chegam comedidos às festas de fim de ano. Até houve aumento no movimento em ruas comerciais e shoppings, com casos pontuais de aglomeração e risco de contágio em alguns locais mais populares. Porém, nada do que se vê pode ser comparado ao antigo normal para esta época.

A FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo), por exemplo, projeta para o varejo estadual uma alta de 1% no faturamento de dezembro --o pior resultado para o mês desde 2015, quando houve queda de 4,3%.

Segundo Altamiro Carvalho, assessor econômico da entidade, houve uma diluição, ao longo do ano, de pagamentos de benefícios que poderiam impulsionar as vendas.

O 13º benefício de aposentados do INSS, por exemplo, foi liberado entre abril e junho. Trabalhadores de empresas que aderiram à medida provisória da suspensão do contrato de trabalho tiveram redução no valor do abono natalino.

No caso de informais e desempregados, o auxílio emergencial, que garantiu a retomada do comércio no meio do ano, quando a parcela era de R\$ 600, chega às festas com metade do valor e não será prorrogado.

"Em termos de projeção, este é o pior ano da história", afirmou Carvalho. "Foi um ano errático, e 2020 só não será pior do que 2014 e 2015 [quando houve impacto da recessão]."

Carvalho destaca que as projeções indicam alta nas vendas de alguns produtos normalmente ignorados no Natal e queda na procura de itens que costumam fazer sucesso.

"Este mês de dezembro e este Natal são totalmente atípicos", disse. "Projeções apontam que material de construção terá crescimento de 43%, autopeças e acessórios para veículos, de 25%, enquanto as vendas nos supermercados tendem a ter crescimento de 15% apenas em dezembro."

Enquanto isso, explica, vestuário e calçados não reagem e tendem a fechar o ano com retração de 37%.

Para Cardoso, o distanciamento social e as reuniões com um número menor de familiares devem ajudar lojas de móveis e decoração. Segundo ele, a tendência de cuidar mais do lar, que ganhou força na pandemia, tende a ser uma inspiração na hora da escolha de presentes.

Lojistas, que estão na linha de frente do balcão, vislumbram dificuldades. Pesquisa do Sindilojas-SP (sindicato de lojistas da cidade) mostra que, para 53% dos comerciantes, as

vendas de Natal neste ano serão inferiores às do ano passado, enquanto 33% estimam que o faturamento permanecerá igual. Apenas 14% estão otimistas e projetam a retomada nas vendas.

Nos shoppings, a preocupação é idêntica. De acordo com Luís Augusto Ildefonso, diretor de relações institucionais da Alshop (Associação Brasileira de Lojistas de Shopping), lojistas de centros de compras dizem que já será bom se venderem 70% do que conseguiram no ano passado.

Existe até a expectativa de aumento no número de clientes perto do Natal, mas sem efeito expressivo no resultado.

"Em muitos lugares a pandemia voltou a avançar, e as pessoas estão contidas", afirma. "Algumas até podem sair para fazer uma ou outra compra, mas não esperamos uma avalanche."

Ildefonso afirma que o investimento em e-commerce, feito pela maioria dos lojistas durante a pandemia, está mais estruturado e poderá ser mais bem aproveitado no Natal. "A grande sacada para o Natal deste ano é o comércio eletrônico, e o lojista foi se preparando para esse momento ao longo de toda a pandemia", disse.

Outro diferencial realizado pelos shoppings neste ano, segundo a Alshop, é o investimento em vendas do tipo clique e retire: o cliente compra pela internet e se dirige ao shopping apenas para buscar o produto. "Os shoppings neste ano estão mais aparelhados para drive-thru: a pessoa compra eletronicamente, passa na loja ou no estacionamento e já pega o produto."

A CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) até está mais otimista. Revisou a projeção de crescimento das vendas de 2,2% para 3,4% em nível nacional. De acordo com Fabio Bentes, economista da entidade, caso a projeção se confirme, o comércio nacional deverá movimentar mais de R\$ 38 bilhões.

No entanto, lembrou que, historicamente, as vendas nas véspera do Natal estão perdendo força no calendário do varejo. Uma das razões é a popularização da Black Friday.

"Comparando o varejo com outros setores, como o de serviços, vemos uma recuperação relativamente mais rápida, mas não teremos daqui para a frente um crescimento em ritmo tão forte como ocorreu nos últimos meses."

O avanço nos casos de Covid-19 é uma das coisas para a perda de fôlego. Desde 30 de novembro, o estado de São Paulo, por exemplo, voltou para chamada a fase amarela em relação à abertura de empresas. Na prática, ocorre redução no horário de funcionamento do comércio, o que limita o horário de compras para o consumidor.

De acordo com Jorge Dib, diretor da Univinco (União dos Lojistas da Rua 25 de março), a medida impactou as vendas de Natal, mas o comércio digital é suporte.

"Depois do segundo turno das eleições municipais, o pessoal voltou a ficar em casa, e os lojistas estão recorrendo aos canais digitais para melhorar as vendas", disse.

Durante a semana, a rua 25 de Março, um dos comércios mais populares de São Paulo, estava bastante movimentada. No entanto, o volume de pessoas não se comparava às multidões vistas nesta época do ano, em especial na ladeira Porto Geral --rua que dá acesso à região pelo metrô.

"Parece um mês normal, e não dezembro", disse Alex Oliveira, ambulante que vende camisetas

na região. "Olha, até as lojas grandes estão vazias."

O controle de circulação era muito flexível na maioria das lojas. Os Armazinhos Fernando eram uma das poucas lojas que mediam a temperatura na entrada e ofereciam álcool em gel. Havia também controle na entrada, mas, no horário em que a reportagem esteve lá, não havia fila.

Quem saiu para ir às compras disse à reportagem que, no geral, neste ano o Natal será enxuto: menos convidados e menos presentes.

"Estou comprando lembrancinhas só para os mais próximos", contou Elaine Freitas, que é autônoma.

Segundo ela, o Natal sempre foi uma reunião de famílias para muitos: reunia mas 40 pessoas, entre familiares e amigos. Neste ano, porém, ela diz que limitou o encontro para um pequeno grupo de dez pessoas mais próximas.

Caren Mello, que vende caixas de MDF e vai na região a cada dois meses para comprar o material, conta que sua festa será econômica sob todos os aspectos. Ela pretende gastar cerca de R\$ 400 neste ano, metade do que desembolsou em 2019. "Até o gasto com a comida ficou menor porque seremos apenas meu marido, meu filho e eu", afirmou.

A família da vendedora Daniela Karine resolveu o problema de presentes organizando um amigo secreto de canecas.

"Em anos anteriores a gente dava perfume, roupa, calçado, mas neste ano vamos fazer diferente porque nem todo o mundo está trabalhando."

A costureira Luciana Oliveira foi até a 25 de Março comprar bonecas e dinossauros para os netos de 6, 3 e 2 anos --os únicos que receberão presente dela neste ano.

Ao todo, gastou R\$ 300, bem menos que os mais de R\$ 1.000 usados para agradar a parentes e amigos no ano passado.

A técnica de enfermagem Tatiana Ribeiro está desempregada e, com o fim do auxílio emergencial, também segurou os gastos. Foi à 25 de Março comprar o básico: chinelo e utensílio para a casa. Vai passar o Natal com a vizinha e o filho.

"Geralmente somos em 30 pessoas, mas neste ano, não tem condições."

Veículo: O Globo	Caderno: Economia
Data: 21/12/2020	Página:

O GLOBO

Bomba fiscal: Projetos no Congresso para ajudar estados e municípios podem custar R\$ 589 bi à União

Conta faz parte de um relatório do Tesouro Nacional sobre os riscos fiscais que rondam o Orçamento

Manoel Ventura

21/12/2020 - 04:30

BRASÍLIA - O ano de 2021 nem começou, mas a equipe econômica já está preocupada com a possibilidade de avanço no Congresso Nacional de propostas que aumentam os gastos públicos. O governo federal estima que pode perder até R\$ 589 bilhões em dez anos caso a Câmara e o Senado aprovem um conjunto de projetos que beneficiam estados e municípios. A conta faz parte de um relatório do Tesouro Nacional sobre os riscos fiscais que rondam o Orçamento da União e inclui três propostas.

Na semana passada, com o apoio do governo, Câmara e Senado já aprovaram um socorro de R\$ 217 bilhões para estados e municípios. A proposta incluiu o perdão pelo descumprimento do teto de gastos dos estados, a reformulação do Regime de Recuperação Fiscal e a permissão para crédito em troca de ajuste nas contas. O pacote aprovado é composto majoritariamente por alívio na dívida dos governos locais e, portanto, sem impacto nas despesas da União.

Os projetos que chamam atenção dos técnicos do Tesouro, por outro lado, constituem risco de aumento de gastos para o governo federal e estão na lista das propostas que o Ministério da Economia está de olho para evitar que sejam votadas e aprovadas.

“Os impactos estimados de propostas legislativas que alteram o relacionamento interfederativo, para um período de dez anos, são de aproximadamente R\$ 589,7 bilhões. Tratam-se de propostas que beneficiam os entes subnacionais ao mesmo tempo que oneram a União. São importantes fontes de incertezas para a União”, diz o relatório do Tesouro, que faz um levantamento dos riscos que podem atingir os cofres do governo federal num momento de forte restrição fiscal.

Mais transferências

O relatório cita uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê uma transferência adicional de 1% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a ocorrer no mês de setembro (além das duas que já são feitas em julho e dezembro). Esse percentual seria aplicado sobre a mesma base que hoje compõe o FPM: a arrecadação dos impostos

federais sobre a renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI). A medida teria um peso de R\$ 35,2 bilhões em uma década.

O texto começou a tramitar no Senado, onde já foi aprovado em dois turnos de votação. Na Câmara, a PEC já foi aprovada em primeiro turno, faltando apenas uma votação em segundo turno. Para aprovar uma PEC, é necessário o apoio de ao menos 308 deputados.

Na semana passada, deputados pediram ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para pautar a proposta. O calendário apertado, por outro lado, não permitiu a votação.

— A PEC já foi aprovada no primeiro turno aqui. E eu fiz um apelo ao presidente da Casa de que votemos a matéria em segundo turno. Essa PEC é muito importante para a revisão do pacto federativo — disse o deputado Júlio César (PSD-PI), um dos principais defensores da medida.

Plenário do Senado Foto: Marcos Oliveira / Agência O Globo

Plenário do Senado Foto: Marcos Oliveira / Agência O Globo

Também relacionado a transferências, outra proposta de emenda à Constituição, se aprovada, aumentaria os gastos do governo federal em R\$ 165,7 bilhões nos próximos dez anos. A PEC aumenta a alíquota do Fundo de Participação dos Estados (FPE) de 21,5% para 26% da arrecadação dos impostos federais sobre a renda e sobre o IPI.

A proposta tem a autoria de 30 senadores, entre eles parlamentares da base aliada ao governo, e é por isso que ela preocupa a equipe econômica. No projeto, os senadores afirmam ser necessário “reequilibrar” as relações entre os entes da Federação, e reclamam de uma prática recorrente da União: ampliar a arrecadação por meio da criação de tributos não compartilhados com estados e municípios, sobretudo contribuições.

Em 2021: Congresso aprova lei que define diretrizes do Orçamento e afasta risco de apagão nas despesas

Os fundos de participação são recursos repassados pela União a estados e municípios, formados por parcelas das receitas arrecadadas pelo governo federal. Em muitas cidades, o fundo de participação é a principal fonte de receita e, por isso, deputados e senadores tentam com frequência ampliar esse repasse.

Redução de juros

O relatório do Tesouro Nacional destaca ainda um projeto que prevê reduzir novamente os juros cobrados pela União nas operações em que o governo federal refinanciou as dívidas de estados e municípios. Os juros seriam limitados à correção pela inflação, e a alteração do indexador seria retroativa às assinaturas dos contratos originais. Essa proposta teria o maior impacto, de R\$ 388,8 bilhões.

Para o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, os aumentos nos percentuais que compõem os fundos de estados e municípios não foram capazes de reduzir as diferenças inter-regionais, porque diversas cidades não têm estrutura administrativa para transformar os recursos em projetos:

Congresso: Com calendário apertado, principais pautas econômicas ficam para 2021

— Transferir recursos para governos locais não é a solução para as desigualdades de estados e municípios. A gente precisa ter planejamento de longo prazo, não é apenas distribuir recursos, até porque a capacidade da União de distribuir recursos é nula. Transferir dinheiro para localidades que não têm infraestrutura e burocracia qualificada faz com que esses recursos acabem em aumento de salário dos funcionários públicos.

Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da RPS Capital, considera essa agenda do Congresso equivocada. Ele cita o acordo com o Supremo que fará o governo transferir mais de R\$ 60 bilhões a estados e municípios até 2037 por conta da Lei Kandir — que busca compensar os governos locais pela desoneração das exportações:

Promessa: Guedes diz que governo vai propor corte em incentivos fiscais ainda neste ano

— Não é verdade que o governo federal transfere poucos recursos para estados e municípios. Olhando para frente, ele está ampliando as transferências. O governo federal já propôs e foram aprovadas diversas medidas que ampliam benefícios para estados e municípios. A União tem estendido a mão para o federalismo fiscal brasileiro.

Propostas de alívio aos governos locais

Socorro de R\$ 217 bilhões já aprovado

Na semana passada, o Congresso aprovou um pacote de socorro de R\$ 217 bilhões, de 2021 a 2029, para estados e municípios. O projeto permite que governos locais em crise tomem empréstimos com garantias da União, o que hoje não é possível, em troca de ajustes nas contas. Também reformou o Regime de Recuperação Fiscal e perdoa o descumprimento do teto de gastos nos estados.

Aumento no Fundo de Participação dos Municípios

Texto mais avançado, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) paga um extra de 1% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Deputados ligados a prefeitos pressionam para que a Câmara pautar a medida, que já foi aprovada em primeiro turno na Casa e em dois turnos no Senado. Impacto estimado pelo Tesouro Nacional é de R\$ 35,2 bilhões em dez anos.

Mais repasses ao Fundo de Participação dos Estados

Também na linha de aumentar repasses, outra proposta sobe a alíquota do Fundo de Participação dos Estados (FPE) de 21,5% para 26% da arrecadação dos impostos federais sobre a renda e sobre o IPI. A proposta nasceu no Senado com a assinatura de 30 parlamentares. A Casa é considerada mais próxima dos desejos dos governadores. A previsão é de custo de R\$ R\$ 165,7 bilhões em uma década.

Nova base de cálculo na negociação de dívidas

Outra proposta que nasceu no Senado trata da dívida dos estados. Com frequência, governadores de estados em crise financeira tentam emplacar proposta que reduz os juros cobrados pelo governo federal em operações de refinanciamento da dívida. O texto prevê que os juros sejam limitados à correção pela inflação, de forma retroativa. O impacto previsto é de R\$ 388,8 bilhões em dez anos.

Veículo: O Globo	Caderno: Analista
Data: 21/12/2020	Página:

O GLOBO

Em balanço de fim de ano, Guedes deixa para trás promessas para a 'semana que vem'

Por Marcello Corrêa

18/12/20

15:18

O balanço de fim de ano feito pelo ministro Paulo Guedes nesta sexta-feira revelou que dois anos de Brasília fizeram o chefe da Economia passar por um choque de realidade. Ao avaliar a dificuldade para viabilizar medidas polêmicas como a agenda de privatizações, sinalizou estar cansado de prometer entregas para "semana que vem" e afirmou: "Eu não prometo mais nada".

A declaração resume a mudança na estratégia de Guedes, que sempre repetiu ser defensor de metas grandes e ousadas. Desde que assumiu o cargo, o ministro optou por uma abordagem incisiva nas pautas que acredita, mesmo antes de um entendimento político. A desoneração da folha bancada por um imposto sobre transações financeiras e a desindexação do Orçamento são apenas dois exemplos.

Em uma entrevista coletiva à imprensa, o ministro enumerou momentos em que esse comportamento o levou a anunciar medidas que acabaram não se concretizando. Na reflexão, ele admitiu que gostaria de ter avançado mais a essa altura da gestão e se comparou a um "pato novo", ao descrever uma ingenuidade nas articulações políticas.

O episódio mais recente ocorreu no meio do ano: a previsão de que o governo venderia até quatro estatais em 90 dias. Guedes diz ter feito a promessa após conversar com parlamentares e, depois, traído por um suposto acordo de centro-esquerda para travar desestatizações.

Esse tipo de declaração foi deixada de lado no encontro virtual desta sexta-feira. O ministro preferiu frisar a urgência de ter um programa de vacinação em massa para garantir a retomada da economia e não descartou voltar a gastos emergenciais, embora ainda não veja uma segunda onda de Covid-19.

Paulo Guedes entrou no governo com o peso de ser um "superministro" para tocar uma agenda de reformas em ritmo acelerado. A pandemia e a turbulência política em Brasília mudou os planos. Hoje, o "Posto Ipiranga" frisou a reflexão que deve dar o tom da próxima metade do governo Bolsonaro: "Não sou superministro, sou demissível em cinco minutos".

Veículo: O Globo	Caderno:
Data: 21/12/2020	Página:

O GLOBO

Tesouro vê risco fiscal em projetos que beneficiam estados e municípios

Propostas poderiam causar um rombo de R\$ 589 bilhões aos cofres da União em dez anos

Manoel Ventura

21/12/2020 - 04:30 / Atualizado em 21/12/2020 - 07:59

BRASÍLIA - Antes mesmo que 2021 comece, a equipe econômica já está preocupada com a possibilidade de avanço no Congresso Nacional de propostas que aumentam os gastos públicos. O governo federal estima que pode perder até R\$ 589 bilhões em dez anos caso a Câmara e o Senado aprovem um conjunto de projetos que beneficiam estados e municípios. A conta faz parte de um relatório do Tesouro Nacional sobre os riscos fiscais que rondam o Orçamento da União e inclui três propostas.

Na semana passada, com o apoio do governo, Câmara e Senado já aprovaram um socorro de R\$ 217 bilhões para estados e municípios. A proposta incluiu o perdão pelo descumprimento do teto de gastos dos estados, a reformulação do Regime de Recuperação Fiscal e a permissão para crédito em troca de ajuste nas contas.

“Os impactos estimados de propostas legislativas que alteram o relacionamento interfederativo, para um período de dez anos, são de aproximadamente R\$ 589,7 bilhões. Tratam-se de propostas que beneficiam os entes subnacionais ao mesmo tempo que oneram a União. São importantes fontes de incertezas para a União”, diz o relatório do Tesouro.

A grande mudança na relação Fisco e contribuinte em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Silvania Tognetti*

Silvania Tognetti. FOTO: DIVULGAÇÃO

Não fosse a terrível pandemia do SARS-COVID19, o ano de 2020 seria lembrado pelos operadores do Direito Tributário como o ano da mudança no relacionamento fisco e contribuinte, que foi marcado ao longo de anos pela adversidade resultante de uma desconfiança de ambas as partes e encontrou, finalmente, o caminho do diálogo com a transação tributária.

No lado das autoridades fiscais, os contribuintes eram primeiramente vistos como efetivos sonegadores e, depois de ganharem alguma confiança, apenas como 'potenciais sonegadores'. Cada movimento de um contribuinte poderia ser uma manobra que faria com que ele deixasse de pagar aos cofres públicos valores devidos. Não havia reflexão sobre a correção e legalidade do que era efetivamente devido e, muito

menos, a consideração aos fatores econômicos que podem fazer com que o contribuinte mais zeloso não consiga pagar suas obrigações tributárias. É fato que uma parcela considerável dos contribuintes com seus subterfúgios e defesas vazias contribuíram para a formação desta imagem tão negativa, prejudicando a esmagadora maioria dos contribuintes que tentam fazer tudo certinho.

Do lado dos contribuintes, grande parte da cobrança fiscal era primeiro inconstitucional ou ilegal antes de ter alguma chance de ser apenas uma exigência tributária para a manutenção do Estado. Muitos agentes públicos, em razão de tristes episódios de corrupção, eram encarados como potenciais criminosos, colocando-se tudo o que diziam em dúvida. Alguns advogados, consultores e contadores com pouca consciência de suas responsabilidades profissionais ajudavam seus clientes a esconder fatos geradores (como se isto fosse planejamento) e tornavam os agentes públicos em espíões que precisavam ser despistados pelos contribuintes. Para as crises financeiras, o remédio era parar de pagar os tributos e, no fechamento da empresa, deixar o problema fiscal de lado, para prescrever, fazendo com que os procuradores públicos se tornassem meros 'caçadores das empresas perdidas'. Não se via no agente público um profissional que iria verificar se algo ocorreu de errado com o valor arrecadado, identificar o erro, permitir que o contribuinte possa continuar sua atividade pagando corretamente o que deve e, com isto, garantir o dinheiro necessário para a manutenção das instituições públicas.

Seriam muitas laudas para exemplificar o tipo de confusão reinante na **arrecadação** tributária no Brasil (embora este tipo de conflito seja também uma pandemia mundial). O importante é reconhecer que a adversidade decorreu de interpretações deturpadas dos dois lados.

É preciso reconhecer que o contribuinte é o grande herói da **arrecadação**, porque ele é quem faz existir o que será arrecadado. O setor público não produz riquezas que possam ser tributadas, apenas o setor privado faz isto. De outro lado, os agentes arrecadadores do Estado são os heróis da sociedade, pois, sem eles, não existiria a maior parte dos recursos públicos que permitem a atuação do Estado na sociedade. O cumprimento de obrigações fiscais quase nunca se daria de forma espontânea. Enfim, esta relação fisco-contribuinte é simbiótica, um não vive sem o outro.

E é por essa razão, de relação simbiótica, que 2020 marca o início de uma nova história: a possibilidade prevista em lei do diálogo entre contribuinte e fazenda pública na busca de soluções para permitir a **arrecadação** de tributos em atraso sem impedir a continuidade das empresas. É o ano em que se iniciam as transações tributárias.

Presente no Código Tributário Nacional desde a década de 60, a transação tributária esperou mais de quatro décadas para ser regulamentada em lei e apresentar-se como útil e eficaz para a sociedade. Uma pena! Poderíamos estar bem mais avançados nas formas de **arrecadação** eficiente de receita tributária.

A Lei 13.988, de 14 de abril de 2020, trouxe, finalmente, a possibilidade de celebração de transações entre Procuradoria da Fazenda Nacional e os contribuintes. O objetivo é permitir que o contribuinte possa reunir toda a sua dívida com a fazenda pública federal e apresentar um plano para liquidação com algum desconto, mas principalmente um racional de pagamento da dívida coerente com os seus limites financeiros. Embora

também preveja a transação por adesão, nosso foco aqui são as transações individuais aquelas que trazem uma nova forma de soluções de conflito para o passivo tributário.

Isso, porque, na transação por adesão, a fazenda pública apresenta um conjunto de condições para pagamento com o qual o contribuinte pode aderir permitindo uma solução para o seu passivo tributário. É iniciativa da Fazenda Pública que deixa pouco espaço para a individualização do caso de cada contribuinte. Mas, para os contribuintes com passivo tributário acima de 15 milhões de reais é possível a transação individual, perfeito exemplar da aproximação entre fisco e contribuinte, onde o contribuinte apresenta seu plano para quitar a dívida, como devedores fazem ao tentar renegociar seus débitos privados com seus credores. Em nome da transparência as transações são públicas e podem ser consultadas no site da Fazenda Nacional. Vale ver que estamos avançando.

Ainda há muito para evoluir em matéria de transação tributária. A meu ver, um dos principais pontos é o estabelecimento de um prazo máximo de 84 meses para o encerramento das obrigações transacionadas. Diante da realidade do endividamento dos contribuintes e quando comparado com o que vemos no caso de dívidas privadas, é um prazo ainda pequeno, o que torna as prestações muito altas. Na alteração recente da Lei de Recuperação Fiscal, há previsão de prazo maior para entidades em recuperação judicial, 120 meses, o que já melhora um pouco, mas o ponto fundamental é que o prazo deveria ser o resultado de uma análise do valor da dívida e da capacidade financeira, o que pode exigir prazos mais longos.

O próximo ano (e talvez os próximos também) serão muito difíceis para a economia. Ainda não é possível saber as consequências da pandemia e sequer avistar

quando ela estará sob controle. Muitas empresas não sobreviverão e outras mais precisarão de muita ajuda para superarem o momento. Será uma boa oportunidade para testar o diálogo e ampliar ainda mais o leque de contribuintes que possam acessar as transações individuais.

*Silvania Tognetti é advogada tributarista e sócia da Tognetti Advocacia

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Em 2021, política fiscal terá papel principal no suporte à economia

Após injeção global de US\$ 25 tri como resposta à pandemia, estímulos de BCs e governos tendem a ceder

Por **Gabriel Roca, André Mizutani e Rafael Vazquez** — De São Paulo

21/12/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas





Ethan Harris, do BofA: bancos centrais já fizeram cerca de 95% do que podiam — Foto: Silvia Costanti/Valor

A pandemia do novo coronavírus colocou o ano de 2020 na história, não só por provocar uma das maiores crises sanitárias do planeta, mas por exigir uma resposta rápida e vigorosa de governos e bancos centrais sem precedentes: a injeção de US\$ 25 trilhões, entre políticas monetárias e fiscais, segundo levantamento do Bank of America (BofA). Em 2021, os estímulos tendem a ser menores, até por conta da expectativa de avanço da vacinação no mundo, mas caberá à política fiscal o papel fundamental, especialmente no curto prazo, de evitar uma desaceleração ainda mais forte da economia no início do ano.

Especialistas consultadas pelo **Valor** apontam que os bancos centrais vão ter um protagonismo menor no suporte à economia no ano que vem. Com juros perto de zero ou negativo nas principais economias do mundo e programas de compras de ativos bastante elevados, eles estão ficando “sem munição”.

Países do G-20 já injetaram US\$ 21,9 tri

Estímulos fiscais e monetários na pandemia, em US\$ bi

	Estímulo fiscal	Estímulo monetário	% PIB
Japão	1.832,60	1.452,50	63,70
Itália	972,6	188,2	58,00
Alemanha	1.722,20	361,8	54,20
Reino Unido	678,4	495,5	41,60
França	761,6	254,6	37,50
EUA	2.842,0	3261,8	28,10
Canadá	267,7	205	27,2

União Europeia	2.133,00	1.720,40	21,10			
Austrália	197,00	40,7	20,80			
Índia	486,7	49,6	16,70			
Coreia do Sul	222,7	1,2	14,00			
Turquia	89,3	-	12,00			
Brasil	199,3	10	11,20			
México	11,2	94,0	8,30			
China	904,2	251,1	8,20			
África do Sul	26,3	-	7,30			
Indonésia	76,2	-	6,90			
Argentina	23,1	-	4,50			
Arábia Saudita	21,00	13,3	4,40			
Rússia	55,3	-	3,30			
FMI	200,0	-				
Banco Mundial	12,0	-				

Fonte: Bank of America - OBS: Esta tabela tem originalmente 97 países, mais FMI, União Europeia e Banco Mundial

Na avaliação do chefe de economia global do BofA, Ethan Harris, mais apoio por parte dos governos é fundamental no curto prazo, já que ele estima que os bancos centrais fizeram cerca de 95% do que podiam. “Você precisa de uma ponte para lidar com essa última rodada da crise de covid-19. E não podemos contar com os bancos centrais para fazer este trabalho. Eles estão com pouca munição”, diz.

PUBLICIDADE

A relevância do debate sobre uma nova rodada de suporte governamental à economia ficou evidente nas últimas semanas, quando os investidores globais

acompanharam de perto as negociações por um novo pacote de estímulos fiscais em Washington. Atualmente, a proposta que está sendo discutida alcança os US\$ 900 bilhões, e inclui uma nova rodada de pagamentos em dinheiro para os americanos, além dos pagamentos semanais de US\$ 300, herdados dos projetos anteriores.

Harris diz que a ausência da aprovação de novas medidas de estímulo nos EUA pode provocar uma contração econômica no primeiro e no segundo trimestre de 2021. Na Europa, que já deve registrar uma retração no quarto trimestre devido às medidas para conter a pandemia, a fraqueza econômica pode se estender para o primeiro trimestre do ano que vem, caso medidas fiscais não sejam aprovadas no continente.

“A questão aqui é concluir o processo de recuperação e fornecer uma ponte para um período de maximização. As principais economias do mundo estão enfrentando um período de fraqueza econômica, com o inverno no Hemisfério Norte, a escalada real da pandemia e mais medidas de contenção acontecendo”, afirma.

A visão de protagonismo da política fiscal é compartilhada pela estrategista global do J.P. Morgan Asset Management, Gabriela Santos. De acordo com ela, são os governos que precisam aprovar seus estímulos agora, porque os bancos centrais já fizeram o que podiam. “O [Federal Reserve] não consegue tapar esse buraco, porque ele não tem as ferramentas necessárias. O próprio presidente do Fed, Jerome Powell, tem dito isso várias vezes nos últimos meses”, diz.

No mesmo sentido, a estrategista-chefe de renda fixa nos EUA do Société Générale, Subadra Rajappa, afirma que o Fed não conseguiria substituir o espaço deixado para trás pela política fiscal. “A questão é o que o Fed pode fazer, e o quão efetivo isso seria. Eles têm muitas ferramentas à disposição, mas a questão é se elas serão efetivas para ajudar a economia com o que ela está enfrentando neste momento. Anunciar mais QE [afrouxamento monetário] ou a extensão das compras de ativos não ajudaria de maneira significativa as pessoas que estão desempregadas neste momento.”

Apesar da expectativa de um começo de 2021 ainda com a crise pesando sobre as economias, o início da vacinação maciça nos países desenvolvidos deve contribuir para uma recuperação mais sustentada nos principais mercados do mundo. Com as perspectivas de um crescimento mais robusto e níveis de inflação ainda muito deprimidos por conta do choque provocado pela pandemia, o ano deve ser de relativa tranquilidade para os principais BCs do mundo.

De acordo com Gabriela, do J.P. Morgan, a economia não deve receber mais um empurrão vindo de estímulos em 2021, “mas isso é diferente de retirar o apoio”. Ela diz acreditar que, para os bancos centrais das economias desenvolvidas, o suporte monetário não deve ser retirado até pelo menos 2024, que é quando devem acontecer os primeiros aumentos de juros.

“A perspectiva para o próximo ano, do ponto de vista da economia, é que você estará no início da expansão, em que tipicamente há forte crescimento e baixa inflação”, diz Harris, do BofA. “Portanto, não acho que os bancos centrais farão muito. As únicas ações a serem tomadas serão tentativas modestas de garantir que você não tenha uma venda acentuada no mercado de títulos. Os BCs vão ficar cada vez mais confortavelmente no modo de espera.”

Harris também refuta a ideia, amplamente especulada por parte dos agentes financeiros, de que a combinação de estímulos monetários e fiscais deve gerar pressão inflacionária nos próximos anos. “Para que as políticas monetária e fiscal criem inflação, o primeiro passo é criar uma economia totalmente recuperada para, em seguida, haver um aumento dos preços, o que ainda está distante neste momento. Uma alta da inflação seria altamente improvável”, argumenta.

O BNP Paribas também vê uma dinâmica de preços comportados no curto prazo. No entanto, segundo o chefe global de estratégia para mercados emergentes no BNP Paribas, Gabriel Gersztejn, o cenário base de inflação baixa pode abrir caminho para novas pressões por estímulos sobre os bancos centrais no ano que vem. “Acreditamos que há forças estruturais que continuam puxando a inflação para baixo”, afirma, citando a maior propensão das pessoas de poupar do que de consumir em meio ao ambiente de crise, além da tendência de maior automação incentivada pela pandemia e desemprego mais alto.

“Os bancos centrais vão estar de prontidão. Se os dados econômicos não vierem conforme o esperado, com uma pressão mais desinflacionária do que inflacionária e uma recuperação aquém do esperado, as autoridades vão, sim, aumentar os estímulos”, acredita Gersztein.

As preocupações dos analistas, no entanto, são maiores com os mercados emergentes. Para Harris, haverá uma disparidade entre os países desenvolvidos e os emergentes em relação à distribuição de vacinas. “Alguns mercados emergentes devem demorar mais para obter a vacina. Isso significa um período ainda mais longo de restrições à atividade”, diz. Esses países, de acordo com ele, são muito mais vulneráveis do que os mercados desenvolvidos quando se trata de crise de dívida e tolerância dos investidores globais.

É isso que, na avaliação de Gabriela, do J.P. Morgan, faz a retirada de estímulos fiscais ser mais urgente no mundo emergente. “Nos países emergentes, essa retirada de estímulos fiscais é uma questão mais urgente. São só os países desenvolvidos que podem se dar ao luxo de não se preocupar com a retirada de todo esse apoio fiscal”, diz.

A recuperação também deve ter tempos diferentes em cada país, de acordo com ela. “O exemplo principal é a China, que foi o único país com uma recuperação em V, com uma economia que já está 2% maior do que no começo do ano”, afirma. Ela espera que a recuperação nos EUA chegue no fim de 2021, na Europa, em 2022 e na América Latina, apenas em 2023.

Leia mais em **Estímulos representam 29% do PIB global**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Mau hálito persistente: é isto que você deveria fazer todos os dias

HALI PURE

Especialistas não veem chances de União derrubar desoneração da folha no STF

Medida, considerada constitucional, beneficia 17 setores com forte geração de vagas

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

21/12/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



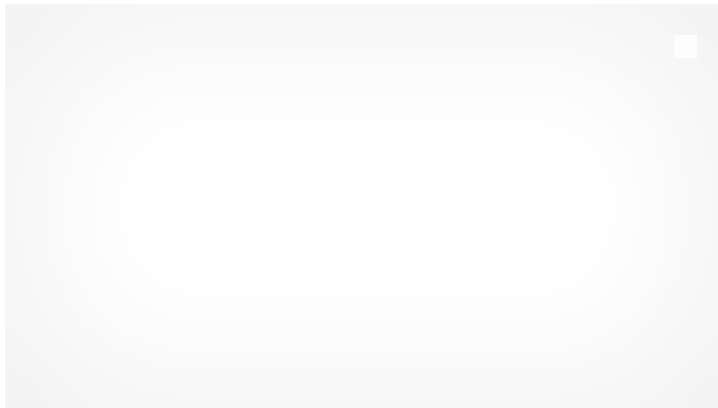
Vivien Suruagy: revogação levaria a corte de vagas nas áreas de infraestrutura de telecomunicações, informática e call center — Foto: Divulgação

A ação apresentada pelo governo no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a prorrogação da desoneração da folha de pagamento até o fim do ano que vem não tem chances de prosperar. Advogados ouvidos pelo **Valor** dizem que a medida, aprovada pelo Congresso Nacional, é constitucional e, ao contrário do que alega a Advocacia-Geral da União (AGU), não contraria nenhuma norma vigente.

O processo está nas mãos do ministro Ricardo Lewandowski, que na sexta-feira, ao ser designado relator, tirou as chances de o governo Jair Bolsonaro obter uma liminar durante o recesso do Judiciário. Ele decidiu levar para o Plenário o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade apresentada (ADI 6632) - o que só poderá ocorrer a partir de fevereiro.

A desoneração da folha beneficia 17 setores da economia. Essas empresas são as que mais empregam no país. Geram atualmente seis milhões de vagas que, em uma eventual decisão favorável ao governo, estariam em risco por conta do forte impacto financeiro da medida.

PUBLICIDADE



Somente a Feninfra, federação que representa as empresas de infraestrutura de telecomunicações, informática e call center, diz que o setor pode ter que cortar mais de 20% da sua mão de obra. Seriam 500 mil postos de um total de 2,2 milhões.

“E isso num momento em que o índice de desemprego no país está em 14%. Nós não estamos entendendo essa posição do governo”, diz Vivien Suruagy, a presidente da Feninfra.

Ela classifica a ação que foi protocolada no Supremo como “uma grande e desagradável surpresa”. Afirmar que as empresas fecharam os seus programas de

investimentos e contratação e qualificação de mão de obra para 2021 com base na decisão do Congresso e, agora, não sabem mais se conseguirão cumprir.

O pedido governo, se aceito, pode ser a gota d'água para o setor de transportes: há risco de paralisação das atividades e de demissões. Otávio Cunha, presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), afirma que o setor vem, ao longo dos anos, sofrendo com a redução da demanda e neste ano de pandemia, especificamente, o cenário piorou muito. O número de passageiros caiu 80% nos meses de março e abril e, atualmente, está em 50% da média histórica.

A desoneração da folha foi instituída em 2011 para estimular a geração de empregos formais. Setores favorecidos com a medida, substituíram a contribuição ao INSS, de 20% sobre a folha de salários, por uma contribuição calculada sobre o receita bruta da empresa, que varia entre 1% e 4,5%.

O benefício seria extinto neste ano, mas o Congresso, ao votar a Medida Provisória nº 936, ampliou o prazo para 31 de dezembro de 2021. Essa MP, dentre outros pontos, autorizou a redução de jornada e salário de funcionários em razão da crise provocada pela pandemia.

Na conversão da MP, no entanto, o presidente Jair Bolsonaro vetou o trecho que tratava da ampliação do prazo. Mas no começo do mês de novembro, o Congresso derrubou o veto, mantendo, portanto, a prorrogação.

O governo tenta, agora, reverter a decisão por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de liminar, ou seja, em caráter de urgência. A AGU afirma, na petição, que a medida vai representar uma perda de R\$ 9,78 bilhões para a União.

Mas, apesar desse argumento, o governo já incluiu a previsão de renúncia na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que serve como base para a discussão orçamentária do próximo ano e foi aprovada na semana passada.

Na ação apresentada ao STF, a AGU afirma que o processo legislativo foi concluído sem a estimativa dos impactos orçamentários e financeiros. Afirma haver violação

ao artigo 113 do ADCT da Constituição Federal e também à Emenda do Teto dos Gastos (nº 95, de 2016) e à Lei de Responsabilidade Fiscal (nº 101, de 2000).

Para a advogada Cristiane Matsumoto, sócia do escritório Pinheiro Neto, esses argumentos não se sustentam. Ela diz que, ao contrário do que o governo alega, existe compensação à renúncia fiscal desde 2011, quando a desoneração da folha de pagamentos passou a ser permitida.

“A Cofins-Importação foi criada junto com a desoneração e tinha efeitos claramente compensatórios à renúncia fiscal. E existe até hoje. Só que agora a alíquota não é mais de 1%, é de 1,5%”, diz. “A alegação da União, de que houve violação ao artigo 514 da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, não é verdadeira.”

Sobre a suposta violação ao artigo 113 do ADCT, afirma a advogada, o governo flutua conforme os seus interesses. “Eles estão falando que se não existia previsão na LDO de 2020, não poderia haver postergação de estimativa para 2021. Só que existe um recurso legislativo que trata da renúncia fiscal e o próprio já se utilizou dele”, diz ela, citando o Fundo Nacional de Segurança Pública. “Aqui [no caso da desoneração], a previsão existe desde a sua criação.”

Um outro argumento utilizado pela AGU para tentar convencer os ministros é de que a prorrogação do prazo da desoneração da folha seria inconstitucional por contrariar a Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que instituiu a Reforma da Previdência.

A advogada Ariane Guimarães, do escritório Mattos Filho, não concorda. Ela diz que o artigo 30 da EC 103 prevê expressamente a manutenção das contribuições substitutivas à folha de salários que foram instituídas anteriormente.

“Prorrogação de prazo não equivale à criação de um novo tributo”, diz. Contribuinte, base de cálculo, materialidade, percentual, todos esses elementos estão lá atrás, quando a substituição foi criada, no ano de 2011.”

Para Ariane não há “nenhuma inconstitucionalidade na prorrogação” da desoneração da folha. “Nem do ponto de vista financeiro. A prorrogação foi

Risco fiscal da União aumenta em mais de R\$ 300 bilhões

Diante das dificuldades em executar contragarantias nas operações de crédito de Estados e municípios, o Tesouro resolveu incluir esses “ativos” em seu relatório de riscos fiscais

Por **Fabio Graner** — De Brasília

21/12/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Diante das dificuldades em executar suas contragarantias nas operações de crédito de Estados e municípios, o Tesouro resolveu incluir esses “ativos” em seu relatório de riscos fiscais. Embora esse risco de certa forma já estivesse mapeado, a sua inclusão no documento elevou em mais de R\$ 300 bilhões os riscos de receitas do Tesouro relativos às operações com os entes subnacionais.

Contragarantias são instrumentos usados pelo Tesouro para recuperar os recursos que ele utilizou quando foi acionado pelo Estado em alguma situação de inadimplência de crédito no qual foi avalista. Em geral, nos contratos em que a União oferece garantia, a principal “contragarantia” são os fundos de participação de Estados e municípios (FPE/FPM).

Tem crescido nos últimos anos o volume de inadimplência dos governos subnacionais. “Um risco especialmente propenso a se concretizar é o da autorização judicial de novas suspensões dos pagamentos de dívidas com a União por parte de Estados e municípios. Recentemente, os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás obtiveram liminares concedendo-lhes esse benefício. Além disso, outros entes protocolaram pedidos semelhantes”, diz relatório do Tesouro.

Junto com isso, os bloqueios de contragarantias também estão subindo. “Outro ponto de destaque é o crescente estoque de contragarantias não executadas pela União, que caracteriza a materialização do risco fiscal envolvido nas operações de garantias, partindo de um valor de R\$ 370,6 milhões em 2016 e chegando a R\$ 25,9 bilhões na metade de 2020 (6.913% de crescimento)”, diz o texto.

“O que tem acontecido é que tem havido ações na Justiça, e a União não consegue executar suas contragarantias. Isso significa menos recursos para o pagamento da dívida pública federal”, explicou ao **Valor** o coordenador-geral de planejamento e riscos fiscais do Tesouro, Pedro Ivo de Souza Junior.

O documento explica que fatores como liminares em ações impetradas pelos mutuários contra a União e a adesão de Estados ao Regime de Recuperação Fiscal (hoje só tem o Rio de Janeiro, mas outros estão pleiteando) afetam esse desempenho. “É de se considerar como provável a adesão dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás ao referido regime”, diz.

No total, entre o que tem a receber das dívidas dos Estados e municípios renegociadas nos anos 90 e o estoque de contragarantias, os riscos fiscais decorrentes dos ativos que a União tem junto a esses entes é de R\$ 914,5 bilhões, ante R\$ 622,8 bilhões no ano passado.

Obviamente eventuais perdas não se materializam na totalidade desse valor, já que há um fluxo anual de receitas. De 2016 até agosto de 2020, por exemplo, o total de contragarantias não executadas atingiu um total de R\$ 25,9 bilhões.

Há ainda outros riscos que fazem essa conta geral superar R\$ 1 trilhão.

“Recentemente, alguns entes subnacionais conseguiram liminares na Justiça concedendo-lhes a antecipação das operações de crédito previstas pela Emenda Constitucional nº 99, que obriga a União a financiar, diretamente ou por intermédio das instituições financeiras sob o seu controle, o pagamento dos saldos remanescentes de precatórios vencidos e não pagos de Estados e municípios ao final de 2024”, explica o texto.

“O estoque atual de precatórios de Estados e municípios é de R\$ 116,7 bilhões (em 31/12/2019). Uma estimativa do impacto financeiro potencial desta emenda, caso a União fosse obrigada a fornecer imediatamente uma linha de crédito no valor do saldo constante na dívida consolidada, seria igual a este valor”, completa.

O relatório de riscos fiscais também incluiu pela primeira vez em sua análise de riscos os aportes em fundos garantidores, instrumentos muito utilizados recentemente como parte da estratégia de combate à crise, que somam mais de R\$ 40 bilhões.

“Com o advento da pandemia mundial da covid-19 e a consequente crise econômica, os fundos garantidores, com participação da União, foram acionados como instrumento de suporte às políticas públicas voltadas à recuperação da economia”, diz.

“As operações de crédito relacionadas às ações do Pronampe e do Peac são garantidas pelo FGO e pelo FGI, respectivamente, nos quais foram aportados cerca de R\$ 45 bilhões de recursos públicos em 2020. Desde 2009, houve o aporte de mais de R\$ 56 bilhões em fundos desta natureza e aproximadamente R\$ 7,4 bilhões em resgates”, comenta.

Esse risco não foi contabilizado na tabela que compila o total de riscos específicos porque o dinheiro já saiu do caixa federal. Mas a menção ocorreu devido a seu forte crescimento e porque, em caso de inadimplência, há uma perda patrimonial da União.

“Ainda que haja a recuperação de parte dos valores honrados, trata-se de risco relevante para ativos de propriedade da União. O risco de desvalorização de ativos da União está relacionado à execução das garantias dadas pelos fundos. Caso o fundo seja acionado, ele efetuará um pagamento de honra que tem como fonte os seus ativos, acarretando a redução de seu patrimônio, o que reduz o valor de suas cotas, impactando proporcionalmente todos os seus cotistas”, explica o relatório.

O Tesouro menciona ainda que há risco fiscal relacionado a aportes adicionais aos fundos com a finalidade de dar suporte à execução das políticas públicas em casos de verificação de desequilíbrio.

“Adiciona-se aos riscos fiscais a possibilidade de funcionamento pouco eficiente de fundos desta natureza, explicado pelo empoçamento de recursos que poderiam ser úteis em outras áreas, e expondo a União à baixa qualidade alocativa”, afirma.

No total, os riscos fiscais da União, tanto do lado dos ativos como dos passivos, somam R\$ 4,77 trilhões, ante R\$ 4,21 trilhões em 2019. Outro fator que pesou muito foi o aumento nos riscos de perdas em ações judiciais gerais de “risco provável”, que vêm subindo nos últimos anos e atingiram R\$ 802 bilhões no ano passado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Mau hálito persistente: é isto que você deveria fazer todos os dias

HALI PURE

LINK PATROCINADO

2020: Nova descoberta firma rosto flácido em casa

DIATENA

LINK PATROCINADO

Qual a cor da ração canina que está colocando cães em perigo?

PETVI

LINK PATROCINADO

Não faça bariátrica sem conhecer este tratamento. Avaliação médica online grátis!

CLÍNICA DA OBESIDADE

LINK PATROCINADO

Se você ver ondas quadradas no oceano imediatamente sair da água

90MIN

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Vale, Braskem, Suzano, Weg, Azul, Alliar, Tenda e mais: veja destaques de empresas



Por Bruno Carazza

Mestre em Economia e doutor em Direito, é professor do Ibmec... [ver mais](#)

Saúde, paz, união...e reforma tributária

Reforma tributária não vai sair se todos não cederem

21/12/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Se acreditassem em Papai Noel, certamente a maioria dos empresários brasileiros desejaria o fim da pandemia e uma reforma tributária em 2021.

Enquanto escrevo este texto, às 16:39h de domingo (20/12), o Impostômetro calculado pela Associação Comercial de São Paulo indicava 1,987 trilhão de reais em tributos pagos neste ano - o que indica que provavelmente ao longo desta semana ultrapassaremos a marca de R\$ 2 trilhões arrecadados pelos governos de todos os brasileiros. Trata-se de apenas um de vários indicadores de nossas distorções neste campo.

Reforma tributária não vai sair se todos não cederem

PUBLICIDADE

Pode-se criticar a metodologia de rankings de ambiente de negócios como o Doing Business, do Banco Mundial, ou o índice de competitividade do Fórum Econômico Mundial, mas ninguém discorda que o Brasil seja um dos países que demanda mais tempo e recursos humanos para o cumprimento de todas as exigências tributárias da União, 27 Estados e mais de 5 mil municípios.

Essa complexidade traz consigo uma alta litigiosidade, que congestionava o nosso Judiciário. De acordo com o relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça, apenas no ano de 2019 foram iniciados 5.168.177 novos processos envolvendo impostos, taxas e contribuições - um número que dá a medida da insegurança jurídica no país gerada pelo nosso sistema tributário.

Estimativas de especialistas indicam que em torno de 66% do PIB é alvo do contencioso tributário em nível administrativo (no âmbito das receitas dos três níveis federativos e conselhos de contribuintes) e judicial. São dois terços da produção anual do país que ficam empoçados enquanto não se decide se devem entrar nos cofres do governo ou serem liberados para investimento das empresas.

Qualquer pesquisa que se realize com empresários aponta uma concordância quase unânime de que é necessário reformar todo o sistema, buscando sua simplificação, desburocratização e aumento da competitividade e da transparência - além da redução da carga tributária, é claro.

O problema é que na cartinha para Papai Noel ou nos desejos de Ano Novo do empresariado brasileiro sobram pedidos e faltam compromissos.

Desde 19 de fevereiro uma Comissão Mista do Congresso Nacional discute as propostas na mesa: a PEC nº 45/2019 ("proposta Appy"), a PEC nº 110/2019 (baseada no trabalho do ex-deputado Luiz Carlos Hauly) e o PL nº 3.887/2020, encaminhado pelo ministro da Economia Paulo Guedes.

Ao longo dos últimos meses dezenas de audiências públicas foram realizadas e, a se contar pelas manifestações dos representantes dos principais setores da economia,

os consensos se resumem aos seus objetivos gerais. Quando se desce às medidas concretas, é cada um por si e o diabo (que mora nos detalhes) por todos.

Todos querem simplificação de impostos, mas quando se trata de unificar as alíquotas, querem tratamento especial. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por exemplo, defende alíquotas diferenciadas por atividades e produtos, assim como a manutenção do sistema cumulativo como opcional para empresas que trabalham com lucro presumido e prestadoras de serviços. Ora, se for assim, é claro que nosso carnaval tributário vai continuar.

A Confederação Nacional dos Transportes (CNT) pretende fazer rabanadas sem quebrar ovos. No documento "Pilares para a Reforma Tributária", ele exige que a reforma tributária não apenas mantenha a carga tributária global da economia, como também se comprometa a não elevá-la em nível setorial. Na sua lista de presentes para o bom velhinho há o abatimento de seus gastos com insumos e folha salarial no valor imposto agregado devido, mas tratamento diferenciado na tributação dos negócios em transportes e infraestrutura. Impostos seletivos? Só se forem para não onerar as transportadoras - um dos setores mais poluidores de nossa matriz econômica.

Ideais de justiça e igualdade são valorizados nas mensagens de final de ano, mas quando se trata de reformar o sistema, meu interesse vem primeiro. Em carta aberta enviada ao relator da Comissão de Reforma Tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), 45 associações de produtores rurais listaram os pleitos do agronegócio brasileiro. Entre elas, a manutenção da desoneração da cesta básica, a imposição de alíquota zero para os insumos agropecuários, tratamento especial para as cooperativas e exclusão dos produtores rurais inscritos como pessoa física.

As entidades filantrópicas, por sua vez, querem continuar a fazer o bem com o chapéu alheio. Um grupo de onze organizações representativas de entidades religiosas, de educação e saúde que se beneficiam de isenções fiscais lançou um manifesto contra a "taxação da solidariedade". As intenções são as melhores possíveis, mas nenhuma palavra se vê sobre a necessidade de se separar o joio do trigo e dar o tratamento correto a atividades lucrativas travestidas de assistencialismo.

Numa velha tirinha do cartunista Bill Watterson, o garoto Calvin, de 6 anos, se pergunta como o Papai Noel consegue pagar os duendes e os brinquedos que ele distribui. Seu tigre de estimação, Haroldo, arrisca uma resposta: endividando-se. O lobby em prol da desoneração da folha de pagamentos, que une setores tão díspares quanto a construção civil e a indústria de tecnologia da informação e o varejo, recebeu seu presente de Natal antecipado em novembro. “O problema é que, mais cedo ou mais tarde, a farra acaba e aí como é que eu fico?”, pergunta Calvin diante da perspectiva de ficar sem presentes no futuro.

Para terminar este texto pré-natalino com um pouco de poesia, fica a dica de Drummond para o empresariado brasileiro (e para cada um de nós): “Para ganhar um Ano Novo que mereça este nome, você, meu caro, tem de merecê-lo, tem de fazê-lo novo. Eu sei que não é fácil, mas tente, experimente, consciente. É dentro de você que o Ano Novo cochila e espera desde sempre”.

Bruno Carazza é mestre em economia, doutor em direito e autor de “Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro”. Escreve às segundas-feiras

E-mail: bruno.carazza@gmail.com

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Mau hálito persistente: é isto que você deveria fazer todos os dias
HALI PURE

LINK PATROCINADO

2020: Nova descoberta firma rosto flácido em casa
DIATENA

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa
MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Se você ver ondas quadradas no oceano imediatamente sair da água

mercado

Auxílio emergencial é a única renda de 36% dos que receberam o benefício

Redução do voucher para R\$ 300 levou 75% dos beneficiários a diminuir compra de alimentos



Eduardo Cucolo
SÃO PAULO O auxílio emergencial é única fonte de renda para 36% das famílias que receberam pelo menos uma parcela do benefício neste ano, segundo pesquisa Datafolha realizada de 8 a 10 de dezembro. A dependência dessa política, no entanto, caiu nos últimos meses, período em que o valor pago pelo governo foi reduzido pela metade. No levantamento feito em agosto, 44% apontavam o auxílio como única fonte de renda.

Com a redução do benefício, cujo valor de referência caiu de R\$ 600 para R\$ 300 por mês, e a retomada parcial da atividade econômica, muitas pessoas saíram em busca de outras fontes de renda.

Segundo a pesquisa, 39% dos entrevistados pediram o auxílio emergencial e 81% desses pedidos foram atendidos. Dados do governo mostram que o voucher alcançou quase 70 milhões de brasileiros.

O Datafolha também perguntou como a redução do benefício afetou o entrevistado. O principal efeito foi a adoção de ações para cortar gastos.

Parcela dos que perderam renda com a pandemia diminui

Por causa do coronavírus, a renda familiar na sua casa aumentou, ficou igual ou diminuiu?



Entre os que receberam alguma parcela do auxílio emergencial



39% dos entrevistados pediram o auxílio emergencial

81% dos pedidos foram atendidos

Com redução do auxílio, famílias buscam outras fontes de renda*



*Entre brasileiros com 18 anos ou mais que receberam ao menos uma parcela do auxílio emergencial. Fonte: Pesquisa Datafolha realizada de 8 a 10 de dezembro de 2020, com 2.016 pessoas, por telefone. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

De acordo com pesquisa, 75% dos beneficiários reduziram a compra de alimentos, 65% cortaram despesas com remédios, 57% diminuíram o consumo de água, luz e gás e 55% deixaram de pagar as contas da casa. Mais da metade dos bene-

ficiários também reduziu os gastos com transporte (52%) e/ou parou de pagar escola ou faculdade (51%). Ainda de acordo com a pesquisa, o percentual de pessoas que perderam renda por causa da pandemia era de 46% em agosto, número que caiu pa-

ra 42% dos entrevistados em dezembro. Entre os que receberam o auxílio emergencial, a parcela daqueles que sofreram uma redução de renda caiu de 60% em agosto para 51% em dezembro — ou seja, são pessoas que, mesmo com o auxí-

lio, não evitaram um impacto negativo sobre sua renda. Embora ainda atinja mais da metade dos beneficiários, a redução do percentual dos que declaram perda de renda reflete a retomada das atividades econômicas nos últimos meses, sobretudo no se-

tor de comércio e indústria. O auxílio emergencial está previsto para acabar a partir de janeiro. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirma que não haverá prorrogação do benefício e nem a criação de um novo programa. Continua na pág. A14



Daqui pra frente, mais do que imaginar, é preciso planejar o futuro.

Previdência Safra.

Daqui pra frente, conte com uma seleção completa de produtos com gestão ativa Safra. Como o Safra Prev Newton, um fundo exclusivo para investidores qualificados que varia sua estratégia de alocação de acordo com o cenário econômico. Um multimercado que pode investir no Brasil e no mundo e é capaz de alocar até 100% de seus ativos em renda variável para buscar os melhores resultados.

Últimos 12 meses até 30/11 237,87% CDI - 100%

Invista ainda este ano e aproveite as vantagens fiscais dos planos PGBL e VGBL.

Conheça essa e outras estratégias de Previdência.



Table with columns: Saíra Prev Newton, Fundo, CDI, % CDI. It lists various fund metrics and performance data.

ANTES DE INVESTIR LEIA O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES... A LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SE Houver, E O REGULAMENTO... Este fundo é destinado a receber aplicações de recursos dos planos de previdência...

mercado

PAINEL S.A. | Ricardo Balthazar (interino)
painelsa@grupofolha.com.br

Efeito colateral

Os custos de serviços médicos e hospitalares continuarão em alta no próximo ano, segundo um estudo feito pela consultoria Mercer Marsh Benefícios com seguradoras do mundo inteiro. De acordo com a pesquisa, 54% das operadoras de planos de saúde com negócios na América Latina preveem aumento nos pagamentos, com maior número de consultas e exames para pacientes com Covid-19 e doenças cujo tratamento foi adiado após o início da pandemia do coronavírus.

BALÃO No Brasil, as operadoras preveem aumento de 11,5% nos custos dos serviços médicos e hospitalares em 2021, como neste ano, bem acima da inflação projetada para a economia brasileira. Segundo o boletim Focus, as expectativas do mercado financeiro apontam inflação de 4,35% neste ano e 3,34% no próximo.

CONGELADOS Em agosto, a Agência Nacional de Saúde Suplementar determinou a suspensão dos reajustes dos planos de saúde até o fim deste ano, por causa da pandemia. Os cálculos da Mercer Marsh incorporam, além dos custos, projeções para o envelhecimento da população e a frequência dos procedimentos de saúde.

CATRACA A decisão do Supremo Tribunal Federal que autorizou o governo federal, os estados e os municípios a tornar obrigatória a vacinação contra a Covid-19 pode abrir espaço para que empresas também exijam a imunização de seus funcionários, segundo especialistas em direito do trabalho.

PORTARIA Para Ricardo Calcini, professor da FMU, se o Estado pode restringir a circulação de pessoas para proteger a população, empresas podem fazer o mesmo no seu espaço. Profissionais que recusem a vacina poderão ser dispensados por justa causa, como já pode ocorrer com quem não usa equipamentos de segurança.

PARA TODOS Mihoko Kimura, do escritório TozziniFreire, afirma que as empresas terão mais segurança para exigir a imunização se forem editadas leis tornando a vacinação obrigatória. Nesse caso, empregados que não tomarem vacina poderão sofrer medidas disciplinares, incluindo demissão, por colocar os colegas em risco, diz.

COM FAROFA A maioria dos brasileiros planeja gastar mais com a ceia de Natal neste ano, segundo uma enquete feita pela empresa de benefícios Sodexo com 6.028 pessoas no início de dezembro. O levantamento indica que 63% pretendem gastar mais com a festa do que em outros anos e 37%, menos.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência novembro*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	20%	R\$ 209
Valor mín.	R\$ 1.045,00	20%	R\$ 209
Valor máx.	R\$ 6.101,06	20%	R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)	Valor mín.	5%	R\$ 52,25
Valor mín.	R\$ 1.045,00	5%	R\$ 52,25

Assalariado	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de novembro venceu em 18. dez para empresas; para pessoas físicas, venceu em 15. dez

CONFRE Fundos de investimento dedicados a empresas que valorizam cuidado com o meio ambiente, ações sociais e boa governança, critérios conhecidos pela sigla ESG, acumularam US\$ 1,3 trilhão neste ano, segundo o Instituto de Finanças Internacionais, associação que representa os maiores bancos do mundo.

NOVA ORDEM Fundos com esse foco que têm cotas negociadas nas bolsas captaram US\$ 265 bilhões, seis vezes o volume do ano passado. Segundo o IIF, houve aceleração das captações nos últimos meses, na expectativa de que a troca de governo nos Estados Unidos estimulará ações ambientais e investimentos em energia limpa.

FUMAÇA Os bancos também identificaram grande interesse por investimentos em projetos voltados à compensação de emissões de gás carbônico, que contribuem para as mudanças climáticas. Segundo o levantamento do IIF, foram emitidos créditos equivalentes a 140 milhões de toneladas de carbono, o triplo do volume de 2015.

VOLUME MORTO A indefinição sobre as regras para concessão de saneamento básico deixou centenas de municípios no limbo. O presidente Jair Bolsonaro vetou dispositivo da nova lei que permite renovar contratos vencidos das companhias estaduais, mas o Congresso entrou em recesso sem analisar o veto.

NORTE A SUL Com base em dados de 2019, a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas calcula que 888 municípios estão nessa situação, que impede a entrada das empresas privadas nos serviços. Mais de dois terços estão no Nordeste. Em São Paulo, restam apenas oito cidades sem contrato, segundo a Sabesp.

SEM CARTÃO Consumidores retiraram R\$ 3,1 bilhões em caixas da rede Banco24horas, da TecBan, com a modalidade saque digital, disponível desde julho do ano passado. Foram 10 milhões de operações feitas sem cartão, com o uso de QR codes e outros tipos de código enviados para o celular do usuário.

Auxílio emergencial é a única renda de 36% dos que receberam benefício

Continuação da pág. A13

O governo federal vai gastar neste ano R\$ 58,8 bilhões com políticas públicas para combater os efeitos econômicos da pandemia, sendo que 55% do valor (R\$ 32,2 bilhões) irá para o auxílio emergencial.

Para efeitos de comparação, o Orçamento de 2020 previa no início do ano um gasto de R\$ 92,4 bilhões com políticas de desenvolvimento social, concentradas principalmente na Bolsa Família e no BPC (Benefício de Prestação Continuada, no valor de um salário mínimo, para pessoas com deficiência e idosos).

O valor foi mais que suficiente para compensar a queda na renda do trabalho neste ano, fazendo com que a massa total de rendimentos dos brasileiros (soma de salários e benefícios) crescesse neste ano.

Essa injeção de recursos também contribuiu para reduzir a pobreza no país.

De acordo com estudo do pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) Vinícius Botelho, a redução do auxílio emergencial pela metade já colocou a renda de

cerca de 7 milhões de pessoas abaixo do nível de pobreza de até R\$ 5,50 por dia em outubro deste ano, em relação ao verificado em setembro. Segundo ele, esse número deve subir para quase 17 milhões após a extinção do benefício, no início de 2021.

Kristalina Georgieva, diretora do FMI (Fundo Monetário Internacional), afirmou que o fim prematuro do auxílio emergencial pode significar obstáculos à recuperação econômica e aumento da desi-

gualdade, além de fazer com que o Brasil alcance a marca de 24 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza.

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o "plano A" do governo considerado a atividade econômica está em processo de retomada e que o auxílio emergencial será encerrado em 31 de dezembro. Ele afirmou que, se isso não se confirmar, o governo terá que ter uma ação tão fulminante e decisiva como teve no início da pandemia.

Como a redução do auxílio pela metade afetou os beneficiários

Resposta estimulada e única, em %



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada de 8 a 10 de dezembro de 2020, com 2.016 pessoas, por telefone. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Governo aceita alíquota menor na fusão de PIS e Cofins se estados cederem

Ministério da Economia cortará parte da União de 12% para 10% caso a alíquota seja de 10% para unidades da federação e de 2% para municípios

Thiago Resende e Danielle Brant

BRASÍLIA Diante de articulação na Câmara para destravar o projeto do governo de fusão do PIS e da Cofins, a equipe econômica sinalizou que pode aceitar reduzir a alíquota da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços, que unificará os tributos) de 12% para 10%.

Em contrapartida, o time do ministro Paulo Guedes (Economia) quer que o Congresso concorde em prever alíquota de 10% para estados e de 2% para municípios, quando esses entes aderirem à reforma tributária.

A ideia do governo é que o país tenha um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) com alíquota de 22%. Esse tributo incidiria sobre o consumo e representaria a fusão de PIS, Cofins (ambos federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal).

A equipe econômica diz acreditar que a versão da reforma tributária apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que junta esses quatro tributos e mais o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), possa resultar em uma alíquota maior que 30%.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que defende essa proposta, nega que esse seria o percentual final.

Texto de Rossi prevê que as alíquotas serão calibradas ao longo do tempo. Enquanto tributos antigos vão sendo desativados, o novo (imposto único) vai se formando de modo a manter a carga tributária.

A transição para que o IBS (como seria chamado o IVA no modelo da Câmara) seja implementado é de cinco anos, mas líderes querem reduzir esse prazo.

No modelo mais recente traçado pelo Ministério da Economia, a reforma tributária começaria com a fusão do PIS e da Cofins (na CBS), que entraria em vigor, segundo o projeto do governo, seis meses após a publicação da lei.

Estados e municípios, então, poderiam apoiar uma mudança de regras no Con-

ETAPAS DA PROPOSTA DE GUEDES

1. Unificação de PIS e Cofins
2. Alíquota única para IPI
3. Reforma no IR, tributação sobre dividendos e revisão de deduções
4. Desoneração da folha de pagamentos

Governo diz que carga tributária ficará estável após a reforma

PROPOSTAS JÁ APRESENTADAS

Governo Unificação de PIS e Cofins na CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços), com alíquota de 12% (pode cair para 10%). Validade seria imediata seis meses após publicação da lei

Câmara Unificação de IPI, PIS, Cofins, ICMS (estadual) e ISS (municipal) no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Alíquota poderia variar de acordo com o estado e o município. Transição seria de 10 anos

gresso e, assim, trocariam o ICMS e o ISS, respectivamente, por parte da arrecadação do IVA amplo (como passaria a ser chamada a CBS).

Como incentivo, o governo federal oferece uma ajuda de R\$ 37 bilhões por ano por meio de fundos regionais para que esses entes possam receber uma compensação por eventuais perdas e estimular o desenvolvimento regional.

Os estados, porém, reivindicam um plano mais ambicioso (de R\$ 480 bilhões) a ser bancado com parte da alíquota da União no IVA. Por isso, o governo tem sinalizado que a redução da alíquota da CBS, dando mais espaço para os outros entes no imposto único.

Técnicos do Ministério da Economia, porém, argumentam que, diante da perspectiva de retomada da atividade, a tendência deve ser de aumento na arrecadação. Portanto, para União, estados e municípios, o cenário é positivo, do ponto de vista das receitas.

Em meio à disputa política pela sucessão na Câmara, Maia e líderes governistas não conseguiram chegar a um acordo sobre a reforma tributária.

O presidente da Câmara fez uma última investida para tentar aprovar a PEC (proposta de emenda à Constituição) de Baleia Rossi ainda em dezembro, mas o plano não andou.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), busca articular a votação do projeto da CBS, que, por não alterar a Constituição, precisa de maioria simples para ser aprovado (maioria dos deputados presentes na sessão). A alíquota poderia variar de acordo com o estado e o município.

Maia disse aceitar pautar a votação da proposta de Guedes até terça-feira (22), último dia de sessão na Câmara. Mas o deputado ainda não foi procurado por interlocutores do governo para tratar do assunto.

"É só o líder combinar comigo, e ajustamos o relatório e votamos na terça", disse Maia. O ajuste no texto da reforma tributária do governo, agora, cabe ao relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), um

dos nomes favoritos de Maia para sucedê-lo na Câmara.

Já há, segundo a Economia, inclusive uma nova versão do projeto prevendo uma alíquota da CBS menor para a União.

Segundo Barros, se o relatório for apresentado, o projeto de criação da CBS será votado. Para a equipe econômica, a aprovação da primeira fase da reforma tributária de Guedes seria umavitoria, mas há receio de que o jogo político do Congresso impeça as negociações.

Governistas avaliam que Maia quer manter o protagonismo ao retomar discussões como a reforma tributária no fim do ano — o debate pode se estender ainda em janeiro. Com isso, ele ganha capital político para eleger um sucessor.

Maia, porém, diz que a reforma é necessária e daria um bom sinal ao mercado de que a agenda econômica avança.

Do outro lado, está o grupo de Arthur Lira (PP-AL), aliado de Jair Bolsonaro. Lira quer evitar sessões em janeiro e mais destaque a Maia às vésperas da eleição na Câmara, marcada para 1º de fevereiro.

Além da CBS, o governo tem conversado com técnicos do Congresso que tratam da reforma tributária para traçar uma estratégia para as outras fases do projeto de Guedes.

O Ministério da Economia defende que a PEC, relatada por Ribeiro, preveja mudanças como IPI reformulado de modo a ter alíquota única para todos os setores. Hoje a cobrança varia de acordo com o tipo de atividade da empresa.

Em relação ao Imposto de Renda, o plano ainda é cortar deduções como as médicas.

Ribeiro já aceitou prever a cobrança de IR sobre a distribuição de lucros e dividendos. A medida reduz a resistência nos partidos de esquerda, mas só valeria após a aprovação do outro projeto de lei.

Para o time de Guedes, a alíquota dessa nova cobrança deve ser de 20%, viabilizando o corte de cerca de 5 pontos percentuais no IR de empresas, que pode chegar a 25%.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite,

Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota,

Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Décadas perdidas

Como nos anos 1980, país fica mais pobre; desta vez, ao menos, conta com instituições melhores

O Brasil perdeu a década que chega ao fim. Em termos objetivos e mensuráveis, conforme reportagem publicada nesta Folha, é mais pobre hoje do que há dez anos, condição impensável para um país de tantos atrasos, carências e desigualdades. Entretanto, um fracasso dessa magnitude não se limita aos aspectos econômicos.

A considerar só estes, o desastre de agora pode ser tido como menos traumático que o do período 1981-90, a primeira década a merecer o epíteto de perdida — aqui e no restante da América Latina.

Naquele decênio entrava em colapso um modelo de desenvolvimento que proporcionaria, desde meados do século 20, taxas aceleradas de expansão industrial, urbanização e enriquecimento, ainda que com distorções e disparidades.

Agora, o país conta com protocolos econômicos para evitar uma explosão inflacionária como a que se seguiu à crise da dívida externa de 40 anos atrás — ao menos até a tempestade perfeita formada pela pandemia, por Jair Bolsonaro e pela necessidade de ajuste fiscal anterior até mesmo a este governo.

No mais, o Brasil se encontra integrado ao comércio e aos mercados financeiros globais; no decênio, ampliou o aparato de seguridade social para minorar os impactos da pobreza e do desemprego.

Rupturas na trajetória de desenvolvimento se correlacionam, de modo inevitável, com abalos nos alicerces políticos e institucionais. Se a derrocada dos anos 1980 contribuiu para que o término da ditadura fosse menos lento, seguro e gradual do que gostaríamos os militares, a dos 2010 abrigou a pior recessão desde o restouro da democracia, gestada na desastrosa gestão de Dilma Rousseff.

Houve pane no que parecia um consenso mínimo para o funcionamento do país pós-Constituição de 1988 — a convivência entre um Estado amplo, com missões sociais, e o respeito a normas básicas de responsabilidade econômica, ambos geridos por coalizões partidárias que esvaziavam radicalismos.

Assim se deu ao longo de quatro mandatos presidenciais, divididos entre o tucano Fernando Henrique Cardoso e o petista Luiz Inácio Lula da Silva. Esse aprendizado em governança, porém, não se mostrou sólido o bastante.

O primeiro pilar a ruir, já no final dos anos Lula, foi o da prudência orçamentária. Uma quadra de prosperidade, impulsionada pela fartura chinesa e global, inebri-

ava o Planalto e encorajava o presidente a escolher uma sucessora que não deveria lhe fazer sombra.

O malogro estrepitoso da gestão Dilma, que converteu alquimia econômica em política pública, fez-se acompanhar da eclosão de mal-entendidos na sociedade — o que dificilmente terá sido mera coincidência.

As mais notórias e espantosas manifestações do fenômeno foram as jornadas de 2013, quando protestos contra o reajuste de tarifas de transporte coletivo deram origem a uma onda de atos populares, não raro violentos, com as mais difusas bandeiras.

A insatisfação caótica com governantes e legisladores ganharia contornos e alvos mais definidos a partir do ano seguinte, quando a Lava Jato devastou — com méritos indiscutíveis e excessos consideráveis — expressivas parcelas da elite dirigente acusada de corrupção.

No mesmo 2014, a disputa pelo poder se tornaria mais desleal com a reeleição de Dilma — que negou a crise e satanizou ajustes que ela própria proporia sem convicção em seu segundo mandato, atiçando seus cada vez mais numerosos adversários a promover boicotes e sabotagens no Congresso Nacional.

Sucedeu-se o processo de impeachment da petista, que, como temia esta Folha, manteve envenenado o ambiente político, com novas doses de ressentimento e polarização. Àquela altura, estava em curso uma recessão só comparável, talvez, à dos anos 1980.

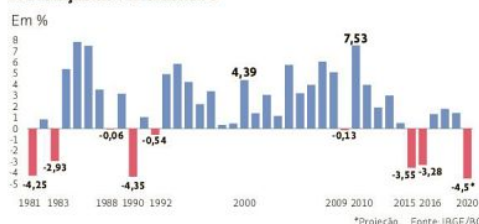
Reformas urgentes gestadas surpreendentemente durante a breve administração de Michel Temer (MDB) se viram prejudicadas pela carência de legitimidade do ex-vice, agravada pela revelação de uma conversa nada republicana sua com um grande empresário.

É notável que também a primeira década perdida tenha chegado aos estertores com a eleição de um aventureiro despreparado que renegava a política tradicional — muito embora Fernando Collor, deposto em 1992, pareça hoje um aprendiz comparado a Jair Bolsonaro.

A diferença entre aquela década e a atual é que esta se beneficia do legado da estabilidade econômica das gestões de FHC e de Lula. Sob o duo fortaleceu-se a democracia, que funciona, e aperfeiçoou-se o sistema de freios e contrapesos, que evoluíram quase ao nível de um país desenvolvido.

Espera-se que, além do mal que já produziu no combate à pandemia, Bolsonaro não coloque também essas conquistas a perder.

A evolução do PIB brasileiro



*Projeção. Fonte: IBGE/BC



Guerra

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Na tentativa de entender melhor a cabeça dos militares, que ocupam espaço cada vez maior no governo brasileiro, comprei, baixei e comecei a ler "War" (guerra), da historiadora Margaret MacMillan. Não me arrependi.

A tese central da autora é simples. A guerra é muito mais central para o ser humano do que estamos dispostos a admitir. E ela não serve só para matar gente. Muitos dos avanços científicos, tecnológicos e até de organização da sociedade resultaram de conflitos. O forte do livro, porém, não são teorias, e sim as boas histórias que conta sobre guerras, militares e os que teorizam sobre isso.

Examinemos o caso da inteligência. O general alemão Erwin Rommel não foi nada ambíguo em relação ao que achava dela: "A condição essencial para um exército ser capaz de suportar batalhas é um estoque adequado de armas, combustível e munição. Na verdade, as batalhas são travadas e vencidas pelos oficiais de inteligência antes de os tiros serem disparados".

E, se sempre foi vital garantir armas a guerreiros, a inteligência ganhou ainda mais importância nos conflitos modernos. Foi a introdução de serviços de higiene, como a lavanderia, na 1ª Guerra que fez com que, pela primeira vez, doenças não causassem mais baixas que o fogo inimigo.

A inteligência alterou a natureza do conflito, já que permite que ele tenha duração indeterminada. Nas batalhas antigas, a peleja não podia ir além da comida disponível nas imediações. Pior, ao fazer a ligação entre a capacidade de produção de um país e sua performance na guerra, a logística borra a distinção entre alvos legítimos e ilegítimos. O operário civil de uma fábrica de uniformes pode ser abatido?

Bolsonaro entregou o Ministério da Saúde a um oficial de inteligência. Se seu desempenho à frente da pasta é representativo do de nosso Exército, então a Bolívia poderá conseguir sua tão sonhada saída para o mar, pelo Atlântico...

heli@uol.com.br

Bolsonaro e os aspirantes

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Jair Bolsonaro participou de seis cerimônias militares e policiais só em dezembro. Foram formaturas de aspirantes das Forças Armadas, a conclusão do curso de delegados da PF e um evento de soldados da PM do Rio. Como bônus, o presidente ainda visitou alunos de pós-graduação da Abin, no início do mês.

Não fosse a frequência de compromissos (uma cada três dias), não haveria nada particularmente espantoso na agenda. Afinal, o presidente fez carreira como um sindicalista dessas categorias e manteve o perfil depois de chegar ao Palácio do Planalto. Esses eventos, no entanto, cumprem uma função adicional.

Os acenos de Bolsonaro têm todas as características de um trabalho para costurar uma coalizão política com integrantes das forças militares, das polícias e dos órgãos de inteligência. Nesse movimento, o presidente investe em agentes e oficiais em formação — grupos em que seus impulsos radicais costumam ter mais aderência do que nas cúpulas.

Na sexta (18), Bolsonaro se sentiu

confortável o suficiente para jogar 500 policiais recém-formados contra jornalistas, que ele trata como inimigos pessoais. "Não se esqueçam. Essa imprensa jamais estará do lado da verdade, da honra e da lei. Sempre estará contra vocês. Pense dessa forma antes de agir", discursou.

Para conquistar a simpatia, o presidente oferece prestígio, alinhamento de discurso, abertura de concursos e apoio financeiro. No último item, estão desde a proteção dos orçamentos dos órgãos e a blindagem de categorias na reforma da Previdência até promessas muidas. Num evento recente, ele pediu a parlamentares que dobrassem a diária de soldados que trabalham em obras públicas.

Em troca, Bolsonaro conquista uma afinidade política dentro de instituições que deveriam se manter independentes. Em março, a ameaça de motins policiais pelo Brasil guardava uma sintonia nítida com o bolsonarismo. Na última segunda (14), os novos delegados da PF chamaram o presidente de mito e se referiram a ele como "instrumento de Deus".

O homem que criou aquelas capas

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO O designer Cesar Villela, que morreu no dia 11 último, aos 90 anos, criou mais de mil capas de discos para várias gravadoras, usando toda espécie de cores. Mas passou à história pelas capas mais de 10 em preto-e-branco que fez para o selo Elenco, entre 1962 e 1964, e que deram à bossa nova sua identidade visual. Você sabe: fotos em alto contraste, muito espaço em branco, letra dinâmica e, com o modesto recurso de uma segunda cor, quatro bolinhas vermelhas ao redor da figura. No futuro, os teóricos associariam aquele estilo à secura da bossa nova, como se as capas antecipassem a música contida nos discos.

Mas não. Foi por falta de dinheiro mesmo. Aloysio de Oliveira, dono da Elenco, não podia bancar capas em cores com a Odeon, de que fora diretor entre 1956 e 1961 e onde descobriu Cesar no departamento de arte. Na rica Odeon, Cesar tinha carta branca para qualquer extravagância de produção, design, foto e até embalagem. A capa do LP "Che-

ga de Saudade", de João Gilberto, em 1959, o primeiro da bossa nova, era um show de cores — assim como as dos LPs de Moreira da Silva, Elza Soares, Trio Irakitan, Bola Sete, Lucio Alves, Tia Amélia e demais contratados.

Outro equívoco é o de que os desenhos e fotos da capa refletiam o clima do disco. Ao contrário, Cesar tinha de bolá-los no escuro porque, quase sempre, o disco ainda nem fora gravado. As gravadoras não possuíam gráficas próprias e as capas eram produzidas com antecedência.

Tudo isso só engrandece a arte de Cesar Villela. Era como se a bossa nova é que tivesse de se parecer com as capas que ele imaginava.

Outra revelação: Cesar nunca foi pago pelas capas da Elenco. Aloysio era generoso com o dinheiro alheio, mas sua gravadora era dura. Para fazer a feira, Cesar precisava trabalhar em propaganda. Adorava Aloysio, mas, em 1964, cansou, pegou o chapéu e passou os 25 anos seguintes nos EUA.

Estados

Marcos Lisboa

Presidente do Insper, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005). Escreve aos domingos

O Congresso aprovou um pacote de auxílio aos estados. Nada de novo. Trata-se do 28º socorro em 38 anos. Os governos locais aumentam descontroladamente seus gastos e, quando a crise chega, pedem ajuda à União prometendo que daqui para a frente será diferente.

O principal problema nos estados é o crescimento do gasto com pessoal, que passou de 54% da receita corrente líquida em 2007 para 63% em 2017. Isso decorre de regras generosas de remuneração e aposentadoria e de artifícios que permitem contracheques acima do teto constitucional.

A criatividade dos estados para conceder benefícios parece ilimitada. Nos anos 1990, endividaram-se com os bancos públicos que controlavam. Recentemente, distribuíram isenções tributárias sem a aprovação do Confaz. Decisões ilegais, em ambos os casos.

Alguns driblaram os limites da LRF excluindo da despesa com pessoal os gastos com pensionistas e reportando apenas a remuneração dos servidores líquida do imposto de renda.

Para fazer frente às despesas crescentes, muitos estados se endividaram excessivamente e, com o tempo, faltou dinheiro até para pagar salários. Em 2016, houve um acordo de renegociação das dívidas, com uma carência de dois anos para que voltassem a ser pagas.

O combinado era que, na sequência, os estados adotariam reformas para, progressivamente, equilibrar as suas contas. No entanto, nada de relevante foi feito pela maioria.

Depois disso, alguns continuaram a deixar de pagar suas dívidas graças a liminares concedidas pelo STF. Sem surpresa. Entre 1998 e 2017, eles acionaram a União 472 vezes na corte e ganharam 92,6% dos casos. A complacência com os estados que descumprem contratos contribui para a irresponsabilidade fiscal.

O pacote inclui, mais uma vez, interrupção no pagamento de suas obrigações com a União e organismos multilaterais, além da permissão para que contratem novas dívidas. Ele também prevê que, nos próximos anos, os estados façam as reformas necessárias para equilibrar as suas contas.

Tudo isso depois de um ano de pandemia em que governo federal transferiu muito mais recursos aos estados do que eles perderam com a queda de receita ou gastaram com saúde (vários acumularam caixa).

Aleijado tenta aperfeiçoar a LRF e o regime de Recuperação Fiscal. Dada a folha corrida dos estados, contudo, seria melhor ter tido o cuidado adicional de inverter a ordem do jogo. O auxílio deveria ser concedido apenas depois que adotassem reformas que garantissem o ajuste das suas contas nos anos à frente.

Essa longa história de descumprimento é descrita detalhadamente por Marcos Mendes no texto Crise Fiscal dos Estados.

mercado

Enquanto Brasil cresce apenas 2,2% na década, mundo avança 30,5%



Como população do país aumentou 8,7% nos últimos dez anos, renda média por habitante encolheu

Mais dez anos perdidos

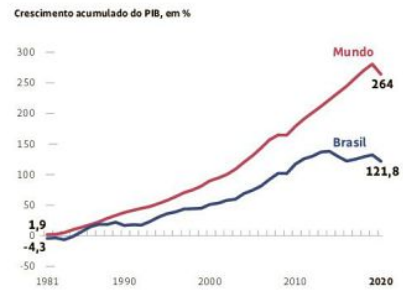


O que aconteceu

- PIB cresce 7,5% no ano
- Gasto público atinge em ano eleitoral
- Expansão de 4% frustra governo Dilma
- BC inicia queda forçada dos juros
- Variação do PIB cai para 1,9%
- Pedaladas e manobras fiscais dispararam
- PIB tem ligeira melhora, com alta de 3%
- Protestos de rua sacodem o país
- Tesouro tem déficit economia para
- Dilma nega crise e se reelege
- Recessão fica evidente; PIB cai 3,6%
- Governo tenta ajuste, sem sucesso
- Recessão se aprofunda; PIB cai 3,3%
- Dilma sofre impediment.
- Em retomada lenta, PIB sobe 1,3%
- Escândalo JBS enfraquece governo Temer
- Caminhoneiros derrubam o PIB
- Bolsonaro se elege presidente
- Economia segue fraca, com alta de 1,8%
- Reforma da Previdência é aprovada
- Pandemia derruba o PIB no mundo
- Bolsonaro alimenta crises políticas

(*) Com projeção do Ministério da Economia de PIB de R\$ 72 trilhões e queda de 4,5%. Fontes: IBGE, Banco Central e Ministério da Economia

Brasil se destaca do mundo



Fontes: FM, BCI e Ministério da Economia

Gustavo Patu

SÃO PAULO Em poucos dias o Brasil completará 40 anos em que sua economia cresce abaixo do ritmo mundial. No período, nunca essa disparidade foi tão grande quanto nesta década prestes a acabar. De 2011 a 2020, o país empobreceu em termos absolutos e relativos. Seu PIB (Produto Interno Bruto) terá crescimento não mais de 2,2%, se considerada uma projeção de queda de 4,5% neste ano — em razão do impacto da Covid-19 — feita pelo Ministério da Economia. No mesmo período, segundo cálculos do FMI (Fundo Monetário Internacional), o

PIB global terá crescido 30,5%, mesmo com recuo semelhante ao brasileiro neste 2020. A taxa de 2,2% numa década, que seria fraca até como um resultado anual, é bem inferior à do crescimento da população brasileira ao longo desses dez anos, estimada pelo IBGE em 8,7%. Em outras palavras, a renda média nacional por habitante encolheu. Para além da estatística, a cifra se traduz em óbvia perda de bem-estar da população, mensurável em índices como os de desemprego e pobreza. Significa, ainda, que o país se distanciou mais profundamente dos padrões mundiais de riqueza e desenvolvimento.

Nem na década que primeiro mereceu o epíteto de perdida, a dos anos 1980, houve tamanha diferença. Naquela época, o produto brasileiro teve expansão de 16,9%, e o do planeta, de 37,9%. Em 2011-20, o Brasil perdeu terreno entre as economias emergentes e pobres, cujo crescimento previsto é de 47,6%. Teve desempenho inferior também ao dos países ricos, que têm alta conjunta estimada em 11,5%. A comparação com nações que tinham renda per capita semelhante no início da década tampouco é favorável. A europeia Sérvia, a asiática Tailândia e o africano Gabão

tinham, em 2010, um PIB por habitante ligeiramente inferior ao brasileiro, se considerada o poder de compra das moedas nacionais. Hoje, os três — especialmente as duas primeiras — têm boa dianteira. O Brasil decerto não constitui o único caso de fracasso econômico na década, mas não são muitos os exemplos em pior situação. Entre as economias mais importantes, a vizinha Argentina encerrará o período com variação negativa do PIB. Na Europa, a Grécia abrigou o episódio mais notório de depressão, mas outras nações, como Itália, Espanha e Portugal, também sofreram.

Além de alguns casos de retração em países menores, reportam-se as tragédias da Venezuela e de países que passaram ou passarão por guerras. O malogro brasileiro no decênio chama mais a atenção devido ao contraste com o relativo sucesso do país nos dez anos anteriores — que motivou, em 2009, a célebre capa da revista britânica The Economist que mostrava o Cristo Redentor decolando. De 2001 a 2010, o PIB nacional teve crescimento de 43,5%, não muito diferente da taxa observada no mundo, de 46,9%. Apenas no ano final do período, houve expansão de 7,5%, a maior desde 1980.

O que parecia um cenário promissor — ainda mais porque se comemorava, então, a descoberta de grandes volumes de petróleo na camada do pré-sal — se tornaria, gradualmente, um de deterioração. A partir de 2009, o país expandiu gasto e crédito públicos para enfrentar os efeitos da crise financeira global detonada pela quebra do banco americano Lehman Brothers. O que começou como necessidade logo se converteu em conveniência política, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) trabalhou com êxito para fazer de Dilma Rousseff sua sucessora. *Continua na pág. A18*

QUANDO O MUNDO PAROU, NÓS SEGUIMOS EM FRENTE PELO BRASIL.

Quando o vírus parou o mundo, o Porto do Itaquí precisou manter serviços essenciais garantindo o abastecimento de cidades da sua área de influência. Foram adotados rígidos controles sanitários para preservar a saúde de todos que fazem o seu dia a dia. Isso ajudou a manter empregos e melhorar a infraestrutura portuária e contribuiu para o aquecimento da economia.

OBRAS REALIZADAS

- Novo Armazém de Fertilizantes
- Dois Novos Terminais de Granéis Líquidos
- Conclusão da 2ª fase do Terminal de Grãos

EVEMAI

- Recuperação dos berços de atracação
- Mais um berço de atracação
- Novo Terminal de Celulose
- Modernização das Vias de Acesso
- Mais Terminais de Granéis Líquidos
- Centro de Controle de Emergências

PORTO DO ITAQUI. ORGULHO DE SER MARANHENSE.

mercado

PAINEL S.A. | Ricardo Balthazar (interino)
painelsa@grupofolha.com.br

Mariana Almeida

Busca de novos parceiros e articulação com Estado dão escala a ações na área social

SÃO PAULO A devastação causada pela pandemia do coronavírus estimulou uma onda de doações do setor privado para ações sociais neste ano. A Associação Brasileira de Captadores de Recursos contabilizou mais de R\$ 6,5 bilhões em contribuições, vindas de 554 mil doadores.

Para a economista Mariana Almeida, superintendente da Fundação Tide Setubal, a crise sanitária chamou a atenção das pessoas para desigualdades que desde sempre marcaram a sociedade brasileira e levou organizações como a que ela integra a buscar novas estratégias para enfrentá-las.

Lançado pela fundação em parceria com a plataforma de financiamento coletivo Benefitoria e outras organizações, o programa Matchfunding Enfrete captou mais de R\$ 7 milhões para projetos nas periferias das grandes cidades, contribuindo com R\$ 2 para cada R\$ 1 arrecadado na internet.

O que as doações na pandemia ensinaram ao terceiro setor? Pessoas que já investiam na área social aceleraram doações e iniciaram um processo de questionamento de suas premissas. Outras começaram a doar na pandemia e agora procuram se estruturar para fazer isso melhor.

Por décadas, a filantropia buscou se afastar do assistencialismo para investir em ações de caráter mais estratégico. A pandemia mostrou que a assistência ainda é muito necessária para uma grande parcela da população, que era invisível até mesmo para organizações que trabalham há muito tempo nessa área.

Não dá para transformar as pessoas em empreendedoras de uma hora para outra se estão passando fome, ou se nunca tiveram condições básicas para ter acesso à educação.

A pandemia também mostrou a importância de trabalhar em rede e ampliar conexões. E deixou claro que, para ganhar escala, muitas iniciativas precisam ter articulação com o Estado e envolvimento com políticas públicas.

Como? Não se resolve tudo só com dinheiro. Nunca vamos conseguir arrecadar o suficiente para resolver problemas como a fome, ou a falta de acolhimento para a população que vive na rua. Mas podemos criar ferramentas que ajudem o Estado a identificar necessidades e desenvolver uma lógica mais eficaz para a distribuição de seus serviços.

Quem são os novos doadores? Há pessoas de classe média, sem grandes posses, que se mobilizaram para doar parte do salário, com contribuições de pequeno valor, mas contínuas. São pessoas que tiveram sua sensibilidade despertada para a questão social e acham que precisam fazer algo mesmo sem possuir renda muito elevada.

Nas classes mais altas, muita gente não sabia o que fazer nem tinha identificação forte com causas específicas, mas estava disposta a ajudar na emergência, principalmente na distribuição de alimentos e no apoio ao sistema de saúde.

Como manter o engajamento dessas pessoas? Elas estão mais atentas para as nossas desigualdades. Ficou claro que a situação já era ruim antes e ninguém estava vendo. Todo mundo sabia que a falta de saneamento básico era um problema, mas a pandemia

fez perceber que muita gente não tinha como lavar as mãos em casa para se proteger.

Há também uma preocupação maior com outros temas, como as dificuldades de acesso à internet, que prejudicaram muitas crianças com o fechamento das escolas.

O que aprenderam com a seleção dos projetos que ajudam a financiar? É sempre dolorido escolher, ainda mais numa pandemia. Mas ficou mais claro que é importante desburocratizar os nossos processos de seleção. É crucial exigir desses grupos uma infinidade de documentos e formulários para depois dizer que não haverá dinheiro.

Ampliar redes de contato com as comunidades que queremos atingir também foi muito importante, porque permitiu acelerar processos numa situação de emergência e identificar bons projetos que estavam fora do nosso radar. Às vezes, com uma rede pequena, você perde ótimos projetos porque os responsáveis simplesmente não conseguem preencher um formulário.

Muitas organizações também se surpreenderam com a capacidade de arrecadar fundos em suas redes e sensibilizar as pessoas com suas histórias. Muitas nem imaginavam como os mecanismos de financiamento coletivo podem ser importantes. Recebemos doações de 36 países diferentes.

As doações diminuíram nos últimos meses? Houve uma queda entre agosto e setembro. Muitos doadores trabalharam como se a pandemia fosse um evento de curto prazo, concentrando esforços nos primeiros meses. Houve uma acomodação, mas não estamos na estaca zero. Antigos e novos doadores já começaram a pensar no próximo ano.

Há algo que os governos deveriam fazer? Não perseguir nem deslegitimar o terceiro setor já ajudaria bastante. As organizações sociais demonstraram força neste ano, mas muitos continuam tratando o setor como se fosse uma fonte de desvios. Perdemos muito tempo com isso. O melhor seria tirar o máximo da relação de cooperação que essas organizações desenvolveram com governos locais na pandemia.

As empresas também foram chacoalhadas. Estão refletindo sobre o que produzem e como produzem, e seu impacto na sociedade. Algumas passaram a produzir coisas diferentes. Muitas estão percebendo que podem contribuir de outras formas também.



Mariana Neubern de Souza Almeida, 38

Formada em economia e relações internacionais, é mestre em economia pela PUC de São Paulo e doutora pela USP. Trabalhou com projetos de economia solidária e ocupou cargos de direção e assessoria na Prefeitura de São Paulo, na gestão Fernando Haddad (PT), de 2013 a 2016.

Enquanto Brasil cresce apenas 2,2% na década, mundo vai avançar 30,5%

Continuação da pág. A17

Sob Dilma, a convicção ideológica na intervenção do Estado para o crescimento passou a orientar, em definitivo, a política econômica.

A natural desaceleração do PIB em 2011 — expansão anunciada de 2,7%, que no futuro seria revisada para menos frustrantes 4% — contribuiu que o governo ministrasse à economia doses crescentes de despesas, benefícios fiscais e estímulos monetários.

Os resultados, no entanto, se mostravam piícos, enquanto ficavam mais evidentes a piora das contas públicas, maquiada com manobras contábeis, e o controle precário da inflação, à base de repressão de tarifas públicas.

A prostração da atividade desaguou em crise política depois que Dilma se reelegeu ne-

gando a crise e a necessidade de ajustes duros — que seriam tentados no segundo mandato. Houve recessão profunda e impeachment da presidente.

Seguiu-se um período de lenta e acidentada recuperação entre 2017 e 2019, nos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro, sem que a renda per capita voltasse ao nível do início da década.

A fragilidade das contas do Tesouro Nacional, sem recursos para investimentos e novos programas sociais, e a instabilidade do quadro político limitaram as possibilidades de retomada vigorosa.

A chance de evitar mais uma década perdida se esvaiu com o choque recessivo da pandemia de Covid-19. O país poderá registrar o maior recuo anual já medido desde o século 20.

Pela projeção mais recente

5,9% será o recuo na renda média per capita no Brasil nos próximos dez anos

do Ministério da Economia, o PIB brasileiro fechará o ano e a década em R\$ 7,221 trilhões, o que corresponde a R\$ 34,101 para cada residente do país.

Em valores corrigidos, a renda per capita nacional chegava a R\$ 36,245 ao final de 2010. Ao longo de dez anos, portanto, terá havido recuo de 5,9%.

Trata-se de empobrecimento semelhante ou até superior ao do decênio 1981-1990, com as ressalvas de que o PIB era então apurado com metodologia diferente e o crescimento demográfico se dava em taxas mais elevadas.

Entre os dois períodos, o grau de organização da economia faz diferença importante. Os anos 1980 ficaram marcados pela explosão inflacionária e pela indisponibilidade de dólares em razão da crise da dívida externa.

Redução no valor do auxílio emergencial devolveu 7 milhões de pessoas à pobreza

Extinção do benefício pode deixar mais de um quarto da população vivendo com menos de US\$ 5,50 por dia, diz pesquisa do FGV/Ibpe

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A redução do auxílio emergencial pela metade já colocou a renda de cerca de 7 milhões de pessoas abaixo do nível de pobreza de até R\$ 5,50 por dia em outubro deste ano, em relação a setembro, e esse número deve subir para quase 17 milhões após a extinção do benefício, no início de 2021.

Isso representa 26,2% da população brasileira, um ponto percentual acima do patamar de 2019. Em setembro deste ano, por causa do auxílio, esse percentual estava em 18,3%, menor valor da década.

Os dados fazem parte de estudo inédito do pesquisador Vinícius Botelho, do FGV/Ibpe (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), que analisou dados do IBGE e do Ministério da Cidadania, entre outras fontes.

O trabalho considera todas as linhas internacionais de pobreza (de US\$ 1,00 a US\$ 5,50 de renda familiar per capita) e mostra o impacto do programa em cada uma delas.

Também discute inovações trazidas pelo auxílio, problemas na focalização do benefício para os mais pobres e a necessidade de uma reformulação da rede de proteção social em 2021.

Na linha até US\$ 1,00, por exemplo — extrema pobreza —, 6,5 milhões superaram esse rendimento durante o período de pagamento do auxílio de R\$ 600, e 800 mil pessoas já voltaram a ficar abaixo desse patamar com o corte do voucher para R\$ 300. A estimativa é que mais 8 milhões voltem a engrossar esse contingente com o fim do benefício.

A parcela da população nessa situação financeira caiu de 4,3% para 1,2% de 2019 para setembro deste ano, deixando o país próximo de zerar a extrema pobreza. Mas subiu para 1,6% em outubro e deve chegar a 5,3% no próximo ano.

Segundo Botelho, em outubro, algumas famílias ainda receberam o valor de R\$ 600, o que significa que o impacto do corte para R\$ 300 será sentido gradualmente até janeiro.

“Um novo patamar de pobreza seria atingido ainda no primeiro trimestre de 2021”,

diz o trabalho, considerando que o indicador irá aos maiores valores da série histórica iniciada em 2012. “Nesse sentido, evitar a piora das taxas de pobreza em 2021 requererá uma reformulação da rede de proteção social vigente.”

Em setembro, Botelho e outros quatro pesquisadores apresentaram o Programa de Responsabilidade Social, composto de um projeto de lei, que já tramita no Congresso, e uma proposta de emenda à Constituição para aprimorar a rede de proteção social brasileira.

O governo federal vai gastar neste ano R\$ 380 bilhões com políticas públicas para combater os efeitos econômicos da pandemia, sendo que 55% do valor (R\$ 322 bilhões) irá para o auxílio emergencial.

Como comparação, o Orçamento de 2020 previa no início do ano gasto de R\$ 92,4 bilhões com políticas de desenvolvimento social, concentra principalmente na Bolsa Família e no BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Apesar desse efeito positivo do auxílio, Botelho afirma que a capacidade do programa emergencial em focalizar os pagamentos para as famílias mais pobres parece ser mais limitada do que a dos demais programas de transferência de renda. Os dados mostram que mais de 35% dos beneficiários do auxílio são famílias com rendimento mensal superior a R\$ 536 per capita.

O pesquisador diz que, apesar de a classificação oficial do Banco Mundial posicionar o Brasil como um país de renda média-alta e recomendar para esse grupo a linha de pobreza de US\$ 5,50, o país ainda não atingiu um nível de PIB per capita suficiente nem para erradicar a extrema pobreza na linha de US\$ 1,00 por dia.

O Cadastro Único do Bolsa Família considera o valor mensal de R\$ 89 per capita para extrema pobreza, R\$ 178 para pobreza e R\$ 522,50 para baixa renda. “Esses resultados sugerem que, mantidos constantes os programas sociais do pré-pandemia, a pobreza tenderá a subir ao longo dos próximos anos”, afirma o estudo.

7,1% é quanto o PIB per capita precisa crescer em relação ao patamar que foi observado em 2019 para que a pobreza volte aos menores níveis da década, atingidos em 2014, antes da recessão que terminou em 2016. Para zerar a pobreza na linha inferior a US\$ 1,00, o crescimento necessário é de 16,3%. Para que todas as famílias tenham renda per capita acima de US\$ 5,50, teria de crescer quase 60%.

Guedes ‘fica irritado’, mas não deixa o governo, diz Bolsonaro

Thiago Resende

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse neste sábado (19) que, apesar de às vezes ficar insatisfeito com o ritmo dos projetos do governo no Congresso, o ministro Paulo Guedes (Economia) pretende sair apenas quando seu mandato acabar.

“Não demonstrei para mim [intenção de sair]. Lógico que a gente vê que, de vez em quando, ele fica irritado porque certas medidas dependem de votações. Eu sei como funciona o parlamento. Ele está aprendendo ainda. Então ele quer resolver e fica chateado. Agora, no tocante a sair, ele falou que vai sair comigo quando acabar meu mandato”, afirmou em entrevista ao filho, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

Guedes cancelou as férias que iria tirar a partir deste fim de semana até 8 de janeiro, de acordo com publicação neste sábado em edição extra do Diário Oficial da União.

Segundo o Ministério da Economia, não há motivo específico para a interrupção das férias — o ministro decidiu seguir trabalhando pois continuará em Brasília na semana que vem. Guedes, no entanto, tem dito a interlocutores que um dos motivos é a aceleração do número de casos de Covid-19.

O ministro contradisse Bolsonaro nesta sexta (18), ao admitir que o governo é contra o pagamento de uma 13ª parcela do Bolsa Família. O presidente havia culpado na véspera o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pelo não pagamento do benefício.

Em resposta, Maia chamou o presidente de mentiroso, o que elevou a tensão em Brasília.

Segundo Guedes, se o governo conceder a 13ª parcela novamente, como fez em 2019, irá cometer crime de responsabilidade, o que poderia ser um argumento jurídico para um eventual pedido de impeachment.

Nos últimos meses, Guedes tem demonstrado insatisfação com o andamento de pautas econômicas no Congresso. Segundo ele, medidas anunciadas, como as privatizações, não foram concluídas devido a negociações no mundo político. Na sexta, ele afirmou que não prometeria mais nada.

Dinheiro do petróleo garante longevidade a grupos políticos

Situação tem vitória fácil em Maricá e Niterói, no Rio, dois dos maiores arrecadadores de royalties

Cátia Seabra e Nicola Pamplona

RIODEJANEIRO O ouro negro pavimentou projetos políticos nas últimas eleições. Com cofres abastecidos com royalties de pré-sal, os prefeitos de Niterói e Maricá (RJ) obtiveram expressiva vitória na disputa de novembro, dando longevidade a seus grupos políticos e neutralizando adversários na Câmara de Vereadores.

Em Maricá, Fabiano Horta (PT) não só se elegeu com 88,09% dos votos como também contará com sólido apoio parlamentar. Dos 17 vereadores da cidade, 15 integrarão a base governista. O PT, seu partido, elegeu quatro vereadores, seguido por PCdoB e PDT, cada um com três cadeiras na Câmara.

Esse será o quarto mandato do PT à frente da prefeitura.

Encerrando seu segundo mandato, o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves (PDT), garantiu a eleição do sucessor. Também do PDT, Axel Graef foi eleito com 62,56% dos votos.

Aliados ocuparão dois terços da Câmara de Vereadores: dos 21 eleitos, 14 saíram da aliança que o elegeu, sendo quatro pedetistas — partido que tem relevância histórica na cidade e se reverza no poder ao menos desde 1989.

Entre o final de 2018 e início de 2019, Neves ficou preso durante três meses acusa-

do em uma investigação sobre pagamento de propina por empresas de ônibus. Ele nega a acusação.

Na última semana, ele foi alvo de um operação da Polícia Federal que investiga suspeita de superfaturamento na construção de uma via expressa.

Localizados em frente às duas maiores reservas de petróleo do pré-sal, Maricá e Niterói concentram quase um quarto da arrecadação destinada aos municípios brasileiros por royalties e participações especiais pagos sobre campos de grande produtividade.

Em 2019, Maricá recebeu R\$ 1,6 bilhão, e Niterói, R\$ 1,4

bilhão, em valores corrigidos, cerca de oito vezes o valor vigente em 2012, graças à instalação de plataformas produtoras nos campos de Tupi (que já foi chamado de Lula) e de Búzios.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), a bonança deve continuar. Projeções da agência apontam que Maricá receberá R\$ 6,8 bilhões entre 2021 e 2024, uma média de R\$ 1,7 bilhão por ano. Niterói deve receber R\$ 4,7 bilhões, ou quase R\$ 1,2 bilhão por ano.

Com orçamento robusto, Niterói distribuiu auxílio emergencial de R\$ 500 para população de baixa renda, taxistas, motoristas de app e alunos da rede municipal, entre outros. Maricá ampliou o valor do programa de renda básica de R\$ 130 a R\$ 300, além de pagar um salário mínimo a trabalhadores informais.

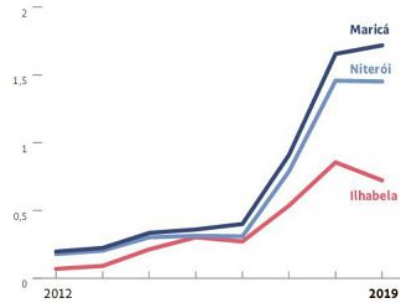
Ex-prefeito de Maricá e padrinho político do sucessor, o petista Washington Quaquá diz ser verdadeira a tese de que, se bem administrados, esses recursos fomentam projetos eleitorais. Mas ressalva: "Tem município do mesmo top que não faz nada".

Como exemplo de insucesso, Quaquá cita Macaé e gastos do município de Rio das Ostras (ambos no RJ) com porcelanato para orla.

As duas cidades protagonizaram a era de ouro da bacia de Campos, quando a produ-

Dinheiro do petróleo garante longevidade de grupos políticos

Evolução da renda do petróleo, em trilhões de reais



Prefeitos eleitos nas últimas eleições

	Maricá	Niterói	Ilhabela
2008	Washington Quaquá (PT)	Jorge Roberto da Silveira (PDT)	Toninho Colucci (PPS)
2012	Washington Quaquá (PT)	Rodrigo Neves (PT)	Toninho Colucci (PPS)
2016	Fabiano Horta (PT)	Rodrigo Neves (PV)	Gracinha (PSD)
2020	Fabiano Horta (PT)	Axel Graef (PDT)	Toninho Colucci (PL)

Fonte: Infomoney e Justiça Eleitoral

“Quando o prefeito é ruim ou mal-intencionado, como é o caso, não tem dinheiro que faça se reeleger”

Toninho Colucci (PL) prefeito eleito em 2020 para a Prefeitura de Ilhabela (SP)

ção dos primeiros campos gigantes do país enriqueceu municípios do litoral norte do Rio, mas sofreu perdas com a mudança de foco da Petrobras para o pré-sal.

Em Macaé, terceiro na lista de arrecadadores em royalties, o prefeito dr. Luizinho se reelegeu com 58,78% dos votos em 2016. Neste ano, não teve candidato natural e, dois meses antes da eleição, apoiou o deputado estadual Welberth Rezende (Cidadania), que se elegeu com 23,93% dos votos.

Em Ilhabela (SP), quarto maior arrecadador, o prefeito foi afastado, sob acusação de pagar por uma festa que não ocorreu, e terminou substituído pela vice Gracinha (PSD). Nas eleições, Gracinha obteve 19,49% dos votos, sendo derrotada pelo ex-prefeito Toninho Colucci (PL).

Prestes a assumir seu terceiro mandato, Colucci reconhece o peso do dinheiro para projetos políticos. Mas, ressaltando que o orçamento atual foi maior que em seu governo, diz: "Quando o prefeito é ruim ou mal-intencionado, como é o caso, não tem dinheiro que faça se reeleger".

Ilhabela apresentou crescimento expressivo com a entrada em produção do campo de Sapinhoá. Entre 2012 e 2019, a receita com os royalties decuplicou, até atingir R\$ 722 milhões em 2019. Segundo o IBGE, os três estão entre os municípios que mais avançaram em geração de riqueza no país nos últimos anos.

Entre 2017 e 2018, a participação de Maricá no PIB nacional evoluiu 0,21 ponto percentual, a maior alta do ano. Niterói e Ilhabela ocuparam a segunda e a quarta posições na lista.

A Prefeitura de Niterói não respondeu ao pedido de entrevista para esta reportagem.



EstúdioFOLHA : projetos patrocinados

Hapvida investe em programa de inovação e tecnologia em saúde

Explora teve inscrição de 169 projetos de 90 startups de todas as regiões do país; foco é ampliar a excelência no atendimento

Inovação e tecnologia são pilares fundamentais para consolidar e amplificar qualidade e eficiência em saúde. E a pandemia acelerou para o presente o que era tendência em um futuro próximo. Nos últimos meses, a tecnologia digital e a telemedicina encurtaram distâncias e ampliaram o atendimento à população, ajudando a salvar vidas.

A teleconsulta é um exemplo de uso da tecnologia em saúde que se consolidou em 2020 e que veio para ficar. O Hapvida, um dos maiores sistemas de saúde suplementar do país, com mais de 6,7 milhões de clientes em todas as regiões do Brasil, realizou mais de 200 mil teleconsultas desde abril.

"O trabalho do Sistema Hapvida no combate à Covid mostrou a importância da tecnologia na corrida contra o tempo e para levar qualidade e eficiência de atendimento para todas as regiões do país", afirma Fabio Calzavara,

gerente de Inovação & Design do Sistema Hapvida. "A inovação e a tecnologia sempre foram pilares importantes para o grupo. Estão entre os nossos diferenciais. E a ideia é trazer cada vez mais inovação para a cultura da empresa", completa.

O programa Explora representa a mais recente aposta do grupo na tecnologia para melhorar a qualidade de serviços aos clientes. Trata-se do primeiro programa estruturado de inovação aberta com startups de saúde (conhecidas como healthtechs).

A ideia é selecionar, em conjunto com a consultoria parceira Kyvo Design Driven Innovation, cinco startups que possam implementar pilotos em um prazo de até quatro meses, a partir de março de 2021. "O resultado superou nossas expectativas: recebemos inscrições de 169 projetos de 90 startups, vindos de 14 estados, de todas as regiões do país", diz Calzavara.

Os projetos inscritos buscam atender a cinco desafios:



- Dar escala a programas de saúde preventiva;
- Implementar uma ferramenta para diagnóstico, gestão e treinamento adequados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais dos clientes;

- Melhorar a gestão de saúde e bem-estar dos beneficiários a partir do seu histórico na empresa;
- Criar novas oportunidades a partir dos dados gerados pela empresa;
- Criar um canal mobile único de comunicação e serviços de RH para os colaboradores do Hapvida.

"Levantamos os desafios com os executivos do grupo, em um processo democrático e colaborativo. E esses cinco pontos refletem bem a nossa visão de presente e futuro: o foco na saúde dos clientes e a busca constante de excelência no atendimento", afirma.

O executivo cita a Maida, health, holding de tecnologia do Sistema, como mais um exemplo de investimento em inovação e tecnologia pelo Hapvida. Entre os destaques da healthtech, que recentemente completou um ano, está o uso de inteligência artificial para o diagnóstico médico de exames via imagens, em especial para atendimentos de urgência, e a combinação de RPA (Robotic Process Automation) com uma inteligência artificial desenvolvida para auxiliar na regulação de solicitações médicas.

A tecnologia é essencial para a integração do sistema verticalizado do grupo, que tem a maior rede própria de atendimento do país, e possibilita a uniformização dos serviços e da qualidade do atendimento. "O investimento em tecnologia e inovação reflete na excelência do atendimento à saúde, fundamental quando o objetivo principal é salvar vidas", conclui Calzavara.

EstúdioFOLHA : projetos patrocinados

Ateliê de produção de conteúdo para estratégia de marcas e mercado publicitário em todas as plataformas |



Equipe atende paciente de Covid no Hospital Municipal Dr. Ernesto Che Guevara, em Maricá (RJ) Mauro Pimentel - 6.jun.20/APP

Estados enfrentam falta de máscara e atraso de salário

Nos hospitais, UTIs para Covid sofrem impacto com altas taxas de ocupação

MANAUS, RIO DE JANEIRO, RECIFE E BELO HORIZONTE Com taxas altas de ocupação das UTIs para a Covid-19, estados enfrentam impacto em equipes e insumos na rede de saúde. Há relatos de falta de máscaras, respiradores e de medicamentos de UTI. Sem número suficiente de profissionais, funcionários têm a jornada de trabalho estendida e outros estão com salários atrasados. "Na teoria [a N95] deveria durar uma semana, mas na prática isso não se confirma, ainda mais usando a mesma máscara o dia inteiro, todos os dias, num hospital lotado, com 34°C".

O governo do Pará disse que "está em dia com o repasse de recursos junto às OSs [Organizações Sociais de Saúde] contratadas para gerir os hospitais regionais e que o pagamento dos profissionais é de responsabilidade dessas OSs, assim como o fornecimento de EPIs e outros materiais".

No Rio, parte dos profissionais de saúde do município iniciaram dezembro sem o salário de novembro, que só começou a ser pago no dia 10. Segundo o Cremerj (conselho regional de medicina), a falta de insumos ainda é pontual. O Sindicato de Médicos diz, porém, que há preocupação quanto à falta de medicamentos para intubação. Os estoques são baixos e de difícil aquisição, situação agravada pela falta de tempo hábil para licitação nesta época do ano e pelo aumento da demanda.

Na UPA de Botafogo, na zona sul carioca, funcionários relatam falta de ventiladores mecânicos. "Só tem

dois, escolhemos a dedo quem vai. Tem muita gente já com critérios para intubar que estamos postergando com máscaras de oxigênio", diz uma médica, que pediu anonimato. Com o cansaço, há muitos afastamentos de profissionais. Em Pernambuco, licenças sem reposição de equipe comprometem o atendimento.

O Cissam, do complexo hospitalar da UPE (Universidade de Pernambuco), suspendeu no dia 11 atendimentos de casos não emergenciais e cirurgias eletivas. "A decisão se deve à carência de profissionais de saúde que se afastaram do serviço por causa da Covid-19. O número de afastamentos nesta semana foi maior do que a capacidade de remanejamento", diz nota da unidade.

A reserva técnica atual, segundo a UPE, é insuficiente para suprir a demanda de 38 enfermeiros e 39 técnicos para repor as escalas. A instituição diz que recebeu aval para contratação imediata de profissionais e que o atendimento seria retomado.

Na maioria dos estados, a principal reclamação é falta de profissionais para a linha de frente, como em Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. "Um pronto-socorro que necessitava de três médicos hoje tem que operar com o dobro, o mesmo acontece com os intensivistas, que tiveram que aumentar a carga", disse Marcelo Santana, do Sindicato dos Médicos sul-matogrossenses.

Para o presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina, Cyro Soncini, o temor ocorre com o novo pico de casos de Covid no estado. "Insumos têm, leitos têm, leitos de UTI estão num ponto de muita ocupação, mas ainda têm. Recursos humanos é a nossa dificuldade momentânea."

O governo sul-matogrossense informou que tem aberto vagas para a saúde, mas que não controla falta de pessoal em hospitais sob gestão municipal, por exemplo. De fevereiro a dezembro, foram 95 profissionais contratados pelo estado — 60 deles no último mês. Procurado, o governo catarinense não se manifestou.

No Amapá, o maior problema é a falta de médicos, principalmente experientes em UTIs respiratórias. Mas tam-

bém faltam equipamentos de alta complexidade, como ventiladores, e a ausência de leitos de UTI no interior sobrecarrega a capital, Macapá. "Aumentou muito o número de leitos de UTI respiratória, mas o número de profissionais para atender nesses locais ainda é muito baixo", relata o presidente do CRM-AP (Conselho Regional de Medicina), o cardiologista Eduardo Monteiro. O governo do Amapá não se manifestou.

No Amazonas, os maiores desafios são a ausência de leitos de UTI e de médicos nos 61 municípios do interior, o que sobrecarrega a capital.

Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos, Mário Vianna, faltam medicamentos para pacientes internados em UTIs para tratar a Covid-19, como a noradrenalina (ou norepinefrina, usada para manter o nível de pressão arterial de pacientes em quadro de choque ou hipotensão), o fentanil (usado na sedação de pacientes intubados) e antibióticos de segunda e terceira geração.

O governo disse que pôs em operação, em novembro, um plano de contingência, ampliando leitos exclusivos para Covid-19. O número de respiradores subiu de 720 para 780. O desabastecimento de EPIs, insumos e medicamentos foi negado pelo governo do Amazonas, que informou que recentemente adquiriu 140 mil

ampolas de norepinefrina, já tendo recebido 42 mil. Diz ainda que tem feito contratos temporários de equipe para atender à demanda.

Também no Acre, a reclamação é de falta de médicos, principalmente no interior. O déficit leva muitos profissionais a cumprir até três plantões seguidos e acumular atividades em diferentes unidades e até mesmo municípios, segundo o presidente do Sindicato dos Médicos, Guilherme Pulci. "Alguns ficam até três, cinco anos sem férias por falta de substituto".

No último dia 2, a Polícia Federal realizou uma operação em Cruzeiro do Sul, no Acre, para investigar supostas fraudes nos controles de ponto e acúmulos de salários por servidores da saúde sem a devida prestação do serviço.

No operação, o diretor de uma unidade foi afastado e os bens de sete médicos, bloqueados. A investigação está em curso. A PF não informou os nomes dos suspeitos.

No Espírito Santo, também há sobrecarga das equipes. "O trabalho passa a ser insalubre. O médico trabalha em vários hospitais, a exposição é maior e o ambiente é cada vez mais saturado e insalubre", diz o presidente do Sindicato dos Médicos, Otto Baptista. "[O rodízio] é o tempo de se restabelecer do estresse, melhorar o estado emocional".

No Paraná, a principal dificuldade é a falta de leitos, principalmente na região metropolitana de Curitiba. Entre 1º e 10 de dezembro, sete idosos que moravam num mesmo asilo, em Piraguara, morreram enquanto aguardavam vagas de tratamento intensivo. Todos tinham mais de 80 anos e comorbidades.

O governador Ratinho Jr. (PSD) diz que, desde março, o estado dobrou o número de UTIs, mas que, ainda sim, estão sendo abertos mais leitos para atender a demanda.

Em Minas, o governo de Romeu Zema (Novo) diz que há estoque suficiente de insumos para atender a demanda, e que entregou até agora 44 milhões de itens de EPI, conteúdos máscaras, luvas, aventais protetores, entre outros. Monica Prestes, Júlia Barbon, João Valadares e Fernanda Canofre

FOLHA EXPLICA

Saiba quem pode ou não tomar a vacina contra a Covid-19

TABOÃO DA SERRA Com o começo da vacinação em países como o Reino Unido e os Estados Unidos, dúvidas sobre quem pode ou não tomar a vacina contra a Covid-19 começaram a surgir. A divulgação do plano de imunização do governo federal no Brasil estipulou quais são os grupos prioritários para receberem a vacina que impede a infecção pelo novo coronavírus, mas vários pontos ainda estão por esclarecer.

Casos de reação alérgica notificados no Reino Unido em pessoas que receberam o imunizante da Pfizer/BioNTech aumentaram os questionamentos sobre quem deve ou não se vacinar.

Atualmente, o único grupo para o qual há restrição prévia à vacinação são as crianças e adolescentes menores de 18 anos — porque os estudos clínicos ainda não contaram com crianças até o momento.

Ainda assim, existem casos específicos a levar em consideração dentro dos grupos a serem imunizados.

Flávio Guimarães da Fonseca, virologista do Centro de Tecnologia de Vacinas (CT Vacinas) e pesquisador do departamento de microbiologia da Universidade Federal de Minas Gerais, diz que a primeira recomendação é consultar um profissional.

"Se você tem qualquer dúvida sobre se alguma condição de saúde que você tem vai ou não atrapalhar a imunização, procure um médico. Assim, cada caso pode ser avaliado com cuidado", afirma.

Mas há casos para os quais as respostas já existem, seja pelos estudos clínicos das vacinas em desenvolvimento ou graças a conhecimentos científicos anteriores. Afinal, "não há nada de diferente entre a vacina contra a Covid-19 e outras que já estão disponíveis e são utilizadas no SUS para outras doenças", explica Fonseca.

Veja a seguir recomendações para pessoas com alergia, com deficiência, câncer, doenças autoimunes, crianças com comorbidades e outras situações de saúde.

* Pessoas alérgicas devem tomar a vacina?

Pessoas alérgicas podem tomar qualquer vacina, inclusive as que estão sendo aprovadas agora. Ana Karolina Barreto Marinho, coordenadora do Departamento Científico de Imunização da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (Asbai) explica que, mesmo para a vacina contra Covid-19 desenvolvida pela Pfizer/BioNTech, para a qual foram registrados casos de reações alérgicas, apenas em situações específicas alérgicas não devem se vacinar.

"As únicas pessoas que não poderiam tomar a vacina são as que já tiveram reações alérgicas graves a vacinas anteriores ou quem é alérgico a um componente dessa vacina, que vai contar com uma bula indicando a sua composição", explica ela.

Sintomas alérgicos graves são aqueles que ocorrem imediatamente após a vacinação. Entre eles se incluem urticária generalizada, falta de ar e crises convulsivas.

Quem já teve Covid-19 precisa tomar a vacina?

Assim como acontece com outras doenças, como o sarampo, pessoas que já tiveram Covid-19 podem tomar a vacina, sem nenhum problema. Karen Morejon, consultora da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) afirma que essa é outra questão que cada laboratório vai indicar na bula. Ela explica que a vacina da Pfizer, já em aplicação nos EUA e no Reino Unido, é recomendada a quem já teve a do-

ença, "porque não sabemos se o sistema imunológico já está protegido ou não". O mesmo, diz ela, "deve ocorrer com as outras vacinas, quando liberarmos as informações, já que não sabemos quanto tempo a proteção natural de uma pessoa que teve a doença dura".

Pessoas com sintomas de Covid, mas sem diagnóstico, devem tomar a vacina?

Não. Nenhum tipo de vacina é recomendada para pessoas que já apresentam sintomas da doença ou que estejam com febre. "O corpo pode já estar lutando contra uma infecção", diz Marinho. Ela explica que, se a pessoa está com sintomas, o efeito do imunizante pode ser diferente do verificado nos estudos clínicos e, por isso, não é recomendável que ela se vacine.

Pessoas em tratamento de câncer ou outras doenças imunossupressoras podem se vacinar contra Covid-19?

Depende da doença autoimune e do tratamento que está sendo realizado.

Marinho explica que pessoas em tratamento de radioterapia ou quimioterapia para qualquer tipo de câncer não devem se vacinar. "A doença está ativa e o tratamento debilita o sistema imunológico, então ela não deve tomar nenhuma vacina. Não é nem mesmo algo específico para a Covid-19."

Pessoas transplantadas também não devem ser vacinadas, porque após o procedimento tomam imunossupressores, isto é, medicamentos que alteram o sistema de defesa do corpo humano.

No entanto, pessoas HIV positivas em tratamento com coquetel de medicamentos podem tomar a vacina contra o coronavírus. "A terapia retroviral faz com que a pessoa tenha o sistema imunológico perfeitamente normal, então ela deve tomar a vacina e está imunizada sem nenhum risco", afirma Fonseca.

Crianças com comorbidades são grupo de risco, então, nesses casos, elas devem ser vacinadas?

Essa é uma questão que ainda não foi respondida. Para Marinho, que além de coordenadora da Asbai é membro do Gabinete de Crise do Covid-19 do Conjunto Hospitalar do Manduaçu e imunologista do Hospital das Clínicas de São Paulo, as crianças não devem ser vacinadas. "Mesmo crianças com comorbidades não desenvolvem sintomas graves, segundo os dados globais que temos até o momento", diz ela.

Já Fonseca, virologista do CT Vacinas, afirma que essa é uma questão a ser discutida. "O Ministério da Saúde deveria orientar sobre essa questão, porque cada um pode ter uma interpretação. Ao meu ver, as crianças com comorbidades deveriam ser vacinadas. Mas o plano de imunização tem uma lacuna nesse ponto. Eles precisam indicar uma posição geral para o país."

Pessoas com deficiências físicas ou mentais podem se vacinar com segurança?

Sim, pessoas com deficiências que não afetam o sistema imunológico podem se vacinar. Segundo Morejon, não há indícios de que uma deficiência afete a resposta imune, e isso diz respeito a qualquer vacina. "Acredito que há uma confusão nesse ponto, porque a imunodeficiência é a única para a qual temos provas científicas de que altera os efeitos de uma vacina. De resto, todas as pessoas, não importa qual a situação física ou mental, podem ser vacinadas", explica a consultora do SBI.